Secretaria Federal de Controle Interno

PROGRAMA DE FISCALIZAÇÃO EM ENTES FEDERATIVOS

estados, df e municípios

Programa de Fiscalização em Entes Federativos – V05º Ciclo

Número do Relatório: 201800883

Sumário Executivo Autazes/AM

Introdução

Trata-se dos Relatórios de Fiscalizações produzidos no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos com vistas a verificar a aplicação dos recursos públicos federais descentralizados para o município de Autazes/AM dos seguintes programas/benefícios:

a) Programa Caminho da Escola;
b) Benefício assistencial: Benefício de Prestação Continuada - BPC;
c) Programa Seguro-defeso;
d) Programa Saúde da Família - PSF; e,
e) Benefício assistencial: Bolsa-Família;

A fiscalização no município de Autazes/AM ocorreu no período de 15 a 20 de julho 2018 e não houve restrições nos trabalhos.

Sobre o Programa Caminho da Escola foi avaliado a execução do Programa Plano de Ações Articuladas, conforme o Termo de Compromisso PAR nº 201300697, que trata da aquisição de 03 (três) ônibus escolares para os estudantes da educação básica da área rural no município de Autazes/AM.

A ação de controle sobre o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) verificou os seguintes aspectos:

a) Se a gestão municipal de Autazes/Amazonas possui conhecimento e estrutura adequados para a realização do cadastro dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada no Cadastro Único;
b) Identificação de fragilidades na gestão local do Cadastro Único que podem comprometer a concessão e manutenção dos beneficiários do BPC;
c) Se os dados no Cadastro Único, fornecidos pelas famílias que possuem beneficiários do BPC, abrangem todas as famílias de beneficiários pelo BPC e estão corretos;
d) Conhecer as reais situações em que vivem as famílias que possuem integrantes que recebem BPC, a partir de uma amostra aleatória de beneficiários; e,
e) Identificar inconsistências na declaração de informações no Cadastro Único que podem comprometer a concessão e manutenção dos beneficiários do BPC.

Sobre o Seguro Defeso no município de Autazes/AM, o objetivo foi identificar a regularidade dos beneficiários inscritos no Registro Geral de Atividade Pesqueira - RGP que tem como consequência o pagamento indevido a beneficiários que não atendem aos critérios estabelecidos pela legislação do Programa através de uma amostra de beneficiários para serem entrevistadas pelos auditores da CGU, para confrontar informações do RGP e da solicitação do benefício.

Por seu turno, no caso do Programa Saúde da Família – PSF, a fiscalização avaliou o Programa requalifica UBS, Proposta nº 11622.8550001/13-006, que trata da construção da UBS Açupuranga, UBS Gilberto Pinto, UBS Santa Verônica, UBS Cidade Nova e UBS São José, todas localizadas no município de Autazes/AM, totalizando o montante de R$ 2.040.000,00.

Também foi realizado ação de controle referente ao Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Autazes/AM, com o objetivo de identificar falhas no cadastro de famílias beneficiárias verificando se existe concessão de benefícios indevidos a famílias que não atendem aos critérios de renda estabelecidos pela legislação do Programa. E, para avaliar o atendimento aos critérios do Programa Bolsa Família foi selecionada uma amostra de famílias para serem entrevistadas pelos auditores da CGU, para confrontar informações do Cadastro Único, dividida em 03 (três) grupos potencialmente críticos: a) propriedade de veículos, (b) existência de dependentes do responsável familiar com vínculo familiar de "outro parente" e "não parente" declarados no Cadastro Único de 2017, e, (c) Manutenção de benefício após cancelamento de benefício por indicativo de inconsistência de renda.

Indicadores Socioeconômicos do Ente Fiscalizado

População:	32135
Índice de Pobreza:	56,80
PIB per Capita:	3.625,00
Eleitores:	16443
Área:	7599

Fonte: Sítio do IBGE.

Informações sobre a Execução da Fiscalização

Ações de controle realizadas nos programas fiscalizados:

Ministério	Programa Fiscalizado	Qt.	Montante Fiscalizado por Programa
MINISTERIO DA EDUCACAO	Educação Básica	1	452.877,60
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA EDUCACAO		**1**	**452.877,60**
MINISTERIO DA INDUSTRIA, COMERCIO EXTERIOR E SERVICOS	Pagamento de Seguro Defeso	1	Não se Aplica
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA INDUSTRIA, COMERCIO EXTERIOR E SERVICOS		**1**	**0,00**
MINISTERIO DA SAUDE	Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)	1	2.040.000,00
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DA SAUDE		**1**	**2.040.000,00**
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL	Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)	1	Não se Aplica
	Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais	1	Não se Aplica
TOTALIZAÇÃO MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL		**2**	**0,00**
TOTALIZAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO		**5**	**2.492.877,60**

Os executores dos recursos federais foram previamente informados sobre os fatos relatados, tendo se manifestado em 21 de agosto de 2018, cabendo ao Ministério supervisor, nos casos pertinentes, adotar as providências corretivas visando à consecução das políticas públicas, bem como à apuração das responsabilidades.

Consolidação de Resultados

As ações de controle no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos com vistas a verificar a aplicação dos recursos públicos federais descentralizados para o município de Autazes/AM tinham como objetivo fiscalizar os seguintes programas/benefícios:

a) Programa Caminho da Escola;
b) Benefício assistencial: Benefício de Prestação Continuada - BPC;
c) Programa Seguro-defeso;
d) Programa Saúde da Família - PSF; e,
e) Benefício assistencial: Bolsa-Família;

Sobre o Programa Caminho da Escola, concluiu-se pelo não atingimento dos objetivos do Programa, bem como por desvios dos recursos destinados ao mesmo no montante de R$ 452.877,60.

E, a respeito das ações para verificação do Benefício de Prestação Continuada - BPC, concluiu-se que, em linhas gerais:

a) O município não possui estruturas de pessoal e logística suficientes;
b) Capacitação insatisfatória dos responsáveis pelo cadastramento das famílias no Cadastro Único com integrantes do BPC;
c) Beneficiários do BPC não foram localizados;
d) Inconsistências apuradas em beneficiários inscritos no Cadastro Único.

Com base nos exames realizados no Programa Seguro-defeso, concluiu-se que o pagamento dos benefícios no município de Autazes/AM não está em total conformidade com os normativos e exige providências e aprimoramentos por parte do gestor federal, onde destacam-se:

a) Beneficiários que não exercem a atividade de pesca; e,
b) Beneficiários não localizadas nos endereços cadastrados ou com endereços genéricos registrados no RGP.

Por seu turno, sobre o Programa Saúde da Família - PSF, verificou-se que três UBS sequer tiveram suas obras iniciadas (UBS Açupuranga, UBS Gilberto Pinto e UBS Santa Verônica), além de que a UBS Cidade Nova e UBS São José apresentaram alvenaria e colunas comprometidas apresentando risco iminente de tombamento por um leve esforço mecânico humano ou natural, ação dos ventos e chuvas, por exemplo. E, sobre esse programa, conclui-se pelo prejuízo total de R$ 1.632.000,00 equivalente a todo montante repassado a Prefeitura e transferido para a Construtora, para a construção das cinco Unidades Básicas de Saúde.

E, com base nos exames realizados no Programa Bolsa Família, conclui-se que a aplicação de parte dos recursos federais recebidos pelo município de Autazes/AM, relativos ao programa, não está em total conformidade com os normativos e exige providências de regularização por parte dos gestores federal e municipal, onde destacou-se:

a) Famílias beneficiárias do PBF com renda per capita familiar em desconformidade com as normas do Programa.

b) Famílias beneficiárias do PBF compostas por servidores municipais da Prefeitura de Autazes/AM com renda per capita familiar superior à estabelecida na legislação para a permanência no Programa.

c) Famílias beneficiárias do PBF compostas por servidores municipais da Prefeitura de Autazes/AM com informação de renda desatualizada no Cadastro Único.

d) Famílias beneficiárias do PBF não localizadas nos endereços cadastrados ou com endereços incorretos registrados no Cadastro Único.

e) Beneficiário que teve o benefício bloqueado e que, após o processo de averiguação cadastral, retornou ao Programa, mesmo com o Parecer Social contrário.

Ordem de Serviço: 201800823
Município/UF: Autazes/AM
Órgão: MINISTERIO DA EDUCACAO
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: PREFEITURA MUNICIPAL DE AUTAZES
Montante de Recursos Financeiros: R$ 452.877,60

1. Introdução

A presente Ordem de Serviço avalia a execução do Programa Plano de Ações Articuladas, conforme o Termo de Compromisso PAR nº 201300697, que trata da aquisição de 03 (três) ônibus escolares para os estudantes da educação básica da área rural no município de Autazes/AM. A fiscalização no município ocorreu no período de 15 a 20 de julho 2018.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais, as quais serão monitoradas pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União.

2.1.1. Desvio de finalidade dos recursos do Programa Plano de Ações Articuladas no montante de R$ 452.877,60.

Fato

Em análise do Termo de Compromisso nº 201300697 para execução do Programa Plano de Ações Articuladas - PAR, que previa a compra de 03 (três) ônibus escolares, foi verificado que houve desvio de finalidade dos recursos para o financiamento de 02 (dois) veículos.

Conforme o extrato bancário da conta aberta para a realização deste Programa (Banco do Brasil, agência 3378-2, conta corrente 27775-4), houve o recebimento de recursos federais no montante de R$ 649.377,60, entre os dias 03 e 24 de janeiro de 2014.

Registro fotográfico:

A33D191113504626008
19/07/2018 11:16:57

GOVERNO

Extrato conta corrente

Cliente - Conta atual

Agência	3378-2	
Conta corrente	27775-4	PM AUTAZES-PAR -
Período do extrato	01/2014	

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
07/10/2013		Saldo Anterior			0,00 C
03/01/2014	03/01/2014	Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	7.135.950.000.000	12.900,00 C	12.900,00 C
22/01/2014	22/01/2014	BB CP Admin Supremo	1.200.070	12.900,00 D	0,00 C
23/01/2014	23/01/2014	Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	264.712.000.000	10.500,00 C	
23/01/2014	23/01/2014	Renda Fixa LP 100	2	10.500,00 D	0,00 C
24/01/2014	24/01/2014	Ordem Banc 12 Sec Tes Nac	291.164.000.000	625.977,60 C	
24/01/2014	24/01/2014	Renda Fixa LP 100	2	625.977,60 D	0,00 C
31/01/2014		S A L D O			0,00 C

Foto 01 – Extrato da conta corrente para execução do Programa Plano de Ações Articuladas – PAR (Banco do Brasil, agência 3378-2, conta corrente 27775-4), demonstrando que houve o recebimento de recursos federais no montante de R$ 649.377,60 entre 03 e 24/01/2014.

Na prestação de contas, a Prefeitura de Autazes apresentou os contratos nº 21/2013 e 22/2013. O primeiro foi celebrado entre esta municipalidade e a empresa Man Latin América e Comércio de Veículos Ltda, CNPJ 06.020.318/0001-10, tendo como objeto 02 (dois) ônibus no valor total de R$ 455.560,00. No entanto, a efetiva compra desses bens não chegou a se realizar, pois a Prefeitura não os pagou e a empresa não os entregou. O segundo contrato foi celebrado entre o Município e a empresa Marcopolo S/A, CNPJ 88.611.835/0008-03, tendo como objeto 01 (um) ônibus no valor R$ 196.500,00, conforme NF-e 112966 emitida em 24.01.2014. Registre-se que os recursos para pagamento desse referido ônibus não saíram da conta bancária específica para execução deste Programa.

Analisando as movimentações bancárias da conta específica para a realização deste Programa (Banco do Brasil, agência 3378-2, conta corrente 27775-4), constatou-se que houve transferências e pagamentos indevidos com esses recursos federais, como se segue:

Registro fotográfico:

A33D191113504626010
19/07/2018 11:18:42

GOVERNO

Extrato conta corrente

Cliente - Conta atual

Agência	3378-2	
Conta corrente	27775-4	PM AUTAZES-PAR -
Período do extrato	03/2014	

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
24/01/2014		Saldo Anterior			0,00 C
07/03/2014	07/03/2014	Renda Fixa LP 100	1.200.002	480.000,00 C	
07/03/2014	07/03/2014	TED	30.701	480.000,00 D	0,00 C
31/03/2014		S A L D O			0,00 C

Foto 02 – TED de R$ 480.000,00 em 07.03.14 para a conta do Bradesco da Prefeitura de Autazes (agência 437-5, conta 1070-7 – PMA Fundeb).

Registro fotográfico:

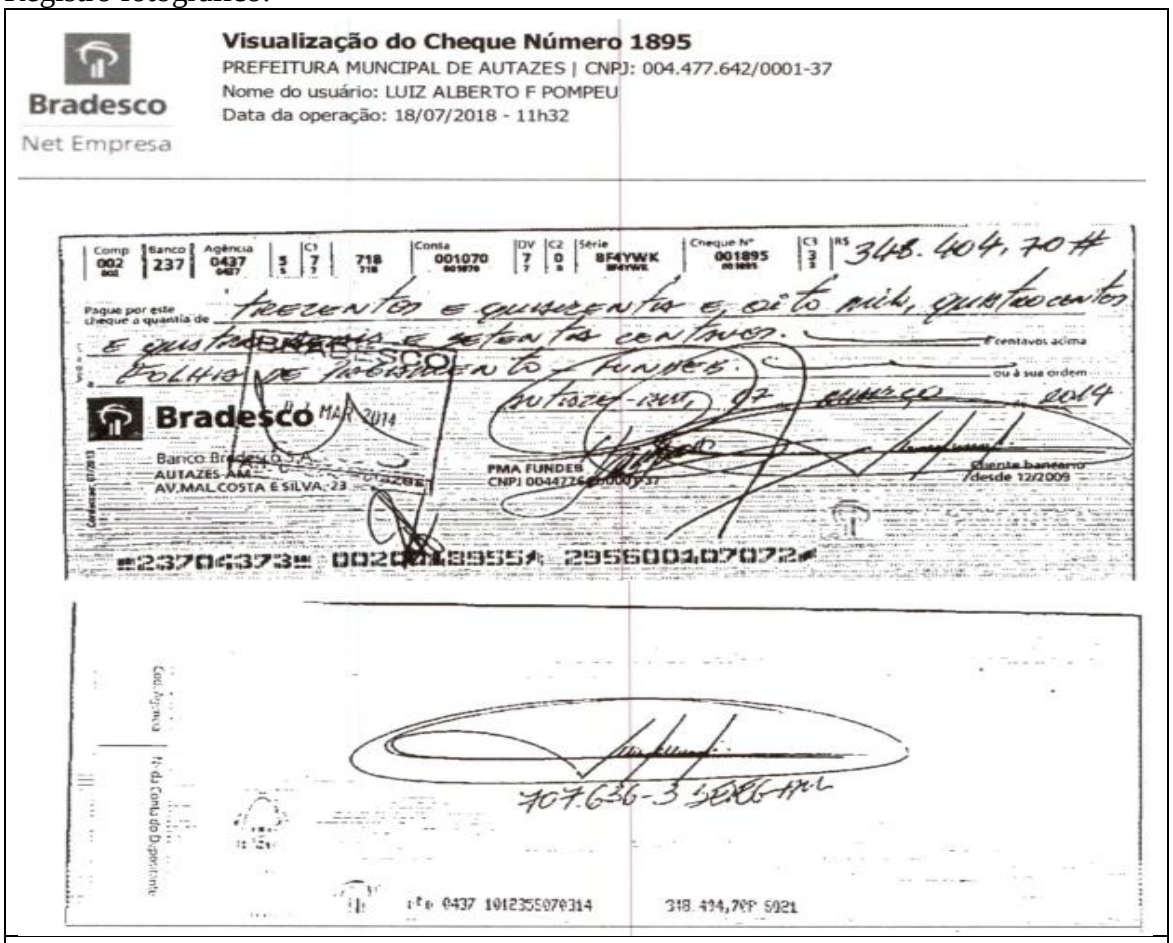
20/JUL/2018 12:05 BRADESCO - EXTRATO AOR18M12
0437 AUTAZES 07-18 1070-7 PMA FUNDEB
CPF/CNPJ 004.477.642/0001-37

DATA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
	Saldo Anterior		5.587,74
06/03/2014	00318 TED-TRANSF ELET DIS REMET.PM AUTAZES -FEB	7560364	69.000,00
06/03/2014	00002 CHEQUE ESPECIE	0001894	74.000,00-
	SALDO EM 06/03/2014		587,74
07/03/2014	00058 DEPOSITO EM DINHEIR O PROPRIO FAVORECIDO	0236101	74.000,00
07/03/2014	00318 TED-TRANSF ELET DIS REMET.PM AUTAZES-OSE	7807292	120.000,00
07/03/2014	00318 TED-TRANSF ELET DIS REMET.PM AUTAZES-PAR -	7864377	480.000,00
07/03/2014	00002 CHEQUE DEP.CONTA	0001895	348.404,70-
07/03/2014	00002 CHEQUE DEP/ESP/DIV	0001896	325.381,03-
	SALDO EM 07/03/2014		802,01

Foto 03 – Extrato da conta do Bradesco para movimentação do Fundeb.

Percebe-se que os recursos vindos do Programa PAR foram usados para fazer saldo ao pagamento dos cheques 1895 e 1896, ambos para pagamento de folha do Fundeb.

Registro fotográfico:



Bradesco
Net Empresa

Visualização do Cheque Número 1895
PREFEITURA MUNCIPAL DE AUTAZES | CNPJ: 004.477.642/0001-37
Nome do usuário: LUIZ ALBERTO F POMPEU
Data da operação: 18/07/2018 - 11h32

Comp 002 | Banco 237 | Agência 0437 | DV 5 | C1 7 | 718 | Conta 001070 | DV 7 | C2 0 | Série 8F4YWK | Cheque Nº 001895 | C3 3 | R$ 348.404,70#

Pague por este cheque a quantia de trezentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e quatro reais e setenta centavos. — reais e centavos acima
folha de pagamento FUNDEB. — ou à sua ordem
Autazes-AM, 07 março 2014

Bradesco 07 MAR 2014
Banco Bradesco S.A.
AUTAZES-AM
AV.MAL.COSTA E SILVA, 23
PMA FUNDEB
CNPJ 004477642/0001-37
Conta bancaria desde 12/2009

⑈237⑆373⑈ 002⑆189955⑈ 29560010707 2⑈

707.636-3 SSP/AM

Cod. Agência | Nº da Conta do Depositante
0437 101235507 0314 348.404,70P 5021

Foto 04 – Cheque número 1895, assinado pelo então Secretário de Finanças JSB, CPF ***.409.282-**.

Registro fotográfico:

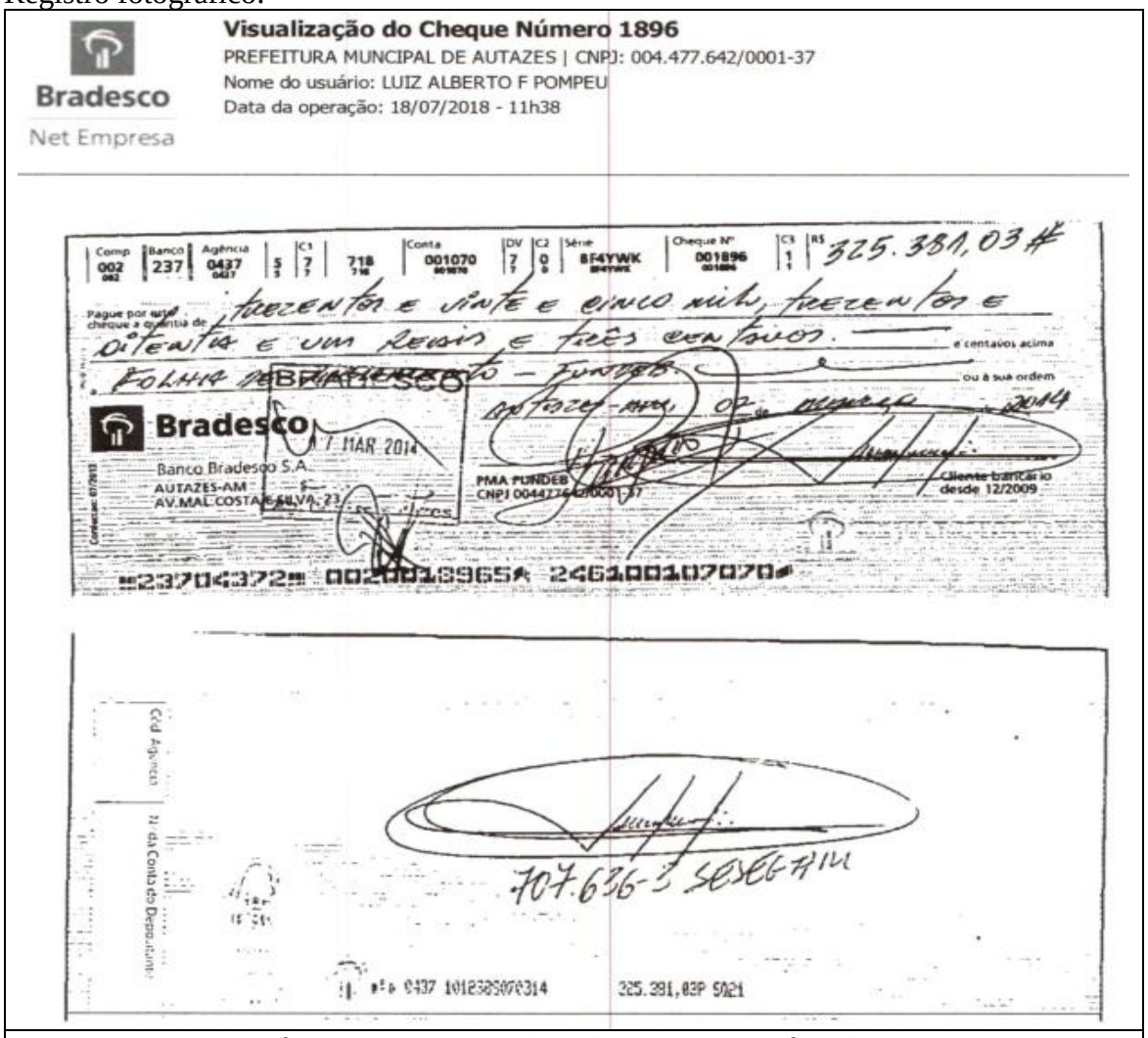


Foto 05 – Cheque número 1896, assinado pelo então Secretário de Finanças JSB, CPF ***.409.282-**.

No mesmo sentido no mês subsequente:

Registro fotográfico:

A33D191113504626011
19/07/2018 11:19:27

GOVERNO

Extrato conta corrente

Cliente - Conta atual

Agência	3378-2	
Conta corrente	27775-4	PM AUTAZES-PAR -
Período do extrato	04/2014	

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
07/03/2014		Saldo Anterior			0,00 C
03/04/2014	03/04/2014	Transferência on line	553.378.000.014.316	150.000,00 D	
03/04/2014	03/04/2014	BB CP Admin Supremo	70	13.049,84 C	
03/04/2014	03/04/2014	Renda Fixa LP 100	2	136.950,16 C	0,00 C
30/04/2014		S A L D O			0,00 C

Foto 06 – Transferência online de R$ 150.000,00 em 03.04.14 para a conta do Banco do Brasil da Prefeitura de Autazes (agência 3378-2, conta 14316-2 – PM Autazes Fundeb).

Registro fotográfico:

A35F200917237112024
20/07/2018 09:41:24

GOVERNO

Cliente - Conta atual

Agência 3378-2
Conta corrente 14316-2 PM AUTAZES -FEB
Período do extrato 04 / 2014

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
28/03/2014		0000	00000 000	Saldo Anterior			0,00 C
01/04/2014	01/04/2014	0000	14011 638	ITCMD	350	146,57 C	
01/04/2014	01/04/2014	0000	14011 639	IPVA	350	8.421,28 C	
01/04/2014	01/04/2014	0000	14011 831	RECEBIMENTO DE ICMS	350	56.692,29 C	
01/04/2014	01/04/2014	0000	14011 954	ICMS-DESONER.EXPORTACO	350	2.297,53 C	
01/04/2014	01/04/2014	0000	99015 470	Transferência on line	553.378.000.112.101	13.400,00 D	
01/04/2014	01/04/2014	0000	00000 345	BB CP Admin Supremo	70	54.157,67 D	0,00 C
02/04/2014	02/04/2014	0000	99015 470	Transferência on line	553.378.000.112.101	13.400,00 D	
02/04/2014	02/04/2014	0000	00000 855	BB CP Admin Supremo	70	13.400,00 C	0,00 C
03/04/2014	03/04/2014	0000	99015 870	Transferência on line	553.378.000.027.775	150.000,00 C	
03/04/2014	03/04/2014	0000	99015 870	Transferência on line	553.378.000.105.553	69.000,00 C	
03/04/2014	03/04/2014	0000	14011 955	COMPLEMENTO UNIAO	350	270.062,40 C	
03/04/2014	03/04/2014	0000	13105 438	TED	40.301	529.600,00 D	
03/04/2014	03/04/2014	0000	00000 855	BB CP Admin Supremo	70	40.537,60 C	0,00 C

Foto 07 – Extrato da conta do Banco do Brasil para movimentação do Fundeb.

Como no mês anterior, os recursos federais ao chegarem na conta do Fundeb (foto 06 acima) fizeram saldo para que o gestor realizasse uma nova TED no valor de R$ 529.600,00 para a conta corrente do Município de forma a utilizá-los com outros fins.

Registro fotográfico:

A33R311028391474021
31/07/2018 10:47:06

GOVERNO

Consulta programas

Conta debitada

Agência 3378-2
Conta 14316-2 PM AUTAZES -FEB
Período 03/04/2014 a 03/04/2014

Favorecidos

Documento	100.006	Valor R$	529.600,00
Finalidade	Outros	Tipo	
Data débito	03/04/2014	Situação	Processado
Banco	237 BRADESCO		
Agência	437-5 AUTAZES	Conta + DV	610600-5
Favorecido	MUNICIPIO DE AUTAZES	CPF/CNPJ	04.477.642/0001-37

Foto 08 – Comprovante da transferência para o Bradesco agência 437-5, conta 610600-5 em 03.04.14.

O restante dos recursos federais foi movimentado em novembro:

Registro fotográfico:

A33Y191204634431011
19/07/2018 12:16:33

GOVERNO

Extrato conta corrente

Cliente - Conta atual

Agência 3378-2
Conta corrente 27775-4 PM AUTAZES-PAR -
Período do extrato 11/2014

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
03/04/2014		Saldo Anterior			0,00 C
05/11/2014	05/11/2014	Transferência on line	553.378.000.014.316	25.000,00 D	
05/11/2014	05/11/2014	Renda Fixa LP 100	2	25.000,00 C	0,00 C
19/11/2014	19/11/2014	Tar Extrato Solic Agência	863.231.200.220.752	2,10 D	
19/11/2014	19/11/2014	Renda Fixa LP 100	2	50,00 C	47,90 C
30/11/2014		S A L D O			47,90 C

Foto 09 – Transferência online de R$ 25.000,00 em 05.11.14 para a conta do Banco do Brasil da Prefeitura de Autazes (agência 3378-2, conta 14316-2 – PM Autazes Fundeb).

A35F200917237112033
20/07/2018 09:48:19

GOVERNO

Cliente - Conta atual

Agência	3378-2
Conta corrente	14316-2 PM AUTAZES -FEB
Período do extrato	11 / 2014

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R$	Saldo
30/10/2014		0000	00000 000	Saldo Anterior			0,00 C
03/11/2014	03/11/2014	0000	14011 954	ICMS-DESONER.EXPORTACO	350	2.297,53 C	
03/11/2014	03/11/2014	0000	00000 345	BB CP Admin Supremo	70	2.297,53 D	0,00 C
04/11/2014	04/11/2014	0000	14011 638	ITCMD	350	96,30 C	
04/11/2014	04/11/2014	0000	14011 639	IPVA	350	6.967,23 C	
04/11/2014	04/11/2014	0000	14011 831	RECEBIMENTO DE ICMS	350	49.166,66 C	
04/11/2014	04/11/2014	0000	00000 345	BB CP Admin Supremo	70	56.250,19 D	0,00 C
05/11/2014	05/11/2014	0000	99015 870	Transferência on line	553.378.000.019.461	20.000,00 C	
05/11/2014	05/11/2014	0000	99015 870	Transferência on line	553.378.000.027.775	25.000,00 C	
05/11/2014	05/11/2014	0000	14011 955	COMPLEMENTO UNIAO	350	270.062,40 C	
05/11/2014	05/11/2014	0000	13105 438	TED	110.501	354.400,00 D	
05/11/2014	05/11/2014	0000	13105 393	TED Transf.Eletr.Disponiv	110.502	20.000,00 D	
05/11/2014	05/11/2014	0000	00000 855	BB CP Admin Supremo	70	59.337,60 C	0,00 C

Foto 10 – Extrato da conta do Banco do Brasil para movimentação do Fundeb.

Por fim, ao chegarem na conta do Fundeb, mais uma vez, houve composição de saldo para uma nova TED para a conta do Bradesco da Prefeitura de Autazes (agência 437-5, conta 1070-7 – PMA Fundeb) de forma a realizar diversos pagamentos em cheque com total desvio de finalidade do Programa.

Registro fotográfico:

A33R311028391474024
31/07/2018 11:00:00

GOVERNO

Consulta programas

Conta debitada

Agência	3378-2
Conta	14316-2 PM AUTAZES -FEB
Período	05/11/2014 a 05/11/2014

Favorecidos

Documento	400.003	Valor R$	354.400,00
Finalidade	Outros	Tipo	
Data débito	05/11/2014	Situação	Processado
Banco	237 BRADESCO		
Agência	437-5 AUTAZES	Conta + DV	1070-7
Favorecido	MUNICIPIO DE AUTAZES	CPF/CNPJ	04.477.642/0001-37

Foto 11 – Comprovante da transferência para o Bradesco agência 437-5, conta 1070-7 em 05.11.14.

Registro fotográfico:

A33R311028391474026
31/07/2018 11:00:31

GOVERNO

Consulta programas

Conta debitada

Agência	3378-2
Conta	14316-2 PM AUTAZES -FEB
Período	05/11/2014 a 05/11/2014

Favorecidos

Documento	200.002	Valor R$	20.000,00
Finalidade	Crédito em conta corrente	Tipo	
Data débito	05/11/2014	Situação	Processado
Banco	237 BRADESCO		
Agência	437-5 AUTAZES	Conta + DV	1070-7
Favorecido	MUNICIPIO DE AUTAZES	CPF/CNPJ	04.477.642/0001-37

Foto 12 – Comprovante da transferência para o Bradesco agência 437-5, conta 1070-7 em 05.11.14.

Registro fotográfico:

20/JUL/2018 12:07 BRADESCO - EXTRATO AOR16M12
0437 AUTAZES 07-18 1070-7 PMA FUNDEB
CPF/CNPJ 004.477.642/0001-37

DATA	HISTORICO	N.DOCTO	VALOR
	Saldo Anterior		851,13
05/11/2014	00058 DEPOSITO EM DINHEIR O PROPRIO FAVORECIDO	0307101	20.000,00
05/11/2014	00299 TRANSF. ENTRE CONTA	0043705	50.000,00
05/11/2014	00318 TED-TRANSF ELET DIS REMET.PM AUTAZES -FEB	1520293	20.000,00
05/11/2014	01642 RECEBIMENTO TED D REMET.PM AUTAZES -FEB	1457978	354.400,00
05/11/2014	00002 CHEQUE DEP.CONTA	0002028	116.737,14-
05/11/2014	00002 CHEQUE DEP.CONTA	0002029	62.515,93-
05/11/2014	00002 CHEQUE DEP/ESP	0002030	33.206,74-
05/11/2014	00002 CHEQUE DEP.CONTA	0002031	111.549,88-
05/11/2014	00002 CHEQUE DEP.CONTA	0002032	73.510,01-
05/11/2014	00002 CHEQUE DEP.CONTA	0002033	40.557,56-
05/11/2014	00002 CHEQUE DEP/ESP	0002034	2.620,09-
	SALDO EM 05/11/2014		4.553,78

Foto 13 – Extrato da conta do Bradesco para movimentação do Fundeb.

Registro fotográfico:

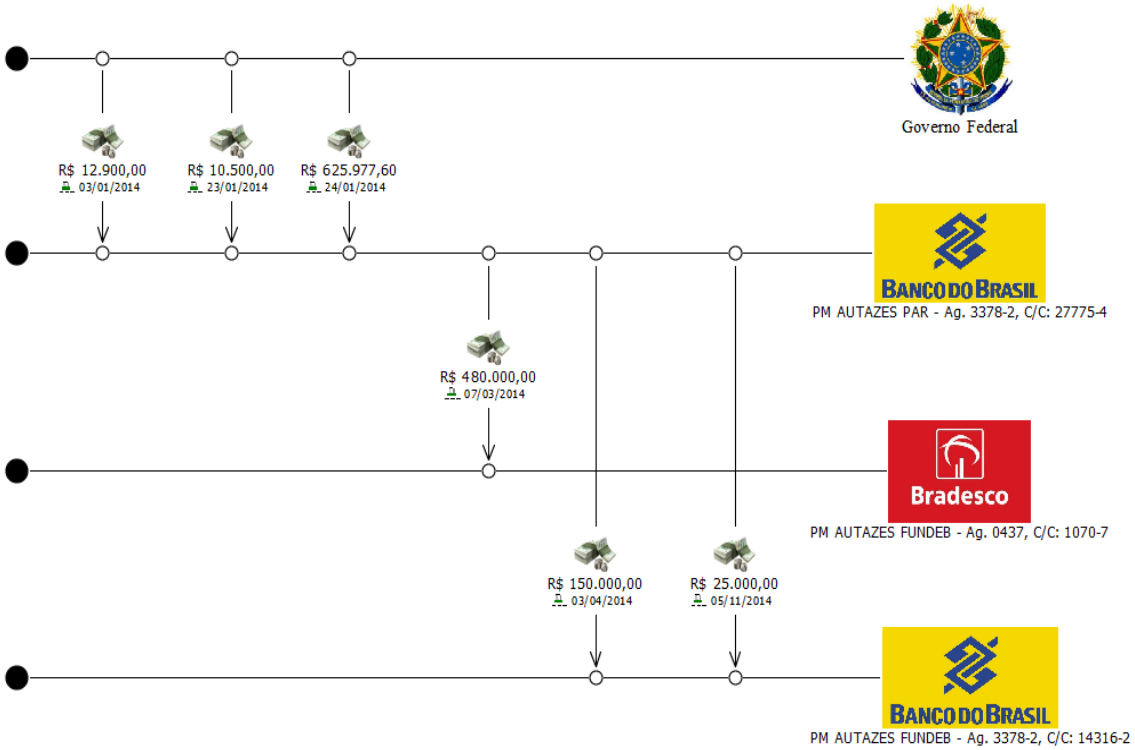


Foto 14 – Movimentações bancárias na conta específica do Programa Plano de Ações Articuladas – PAR (Banco do Brasil, agência 3378-2, conta corrente 27775-4) para aquisição de 03 (três) ônibus escolares para o Município de Autazes/AM com desvio de finalidade dos recursos.

Pelo exposto, conclui-se pelo desvio dos recursos do Programa Plano de Ações Articuladas no montante de R$ 452.877,60, tendo em vista que apenas uma das despesas realizadas teve por objeto a finalidade do Programa, além da possível malversação de recursos oriundos do Funbeb, pois, a priori, foi necessário utilizar recursos de um Programa diverso para quitar dívidas deste Fundo.

Manifestação da Unidade Examinada

A Prefeitura de Autazes/AM manifestou-se através do Ofício nº 150/2018/PMA_GP, de 21/08/2018, sobre o desvio de finalidade dos recursos do Programa Plano de Ações Articuladas no montante de R$ 452.877,60, informando que:

> *"Com respeito ao teor do Relatório emitido, de que trata sobre o desvio de finalidade, quanto a aplicação dos recursos destinados a aquisição de ônibus escolares, através do Programa Caminho da Escola, ratificamos que o gestor que nos antecedeu moveu ação penal (Nottia Criminis) PR-AM-00001030/2015, portanto, encontra-se em curso, nas instâncias de superiores, denúncia acerca da situação constatada."*.

Análise do Controle Interno

A Prefeitura de Autazes ratificou o fato de que houve desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados para execução do Programa Plano de Ações Articuladas - PAR, que previa a compra de 03 (três) ônibus escolares.

2.1.2. Falta de manutenção e dilapidação do ônibus objeto do Programa Plano de Ações Articuladas.

Fato

Em inspeção física, realizada no dia 19/07/2017, ao único ônibus escolar adquirido com os recursos do Programa Plano de Ações Articuladas - PAR objeto do Termo de Compromisso nº 201300697, constatou-se a ausência de manutenções periódicas dos gestores municipais, o que fez o bem ficar inutilizado ao seu propósito e encontrar-se sem funcionamento sofrendo constante sucateamento, causando prejuízos aos estudantes da educação básica da área rural, que não estão contando com esse apoio, bem como a malversação dos recursos gastos com a aquisição do bem. Registre-se por oportuno que esse veículo de transporte rodou apenas 38.947 Km e, hoje encontrasse parado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM.

As evidências a seguir ilustram bem a situação.

Registro fotográfico:

Foto 15 – Ônibus escolar inutilizado encontrado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM. Registro realizado em 19/07/2018.

Registro fotográfico:

Foto 16 – Ônibus escolar inutilizado encontrado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM. Registro realizado em 19/07/2018.

Registro fotográfico:

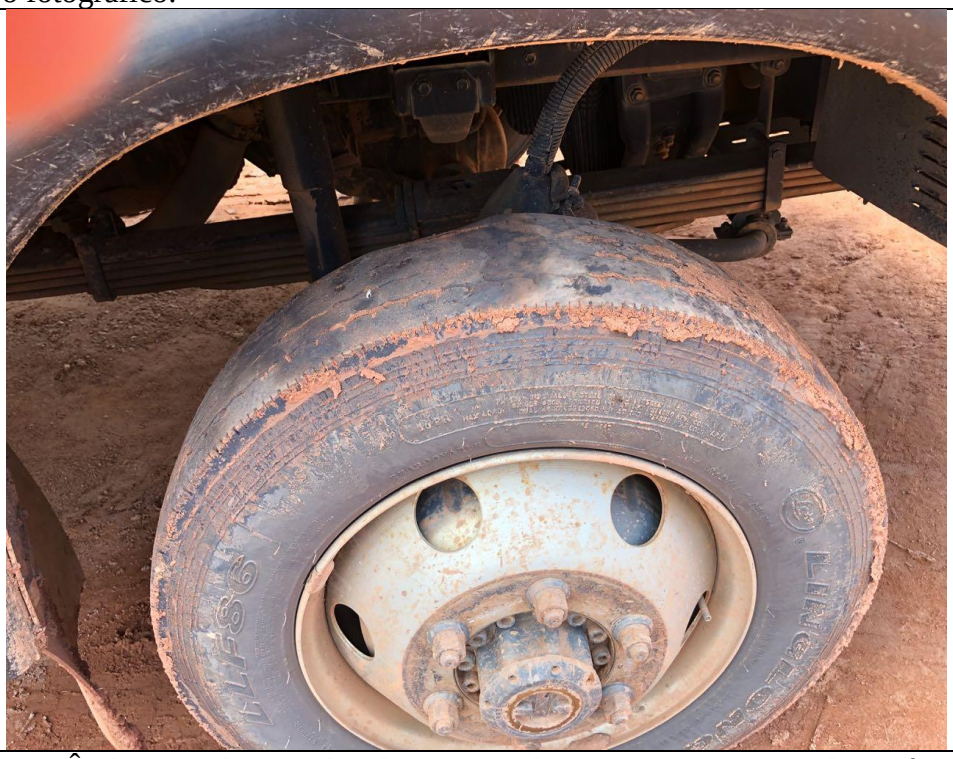


Foto 17 – Ônibus escolar inutilizado encontrado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM. Registro realizado em 19/07/2018.

Registro fotográfico:

Foto 18 – Ônibus escolar inutilizado encontrado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM. Registro realizado em 19/07/2018.

Registro fotográfico:

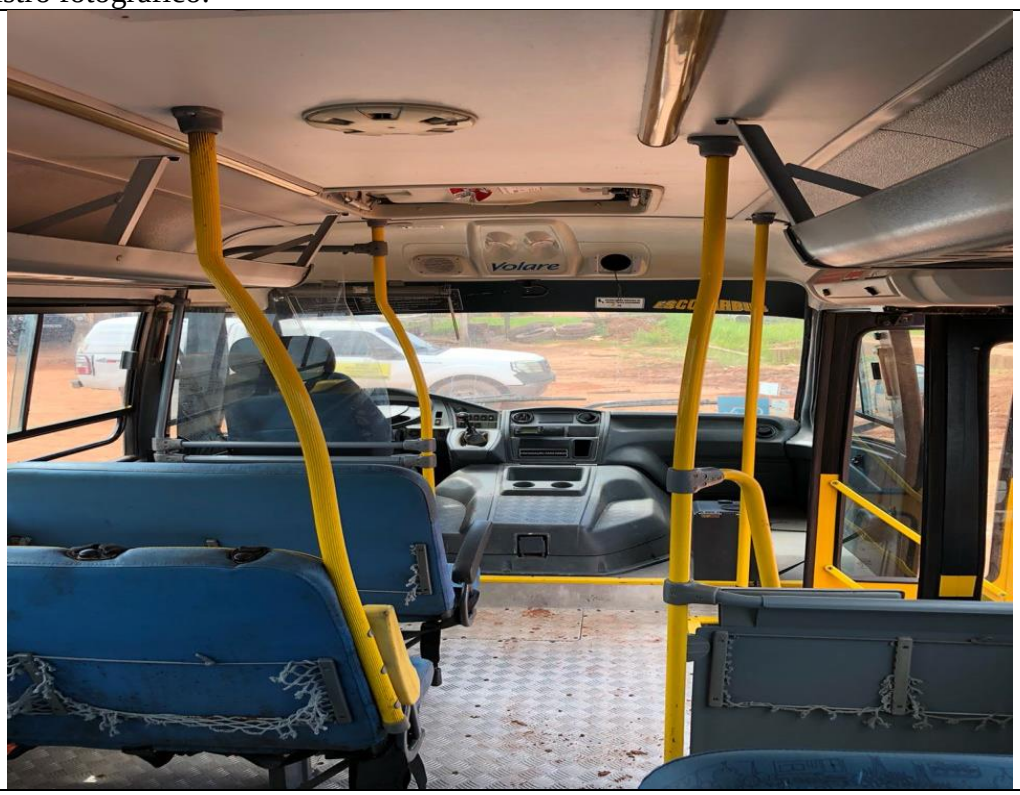


Foto 19 – Detalhe do interior do ônibus escolar inutilizado encontrado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM. Registro realizado em 19/07/2018.

Registro fotográfico:

Foto 20 – Ônibus escolar inutilizado encontrado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM, mostrando que o veículo rodou apenas 38.947 Km. Registro realizado em 19/07/2018.

Registro fotográfico:

Foto 21 – Identificação do ônibus escolar encontrado no estacionamento da Prefeitura de Autazes/AM. Registro realizado em 19/07/2018.

Manifestação da Unidade Examinada

Em que pese a Prefeitura de Autazes ter se manifestado a respeito do desvio de finalidade dos recursos para aquisição de ônibus escolares, a mesma não se manifestou a respeito de o único ônibus escolar adquirido através do Programa Caminho da Escola encontrar-se parado e sem uso.

Análise do Controle Interno

A manutenção do ônibus escolar é um item importante para que este objeto atinja a finalidade pública, ou seja, um ônibus escolar, apesar de novo, parado em um estacionamento, não atende a necessidade de transporte dos estudantes de Autazes, além de que, a equipe de fiscalização não verificou adoção, por parte da prefeitura, de medidas para correção dessa falta de manutenção do ônibus escolar.

2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

3. Conclusão

Pelas constatações apresentadas, conclui-se pelo não atingimento dos objetivos do Programa, bem como por desvios dos recursos destinados ao mesmo no montante de R$ 452.877,60.

Ordem de Serviço: 201800845
Município/UF: Autazes/AM
Órgão: MINISTERIO DA INDUSTRIA, COMERCIO EXTERIOR E SERVICOS
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: Secretaria de Aquicultura e Pesca
Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.

1. Introdução

A ação de controle refere-se à fiscalização do Seguro Defeso no município de Autazes/AM, com o objetivo de identificar a regularidade dos beneficiários inscritos no Registro Geral de Atividade Pesqueira - RGP que tem como consequência o pagamento indevido a beneficiários que não atendem aos critérios estabelecidos pela legislação do Programa.

Para avaliar o atendimento aos critérios do Seguro Defeso foi selecionada uma amostra de beneficiários para serem entrevistadas pelos auditores da CGU, para confrontar informações do RGP e da solicitação do benefício.

A seleção da amostra foi feita aleatoriamente, sendo escolhidos, inicialmente, 24 beneficiários. Desses, doze foram efetivamente visitados/avaliados.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 16 a 20 de julho de 2018.

Cabe ressaltar que o Relatório decorrente desta Fiscalização de Entes Federativos (FEF) será apresentado, posteriormente, ao Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, gestor federal responsável pelos recursos do benefício.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais.

2.1.1. Verificação da regularidade dos beneficiários inscritos no RGP

Fato

Para verificação da regularidade dos beneficiários inscritos no Registro Geral da Atividade Pesqueira – RGP, foram selecionados 24 pescadores residentes no município de Autazes, cadastrados no RGP e beneficiários do pagamento do seguro desemprego na modalidade pescador artesanal durante o período de defeso 2016 e 2017, para realização de visitas às residências e entrevistas. Mas, por motivos de logística, a seleção inicial foi reduzida para doze pescadores, que foi a amostra analisada pela equipe de fiscalização. As entrevistas

tiveram como foco verificar se os beneficiários exercem exclusivamente a atividade de pesca para fins comerciais.

Do total da amostra, um pescador não foi encontrado em razão de a casa estar fechada no momento da visita da equipe de fiscalização da CGU, e quatro endereços não foram localizados, totalizando 41,66% da amostra.

Nos outros sete endereços restantes, foram realizadas sete entrevistas com beneficiários do Seguro Defeso (ou pessoa da família), representando 58,33% do total da amostra.

Em relação às sete entrevistas realizadas com beneficiários do Seguro Defeso, foi constatado que 57,14% dos entrevistados não exercem a atividade da pesca ou nunca pescaram. Esse dado revela deficiências tanto no cadastro de pescadores no RGP quanto na comprovação dos requisitos para recebimento do Seguro Defeso. Ademais, 14,29% dos entrevistados até exercem a pesca, mas não com fins comerciais.

Considerando os critérios para concessão do Seguro Defeso, constatou-se que 71,43% dos pescadores entrevistados residentes no Município de Autazes não é público alvo do programa em virtude de não terem exercido a pesca no período analisado pela entrevista (2016 e 2017) ou de a terem exercido, mas não com fins comerciais.

Por fim, apenas 28,57% dos entrevistados informaram que exercem a pesca de forma autônoma, para fins comerciais, como única fonte de renda, encaixando-se, portanto, no conceito de pescador artesanal profissional.

Esses dados revelam deficiências tanto no cadastro de pescadores no RGP quanto na comprovação dos requisitos para recebimento do Seguro Defeso que resultaram no pagamento irregular no montante de R$ 37.746,00 do benefício, nos anos de 2016 e 2017, para não pescadores no município de Autazes/AM, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Quadro – Pagamentos irregulares do benefício Seguro-Defeso (2016 e 2017) para não pescadores no município de Autazes (Apenas os localizados pela equipe de fiscalização).

Beneficiário do Seguro Defeso (CPF)	**Valores recebidos referentes ao seguro defeso do período de 15/11/2016 a 15/03/2017 (2016) (em R$)**	**Valores recebidos referentes ao seguro defeso do período de 15/11/2017 a 15/03/2018 (2017) (em R$)**	**Total recebido no período (2016+2017) (em R$)**
***.952.742-**	3.748,00	3.816,00	7.564,00
***.795.742-**	3.748,00	3.816,00	7.564,00
***.355.112-**	3.748,00	3.816,00	7.564,00
***.496.992-**	3.691,00	3.816,00	7.507,00
***.498.202-**	3.748,00	3.799,00	7.547,00
TOTAIS	**18.683,00**	**19.063,00**	**37.746,00**

Fonte: Portal da Transparência

Destaque-se que esse é um prejuízo mínimo em virtude de ter-se avaliado apenas 58,33% da amostra.

Quadro consolidado com entrevistas realizadas

Beneficiário do Seguro Defeso (CPF)	Exerce a pesca com fins comerciais?					
	Não, não exerce a pesca.	Sim, de forma autônoma ou em economia familiar (artesanal), como sua ÚNICA fonte de renda.	Sim, de forma autônoma ou em economia familiar (artesanal), como sua PRINCIPAL fonte de renda.	Sim, como fonte de renda secundária (bico).	Sim, exerce outro tipo (não artesanal).	Exerce a pesca, mas não com fins comerciais.
***.952.742-**	X					
***.795.742-**	X					
***.532.782-**		X				
***.355.112-**	X					
***.496.992-**						X
***.735.822-**		X				
***.498.202-**	X					
Total	57,14%	28,57%	-	-	-	14,29%

Fonte: Papéis de trabalho da equipe da CGU.

Segue quadro resumo dos pescadores selecionados para o município de Autazes/AM:

Quadro – Pescadores selecionados para o município de Autazes/AM

N. de ordem	Número do pescador no RGP	CPF	Local da entrevista
1	AMP1196327	***.952.742-**	No comércio da família
2	AMP0251943	***.795.742-**	No comércio da família
3	AMP0673371	***.532.782-**	Na sua residência
4	AMP1197868	***.355.112-**	No seu comércio
5	1149492	***.496.992-**	Na sua residência
6	AMP0217534	***.735.822-**	Na sua residência
7	AMP1156865	***.498.202-**	Na sua residência
8	1025259	***.227.572-**	Não realizada devido à residência estar fechada (não havia ninguém no local). Vizinhos informaram que a beneficiária estava para Manaus/AM.
9	AMP0469112	***.190.372-**	Não realizada devido ao endereço ser inexistente ou genérico
10	AMP0384883	***.146.232-**	Não realizada devido ao endereço ser inexistente ou genérico
11	AMP0675525	***.836.072-**	Não realizada devido ao endereço ser inexistente ou genérico
12	AMP0196139	***.712.912-**	Não realizada devido ao endereço ser inexistente ou genérico
13	AMP1196801	***.959.282-**	Não realizada por motivos diversos
14	AMP0690276	***.956.592-**	Não realizada por motivos diversos
15	AMP0746141	***.115.042-**	Não realizada por motivos diversos

N. de ordem	Número do pescador no RGP	CPF	Local da entrevista
16	AMP0903226	***.341.532-**	Não realizada por motivos diversos
17	AMP0773869	***.357.512-**	Não realizada por motivos diversos
18	AMP1126483	***.431.952-**	Não realizada por motivos diversos
19	AMP0469071	***.668.652-**	Não realizada por motivos diversos
20	AMP0942942	***.892.572-**	Não realizada por motivos diversos
21	AMP0455170	***.885.362-**	Não realizada por motivos diversos
22	AMP0245847	***.441.532-**	Não realizada por motivos diversos
23	AMP0754000	***.473.962-**	Não realizada por motivos diversos
24	AMP0740989	***.337.252-**	Não realizada por motivos diversos

Fonte: Papéis de trabalho da equipe da CGU.

Das entrevistas realizadas com os sete pescadores, verificou-se o que segue:

- CPF ***.952.742-**: declarou que exerce atividade do lar e que trabalha no comércio da família, não exercendo atividade de pesca nos anos de 2016 e 2017. A entrevista foi realizada no endereço do comércio da família (tipo mercearia). Declarou ter recebido o seguro defeso referente ao ano de 2016 e 2017. Possui a carteira de RGP, é filiado a colônia de pescadores AM-7 e possui o entendimento de que para ter direito ao seguro defeso precisa estar filiado a uma Colônia de Pescadores. Não foi visualizado qualquer petrecho de pesca no local.
- CPF ***.795.742-**: a entrevista foi realizada com membro da família (filha) da beneficiária, a qual declarou que a beneficiária exerce atividade do lar e que trabalha no comércio da família. Durante a entrevista a beneficiária encontrava-se na sua residência que fica ao lado do comércio da família. A declarante informou que a beneficiária recebeu o seguro defeso dos anos de 2016 e 2017, e que não exerce atividade de pesca. Informou que possui a carteira do RGP, que é filiado à Colônia de Pescadores AM-7 e entende que, para ter direito ao seguro defeso, precisaria estar filiado a uma Colônia de Pescadores. Não foi visualizado qualquer petrecho de pesca no local.
- CPF ***.532.782-**: declarou viver exclusivamente da atividade pesqueira e utiliza malhadeira e embarcação própria, tipo bote com motor rabeta, para a pesca. O bote estava localizado no rio em frente a sua residência, e os petrechos foram adquiridos no comércio local de Autazes (Rei da Malhadeira e na Casa da Pesca). Foi solicitada comprovação de venda do pescado (como notas fiscais), porém o entrevistado afirmou que não possui documento formal da operação, mas que as vendas são realizadas para um atravessador de nome J*** H*** que fica localizado na sede do município de Autazes, para quem vende o seu pescado a R$/Kg 4,00. Declarou ter recebido o seguro defeso nos anos de 2016 e 2017. Possui a carteira do RGP, é filiado a Colônia de Pescadores Z-7 e entende que, para ter direito ao seguro defeso, precisa estar filiado a uma Colônia de Pescadores.

- CPF ***.355.112-**: declarou que exerce atividade laboral no seu próprio comércio de estivas em geral, não exercendo atividade de pesca nos anos de 2016 e 2017. A entrevista foi realizada no seu próprio endereço comercial onde também fica a sua residência. Declarou ter recebido o seguro defeso referente aos anos de 2016 e 2017. Possui a carteira do RGP, é filiado à Colônia de Pescadores AM-7. Pelo seu conhecimento, entende que precisa estar filiado a uma Colônia de Pescadores para ter direito ao seguro defeso. Não foi visualizado qualquer petrecho de pesca no local.
- CPF: ***.496.992-**: o entrevistado afirmou que só exerce a pesca como atividade de subsistência e que sua fonte de renda vem da agricultura com a produção de farinha de mandioca. Sua residência fica localizada na beira do rio e possui petrechos de pesca como bote e malhadeira. Declarou ter recebido o seguro defeso referente aos anos de 2016 e 2017. Possui a carteira do RPG e está filiado ao Sindipesca. E, pelo seu conhecimento, precisa estar filiado a uma Colônia de Pescadores para receber o seguro defeso.
- CPF ***.735.822-**: declarou viver exclusivamente da atividade pesqueira e utilizar a embarcação própria, tipo bote com motor rabeta, para a pesca o qual estava localizado na sua residência. Foi solicitada comprovação de venda do pescado (como notas fiscais), porém o entrevistado afirmou que não existe documento dessa operação, mas que as vendas são realizadas para um atravessador que compra o produto na Vila, ao preço de R$/Kg 3,00. Declarou ter recebido o seguro defeso nos anos de 2016 e 2017. Possui a carteira do RGP, é filiado à Colônia de Pescadores Z-7 e, pelo seu conhecimento, para ter direito ao seguro defeso precisa estar filiado a uma Colônia de Pescadores.
- CPF ***.498.202-**: A entrevista foi realizada com membro da família (cônjuge), na residência da beneficiária: uma fazenda onde é feita a criação de gado. O declarante informou que a venda de leite é a principal atividade econômica de sustento da família, e que a beneficiária não exerce atividade de pesca. Não soube informar, no entanto, se a beneficiária recebeu o seguro defeso nos anos de 2016 e 2017. Não foi visualizado qualquer petrecho de pesca no local.
Assim, a partir das entrevistas realizadas, observa-se que somente dois indivíduos vivem exclusivamente da pesca; um terceiro pratica a pesca de subsistência juntamente com a atividade de agricultura; e os outros quatro não são pescadores, conforme quadro a seguir:

Quadro – Resultado das entrevistas realizadas

CPF	É pescador?	Finalidade da Pesca	Vive exclusivamente da pesca?	Atividades exercidas	Confirma o recebimento do seguro defeso?
***.952.742-**	Não	-	-	Do lar e comércio familiar	Sim
***.795.742-**	Não	-	-	Do lar e comércio familiar	Sim
***.532.782-**	Sim	Comercial	Sim	-	Sim
***.355.112-**	Não	-	-	Comércio próprio	Sim
***.496.992-**	Sim	Subsistência	Não	Agricultura	Sim
***.735.822-**	Sim	Comercial	Sim	-	Sim
***.498.202-**	Não	-	-	Do lar	Não sabe informar

Fonte: Papéis de trabalho da equipe da CGU.

- Verificação da regularidade do endereço do beneficiário inscrito no RGP.

Para verificação da regularidade do cadastro do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP foram selecionados 24 pescadores residentes no município de Autazes/AM, cadastrados no RGP. Mas, por motivos de logística, a seleção inicial foi reduzida para 12 pescadores, que foi a amostra analisada pela equipe de fiscalização para realização de visitas às residências e entrevistas e cotejamento com endereço de outras bases de dados.

Foram utilizados os endereços dos beneficiários registrados no Cadastro Único do Governo Federal (CadÚnico) do Ministério do Desenvolvimento Social-MDS e os endereços cadastrados na base de dados do RGP da Secretária de Aquicultura e Pesca. As análises tiveram como foco verificar se os endereços cadastrados no RGP são fidedignos e se há indícios que os pescadores residem em outro munícipio.

Das doze visitas empreendidas, foram confirmados oito beneficiários nos endereços informados. E desses, apenas sete beneficiários foram localizados para entrevista, sendo que em todos os casos foi necessário utilizar o apoio da prefeitura municipal e a ajuda de moradores do município para a localização dos pescadores. De um modo geral, os endereços do RGP são muitos genéricos.

Quadro - Base de dados utilizada para localização (Apenas das entrevistas realizadas)

Base de dados utilizada para localização dos beneficiários	Qtde.	% da Amostra
RGP	4	33,33%
CADÚNICO	3	25,00%
Total	**7**	**58,33%**

Fonte: Exames efetuados pela CGU, em julho de 2018.

Destaque-se que nas outras cinco visitas empreendidas, os beneficiários não foram localizados para a entrevista, ou seja, 41,66% do total da amostra, não foram entrevistados. Segue tabela contendo o resumo dos motivos verificados para a não realização das entrevistas.

Quadro - Pescadores não entrevistados

Motivo para a não realização da entrevista	Qtde.	% da Amostra
Residência fechada. Não havia ninguém no local.	1	8,33%
Endereço inexistente ou genérico.	4	33,33%
Total	**5**	**41,66%**

Fonte: Exames efetuados pela CGU, em julho de 2018

2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que o pagamento dos benefícios no município de Autazes/AM não está em total conformidade com os normativos e exige providências e aprimoramentos por parte do gestor federal, considerando as situações tratadas no item específico deste Relatório.

Dentre as principais constatações registradas neste Relatório, destacam-se:

a) Beneficiários que não exercem a atividade de pesca;

b) Beneficiários não localizadas nos endereços cadastrados ou com endereços genéricos registrados no RGP.

Ordem de Serviço: 201800793
Município/UF: Autazes/AM
Órgão: MINISTERIO DA SAUDE
Instrumento de Transferência: Fundo a Fundo ou Concessão
Unidade Examinada: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM
Montante de Recursos Financeiros: R$ 2.040.000,00

1. Introdução

A presente Ordem de Serviço avalia o Programa requalifica UBS, Proposta nº 11622.8550001/13-006, que trata da construção da UBS Açupuranga, UBS Gilberto Pinto, UBS Santa Verônica, UBS Cidade Nova e UBS São José, todas localizadas no município de Autazes/AM.

Todas as UBS possuem um valor da Proposta de R$ 408.000,00, totalizando R$ 2.040.000,00.

A execução das obras foi avaliada no período de 15 a 20 de julho 2018 e pretende avaliar a execução física das obras.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja dos **gestores federais**.

2.2 Parte 2

Nesta parte serão apresentadas as situações detectadas cuja **competência primária** para adoção de medidas corretivas pertence ao **executor do recurso federal**.

Dessa forma, compõem o relatório para conhecimento dos Ministérios repassadores de recursos federais, bem como dos Órgãos de Defesa do Estado para providências no âmbito de suas competências, embora não exijam providências corretivas isoladas por parte das pastas ministeriais. Este Ministério não realizará o monitoramento isolado das providências saneadoras relacionadas a estas constatações.

2.2.1. Inexecução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde da Comunidade Açupuranga, gerando prejuízo total de R$ 326.400,00.

Fato

Trata-se de inspeção física realizada na obra de construção da Unidade Básica de Saúde Açupuranga, localizada na Comunidade Açupuranga, no Município de Autazes/AM.

Inicialmente, esclareça-se que inexistem processos licitatórios e de pagamentos conforme Ofício nº 100/2018/PMA-GP, de 17/05/2018, que assim esclarece:

> Com relação aos itens requisitados por esse Órgão de Controle, elencados na **Solicitação de Fiscalização nº 201800793/03 / TÓPICO Programa "Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde – UBS",** temos a informar os fatos narrados a seguir:
>
> I – Relativo ao que trata a solicitação em epígrafe, informamos que a gestão que nos antecedeu moveu denúncia junto à Justiça Federal, datada de 03/03/2015, atestando Notícia Crime, com pedido de ação penal, (conforme cópia anexa), face a constatação de possível desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados à construção e ampliação das UBS em lide, objeto de convênios firmados, à época, no exercício de 2014.
>
> II – Referente a documentação alistada nos itens 1 a 13, não localizamos nos arquivos da Prefeitura o material requisitado, salientando que durante a mudança de gestão, ocorrida no início do ano de 2017, não houve a necessária transição de cargo, momento em que inclusive, vários documentos e equipamentos foram extraviados, impedindo-nos, por consequência, de atendermos ao solicitado.

Assim, essa Controladoria se ateve em verificar o andamento da construção do objeto, por meio das informações disponíveis no SISMOB[1], que "*é o sistema informatizado desenvolvido pelo Ministério da Saúde, para cadastro e análise de propostas de projetos de saúde e monitoramento da execução de obras de transferência fundo a fundo*"[2].

Destaca-se que os pagamentos ocorreram durante a gestão do Prefeito RWPS (CPF ***.048.062-**), do Secretário de Finanças JSB (CPF ***.409.282-**) e do Secretário de Saúde KSM (CPF ***.871.082-**).

A Construtora indicada no SISMOB como a executora da construção da UBS é a empresa E R Construção Civil Ltda (CNPJ 08.642.595/0001-90), cujo sócio ERC (CPF: ***.898.302-**) foi localizado por esta Controladoria na Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM.

---

[1] Proposta nº 11622.8550001/13-006
[2] http://portalms.saude.gov.br/sismob/

Registro fotográfico:

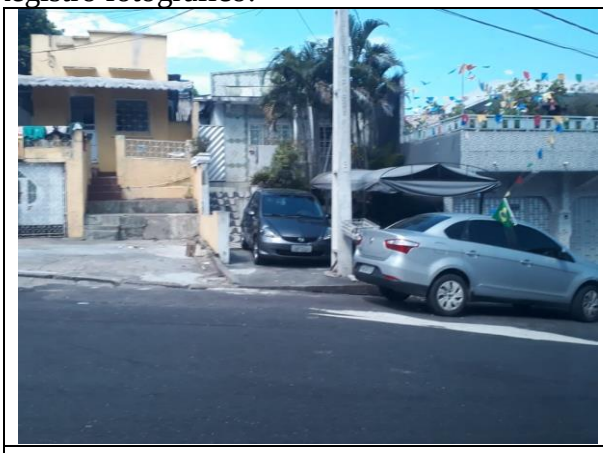


Foto 01 - Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM	Foto 02 - Veículo de ERC localizado na frente da sua residência.

Conforme Relatório do Sistema Nacional de Auditoria, constante da fl. 262 do processo do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000324/2015-29 (Procuradoria da República do Amazonas), a conta bancária única e especifica referente à construção da UBS Açupuranga é a de número 104 4539 624009-8.

A movimentação financeira da conta bancária está a seguir ilustrada[3]:

Tabela 1 – Movimentações bancárias da conta específica 104 4539 624009-8.

CNPJ	**NOME**	**DATA**	**LANC[1]**	**VALOR DA OPERAÇÃO (R$)**
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	03/09/2013	C	81.600,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	07/11/2013	D	81.416,19
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	05/08/2014	C	244.800,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	06/08/2014	D	244.800,00

1 - LANC – Lançamento: C (a crédito) ou D (a débito)

[3] Conforme Oficio nº 2050/2018/SR AMAZONAS, de 27/06/2018 e Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240098
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:          81.416,19

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: Pagamento de Serviços
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 03 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624009-8, demonstrando que o valor de R$ 81.416,19 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240098
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:         244.800,00

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: PAGAMENTO DE SERVIÇOS
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 04 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624009-8, demonstrando que o valor de R$ 244.800,00 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

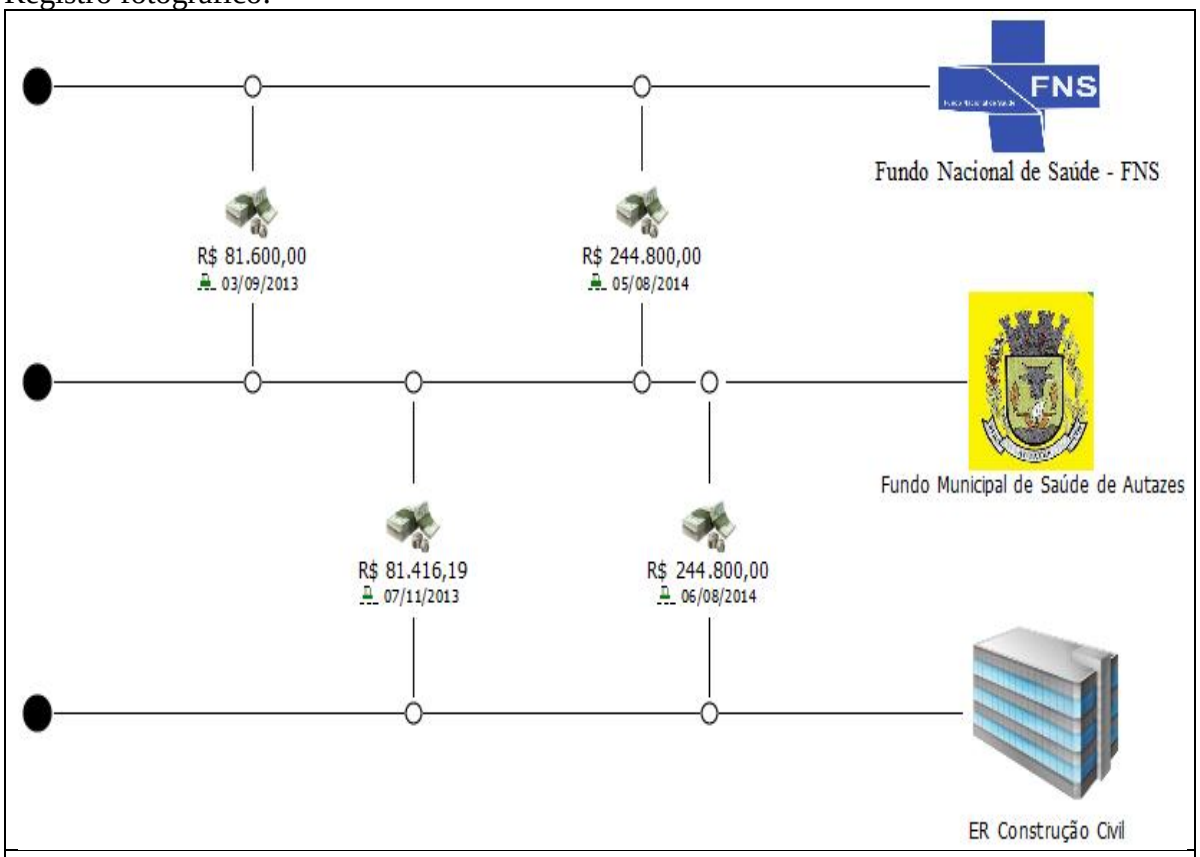


Foto 05 – Transferências bancárias do Fundo Nacional de Saúde para a conta bancária única e especifica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Açupuranga (número 104 4539 624009-8) e, deste Fundo Municipal para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME.

Dessa forma, observa-se que foi repassado para a conta corrente específica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Açupuranga o montante de R$ 326.400,00 e, logo após, o montante de R$ 326.216,19 foi transferido do referido Fundo Municipal para empresa E R Construção Civil Ltda.

Importante destacar que durante visita de fiscalização realizada no dia 15/07/2018, observou-se que inexiste na comunidade qualquer indício de sua execução. Além de que, os moradores afirmam que a obra nunca foi iniciada e, por conseguinte, o serviço de saúde funciona numa sede improvisada, conforme ilustrado a seguir.

Registro fotográfico:

Foto 06 – Sede improvisada da UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Foto 07 – Recepção da Sede improvisada da UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018

Registro fotográfico:

Foto 08 – Sala de Odontologia (sem uso) da Sede improvisada da UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

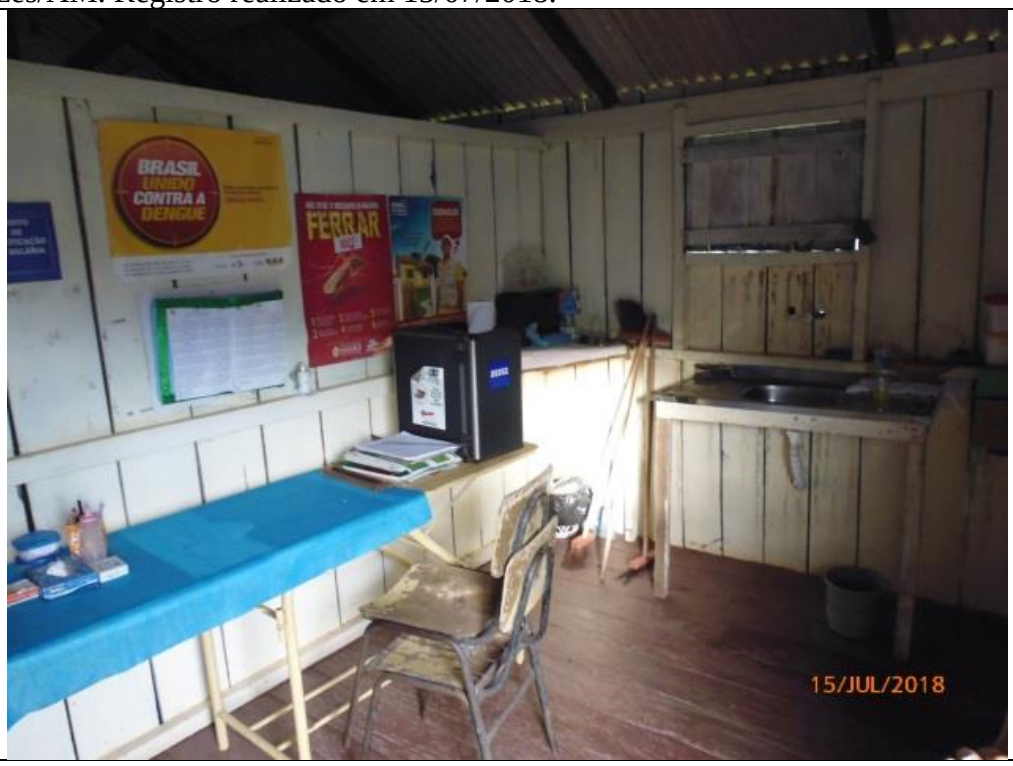


Foto 09 –Sala de Atendimento da Sede improvisada da UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

As fotos a seguir ilustram o local (S 03º 07’ 17,8” W 060º 01’ 22,4”) onde deveria ter sido construída a UBS Açupuranga.

Registro fotográfico:

Foto 10 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Foto 11 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Registro fotográfico:

Foto 12 - Local onde deveria ter sido construída a UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Foto 13 - Local onde deveria ter sido construída a UBS Açupuranga, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

A UBS Açupuranga foi aprovada como Unidade de Porte 1 do Programa Requalifica UBS e deveria possuir a seguinte perspectiva de fachada.

Registro fotográfico:

Foto 14 – Perspectiva da UBS (projeto).

Foto 15 – Idem.

Assim, dada a inexecução total da obra, conclui-se pelo prejuízo total de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Manifestação da Unidade Examinada

A Prefeitura de Autazes/AM manifestou-se através do Ofício nº 150/2018/PMA_GP, de 21/08/2018, sobre a inexecução total da obra da UBS Açupuranga informando que:

> *"Com relação ao Relatório emitido, relacionado aos itens 1, 2, 3, 4 e 5, que tratam sobre a construção de Unidades Básicas de Saúde, mediante o Programa Saúde da Família, nossa gestão municipal reitera que as obras em lide são objeto de denúncia, movida pela gestão anterior, onde as mesmas encontram-se em tramitação nas instâncias superiores, conforme informado no Ofício nº 100/2018, de 17 de maio de 2018."*.

Análise do Controle Interno

A Prefeitura de Autazes ratificou o fato de que houve inexecução total da obra da UBS Açupuranga, inclusive informando que protocolou uma denúncia a esse respeito no Ministério Público Federal (PR-AM-00001030/2015).

2.2.2. Inexecução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde Gilberto Pinto, gerando prejuízo total de R$ 326.400,00.

Fato

Trata-se de inspeção física realizada na obra de construção da Unidade Básica de Saúde Gilberto Pinto, localizada na Comunidade Novo Céu, no Município de Autazes/AM.

Inicialmente, esclareça-se que inexistem processos licitatórios e de pagamentos conforme Ofício nº 100/2018/PMA-GP, de 17/05/2018, que assim esclarece:

> Com relação aos itens requisitados por esse Órgão de Controle, elencados na **Solicitação de Fiscalização nº 201800793/03 / TÓPICO Programa "Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde – UBS",** temos a informar os fatos narrados a seguir:
>
> I – Relativo ao que trata a solicitação em epígrafe, informamos que a gestão que nos antecedeu moveu denúncia junto à Justiça Federal, datada de 03/03/2015, atestando Notícia Crime, com pedido de ação penal, (conforme cópia anexa), face a constatação de possível desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados à construção e ampliação das UBS em lide, objeto de convênios firmados, à época, no exercício de 2014.
>
> II – Referente a documentação alistada nos itens 1 a 13, não localizamos nos arquivos da Prefeitura o material requisitado, salientando que durante a mudança de gestão, ocorrida no início do ano de 2017, não houve a necessária transição de cargo, momento em que inclusive, vários documentos e equipamentos foram extraviados, impedindo-nos, por consequência, de atendermos ao solicitado.

Assim, essa Controladoria se ateve em verificar o andamento da construção do objeto, por meio das informações disponíveis no SISMOB[4], que "*é o sistema informatizado desenvolvido pelo Ministério da Saúde, para cadastro e análise de propostas de projetos de saúde e monitoramento da execução de obras de transferência fundo a fundo*"[5].

Destaca-se que os pagamentos ocorreram durante a gestão do Prefeito RWPS (CPF ***.048.062-**), do Secretário de Finanças JSB (CPF ***.409.282-**) e do Secretário de Saúde KSM (CPF ***.871.082-**).

A Construtora indicada no SISMOB como a executora da construção da UBS é a empresa E R Construção Civil Ltda (CNPJ 08.642.595/0001-90), cujo sócio ERC (CPF: ***.898.302-**) foi localizado por esta Controladoria na Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM.

Registro Fotográfico:

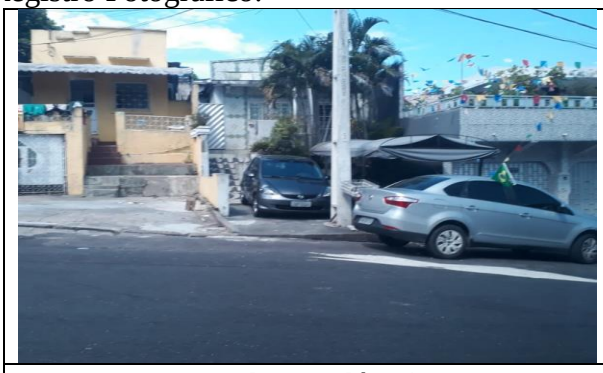


Foto 01 - Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM	Foto 02 - Veículo de ERC localizado na frente da sua residência.

Conforme Relatório do Sistema Nacional de Auditoria, constante da fl. 262 do processo do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000324/2015-29 (Procuradoria da República do Amazonas), a conta bancária única e especifica referente à construção da UBS Gilberto Pinto é a de número 104 4539 624008-0.

A movimentação financeira da conta bancária está a seguir ilustrada[6]:

Tabela 1 – Movimentações bancárias da conta específica 104 4539 624008-0.

CNPJ	**NOME**	**DATA**	**LANC[1]**	**VALOR DA OPERAÇÃO R$**
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	03/09/2013	C	81.600,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	07/11/2013	D	81.416,19
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	05/08/2014	C	244.800,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	06/08/2014	D	244.800,00

[4] Proposta nº 11622.8550001/13-006
[5] http://portalms.saude.gov.br/sismob/
[6] Conforme Oficio nº 2050/2018/SR AMAZONAS, de 27/06/2018 e Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

LANC – Lançamento: C (a crédito) ou D (a débito)

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240080
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:          81.416,19

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: Pagamento de Serviços
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 03 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624008-0, demonstrando que o valor de R$ 81.416,19 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240080
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:         244.800,00

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: PAGAMENTO DE SERVIÇOS
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 04 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624008-0, demonstrando que o valor de R$ 244.800,00 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

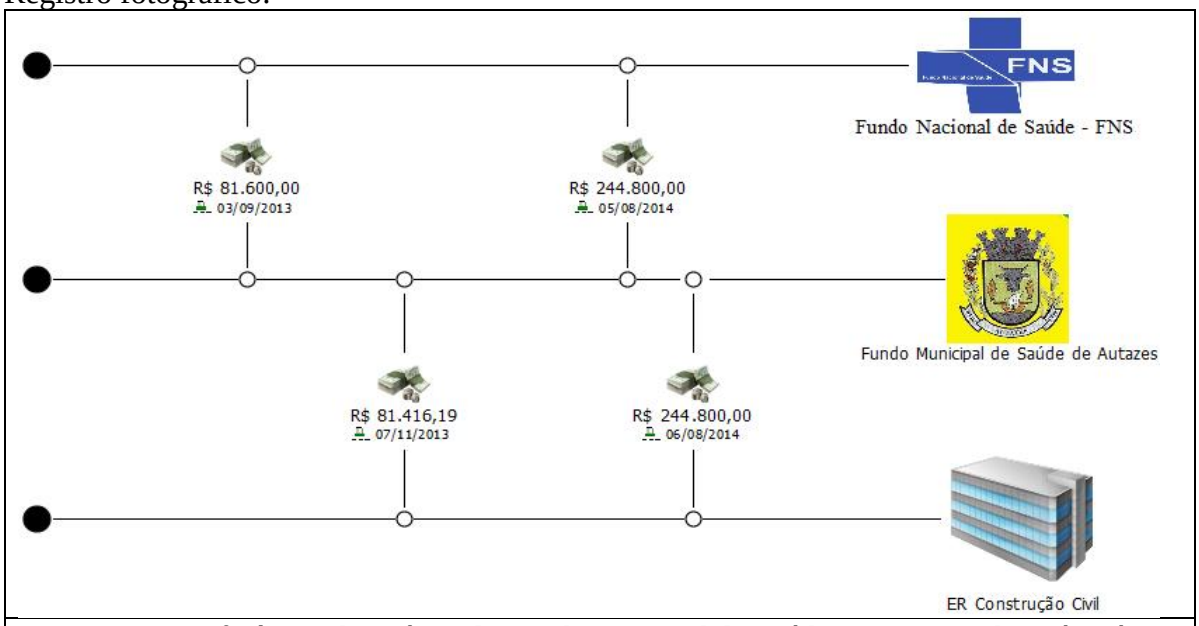


Foto 05 – Transferências bancárias do Fundo Nacional de Saúde para a conta bancária única e especifica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Gilberto Pinto (número 104 4539 624008-0) e, deste Fundo Municipal para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME.

Dessa forma, observa-se que foi repassado para a conta corrente específica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Gilberto Pinto o montante de R$ 326.400,00 e, logo após, o montante de R$ 326.216,19 foi transferido à empresa E R Construção Civil Ltda.

Importante destacar que durante a inspeção física da obra, observou-se que inexiste na comunidade qualquer indício de sua execução. Além de que, os moradores afirmam que a obra nunca foi iniciada e, por conseguinte, o serviço de saúde funciona numa sede improvisada, conforme ilustrado a seguir.

Registro Fotográfico:

Foto 06 – Sede improvisada para funcionamento da UBS Gilberto Pinto na Comunidade Novo Céu, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Foto 07 – Recepção da Sede improvisada para funcionamento da UBS Gilberto Pinto na Comunidade Novo Céu, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Registro Fotográfico:

Foto 08 – Sala de medicamentos da Sede improvisada para funcionamento da UBS Gilberto Pinto na Comunidade Novo Céu, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Foto 09 – Sala de Atendimento da Sede improvisada para funcionamento da UBS Gilberto Pinto na Comunidade Novo Céu, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

A UBS Gilberto Pinto foi aprovada como Unidade de Porte 1 do Programa Requalifica UBS e deveria possuir a seguinte perspectiva de fachada.

Registro Fotográfico:

Foto 10 – Perspectiva da UBS (projeto)

Foto 11 – Idem.

As fotos a seguir ilustram o local (S 03º 23’ 16,5” W 059º 16’ 24,9”) onde deveria ter sido construída a UBS Gilberto Pinto.

Registro Fotográfico:

Foto 12 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Gilberto Pinto na Comunidade Novo Céu, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Foto 13 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Gilberto Pinto na Comunidade Novo Céu, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Foto 14 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Gilberto Pinto na Comunidade Novo Céu, Autazes/AM. Registro realizado em 15/07/2018.

Assim, dada a inexecução total da obra, conclui-se pelo prejuízo total de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Manifestação da Unidade Examinada

A Prefeitura de Autazes/AM manifestou-se através do Ofício nº 150/2018/PMA_GP, de 21/08/2018, sobre a inexecução total da obra da UBS Gilberto Pinto (Comunidade Novo Céu) informando que:

> *"Com relação ao Relatório emitido, relacionado aos itens 1, 2, 3, 4 e 5, que tratam sobre a construção de Unidades Básicas de Saúde, mediante o Programa Saúde da Família, nossa gestão municipal reitera que as obras em lide são objeto de denúncia, movida pela gestão anterior, onde as mesmas encontram-se em tramitação nas instâncias superiores, conforme informado no Ofício nº 100/2018, de 17 de maio de 2018."*.

Análise do Controle Interno

A Prefeitura de Autazes ratificou o fato de que houve inexecução total da obra da UBS Gilberto Pinto (Comunidade Novo Céu), inclusive informando que protocolou uma denúncia a esse respeito no Ministério Público Federal (PR-AM-00001030/2015).

2.2.3. Inexecução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde Santa Verônica, gerando prejuízo total de R$ 326.400,00.

Fato

Trata-se de inspeção física realizada na obra de construção da Unidade Básica de Saúde Santa Verônica, localizada na Comunidade Urucurituba, no Município de Autazes/AM.

Inicialmente, esclareça-se que inexistem processos licitatórios e de pagamentos conforme Ofício nº 100/2018/PMA-GP, de 17/05/2018, que assim esclarece:

> Com relação aos itens requisitados por esse Órgão de Controle, elencados na **Solicitação de Fiscalização nº 201800793/03 / TÓPICO Programa "Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde – UBS",** temos a informar os fatos narrados a seguir:
>
> I – Relativo ao que trata a solicitação em epígrafe, informamos que a gestão que nos antecedeu moveu denúncia junto à Justiça Federal, datada de 03/03/2015, atestando Notícia Crime, com pedido de ação penal, (conforme cópia anexa), face a constatação de possível desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados à construção e ampliação das UBS em lide, objeto de convênios firmados, à época, no exercício de 2014.
>
> II – Referente a documentação alistada nos itens 1 a 13, não localizamos nos arquivos da Prefeitura o material requisitado, salientando que durante a mudança de gestão, ocorrida no início do ano de 2017, não houve a necessária transição de cargo, momento em que inclusive, vários documentos e equipamentos foram extraviados, impedindo-nos, por consequência, de atendermos ao solicitado.

Assim, essa Controladoria se ateve em verificar o andamento da construção do objeto, por meio das informações disponíveis no SISMOB[7], que "*é o sistema informatizado desenvolvido pelo Ministério da Saúde, para cadastro e análise de propostas de projetos de saúde e monitoramento da execução de obras de transferência fundo a fundo*"[8].

Destaca-se que os pagamentos ocorreram durante a gestão do Prefeito RWPS (CPF ***.048.062-**), do Secretário de Finanças JSB (CPF ***.409.282-**) e do Secretário de Saúde KSM (CPF ***.871.082-**).

A Construtora indicada no SISMOB como a executora da construção da UBS é a empresa E R Construção Civil Ltda (CNPJ 08.642.595/0001-90), cujo sócio ERC (CPF: ***.898.302-**) foi localizado por esta Controladoria na Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM.

Registro Fotográfico:

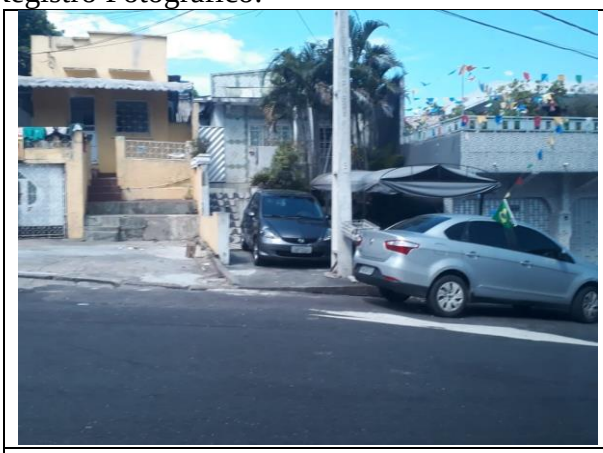


Foto 01 - Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM	Foto 02 - Veículo de ERC localizado na frente da sua residência.

Conforme Relatório do Sistema Nacional de Auditoria, constante da fl. 261 do processo do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000324/2015-29 (Procuradoria da República do Amazonas), a conta bancária única e especifica referente à construção da UBS Santa Verônica é a de número 104 4539 624007-1.

A movimentação financeira da conta bancária está a seguir ilustrada[9]:

Tabela 1 – Movimentações bancárias da conta específica 104 4539 624007-1.

CNPJ	**NOME**	**DATA**	**LANC[1]**	**VALOR DA OPERAÇÃO R$**
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	03/09/2013	C	81.600,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	07/11/2013	D	81.416,19

[7] Proposta nº 11622.8550001/13-006
[8] http://portalms.saude.gov.br/sismob/
[9] Conforme Oficio nº 2050/2018/SR AMAZONAS, de 27/06/2018 e Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	05/08/2014	C	244.800,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	06/08/2014	D	244.800,00

LANC – Lançamento: C (a crédito) ou D (a débito)

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240071
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:          81.416,19

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: Pagamento de Serviços
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 03 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624007-1, demonstrando que o valor de R$ 81.416,19 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240071
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:         244.800,00

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: PAGAMENTO DE SERVIÇOS
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 04 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624007-1, demonstrando que o valor de R$ 244.800,00 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

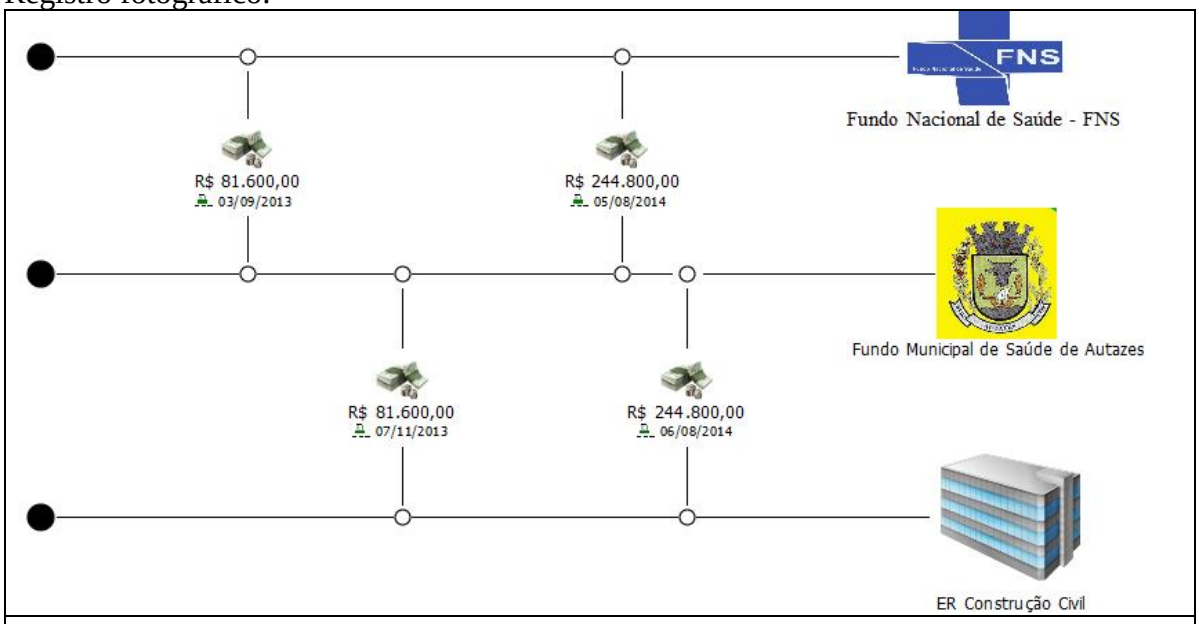


Foto 05 – Transferências bancárias do Fundo Nacional de Saúde para a conta bancária única e especifica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Santa Verônica (número 104 4539 624007-1) e, deste Fundo Municipal para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME.

Dessa forma, observa-se que foi repassado para a conta corrente específica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Santa Verônica o montante de R$ 326.400,00 e, logo após, o montante de R$ 326.216,19 foi transferido à empresa E R Construção Civil Ltda.

Importante destacar que durante a inspeção física da obra, observou-se que inexiste na comunidade qualquer indício de sua execução. Além de que, os moradores afirmam que a obra nunca foi iniciada e, por conseguinte, o serviço de saúde funciona numa sede improvisada, conforme ilustrado a seguir.

Registro Fotográfico:

Foto 06 – Sede improvisada para funcionamento da UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

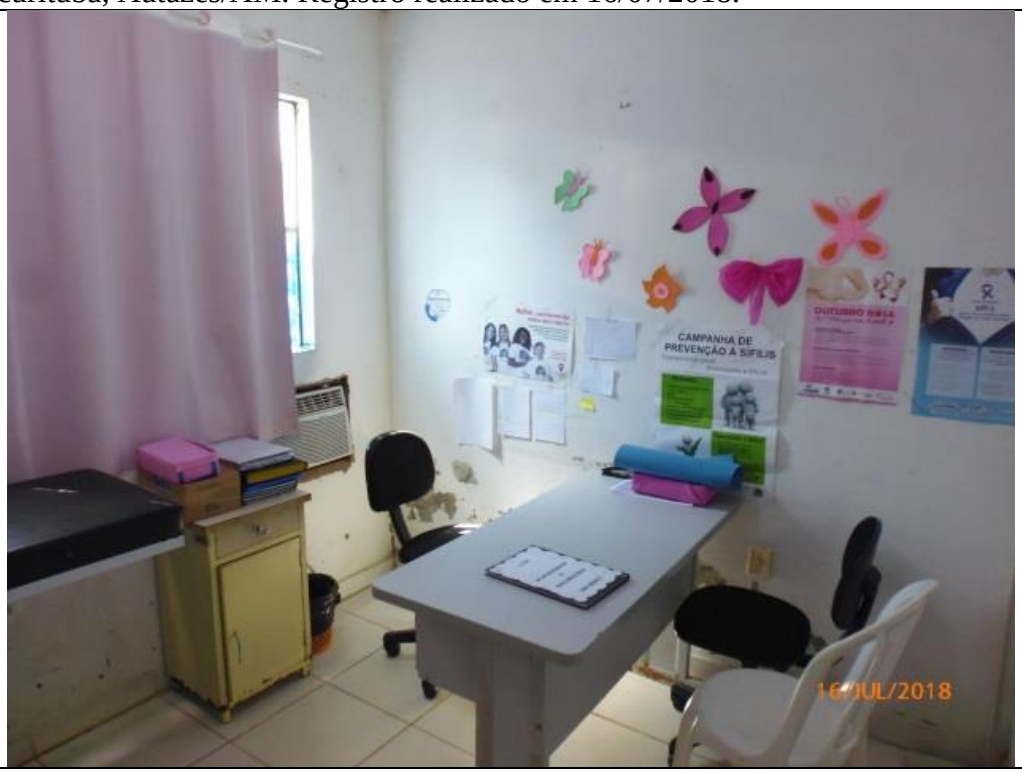


Foto 07 – Sala de Atendimento da Sede improvisada para funcionamento da UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

Registro Fotográfico:

Foto 08 – Sala de medicamentos da Sede improvisada para funcionamento da UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

Foto 09 – Enfermaria da Sede improvisada para funcionamento da UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

A UBS Santa Verônica foi aprovada como Unidade de Porte 1 do Programa Requalifica UBS e deveria possuir a seguinte perspectiva de fachada.

Registro Fotográfico:

Foto 10 – Perspectiva da UBS (projeto)

Foto 11 – Idem.

As fotos a seguir ilustram o local (S 03º 32’ 40,3” W 058º 55’ 44,1”) onde deveria ter sido construída a UBS Santa Verônica.

Registro Fotográfico:

Foto 12 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

Foto 13 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

Registro Fotográfico:

Foto 14 - Local onde deveria ter sido construída a UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

Foto 15 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Santa Verônica na Comunidade Urucurituba, Autazes/AM. Registro realizado em 16/07/2018.

Assim, dada a inexecução total da obra, conclui-se pelo prejuízo total de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Manifestação da Unidade Examinada

A Prefeitura de Autazes/AM manifestou-se através do Ofício nº 150/2018/PMA_GP, de 21/08/2018, sobre a inexecução total da obra da UBS Santa Verônica (Comunidade Urucurituba) informando que:

> *"Com relação ao Relatório emitido, relacionado aos itens 1, 2, 3, 4 e 5, que tratam sobre a construção de Unidades Básicas de Saúde, mediante o Programa Saúde da Família, nossa gestão municipal reitera que as obras em lide são objeto de denúncia, movida pela gestão anterior, onde as mesmas encontram-se em tramitação nas instâncias superiores, conforme informado no Ofício nº 100/2018, de 17 de maio de 2018."*.

Análise do Controle Interno

A Prefeitura de Autazes ratificou o fato de que houve inexecução total da obra da UBS Santa Verônica (Comunidade Urucurituba), inclusive informando que protocolou uma denúncia a esse respeito no Ministério Público Federal (PR-AM-00001030/2015).

2.2.4. Inexecução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde Cidade Nova, gerando prejuízo total de R$ 326.400,00.

Fato

Trata-se de inspeção física realizada na obra de construção da Unidade Básica de Saúde Cidade Nova, localizada no Município de Autazes/AM.

Inicialmente, esclareça-se que inexistem processos licitatórios e de pagamentos conforme Ofício nº 100/2018/PMA-GP, de 17/05/2018, que assim esclarece:

> Com relação aos itens requisitados por esse Órgão de Controle, elencados na **Solicitação de Fiscalização nº 201800793/03 / TÓPICO Programa "Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde – UBS",** temos a informar os fatos narrados a seguir:
>
> I – Relativo ao que trata a solicitação em epígrafe, informamos que a gestão que nos antecedeu moveu denúncia junto à Justiça Federal, datada de 03/03/2015, atestando Notícia Crime, com pedido de ação penal, (conforme cópia anexa), face a constatação de possível desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados à construção e ampliação das UBS em lide, objeto de convênios firmados, à época, no exercício de 2014.
>
> II – Referente a documentação alistada nos itens 1 a 13, não localizamos nos arquivos da Prefeitura o material requisitado, salientando que durante a mudança de gestão, ocorrida no início do ano de 2017, não houve a necessária transição de cargo, momento em que inclusive, vários documentos e equipamentos foram extraviados, impedindo-nos, por consequência, de atendermos ao solicitado.

Assim, essa Controladoria se ateve em verificar o andamento da construção do objeto, por meio das informações disponíveis no SISMOB[10], que "*é o sistema informatizado desenvolvido pelo Ministério da Saúde, para cadastro e análise de propostas de projetos de saúde e monitoramento da execução de obras de transferência fundo a fundo*"[11].

Destaca-se que os pagamentos ocorreram durante a gestão do Prefeito RWPS (CPF ***.048.062-**), do Secretário de Finanças JSB (CPF ***.409.282-**) e do Secretário de Saúde KSM (CPF ***.871.082-**).

A Construtora indicada no SISMOB como a executora da construção da UBS é a empresa E R Construção Civil Ltda (CNPJ 08.642.595/0001-90), cujo sócio ERC (CPF: ***.898.302-**) foi localizado por esta Controladoria na Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM.

Registro Fotográfico:

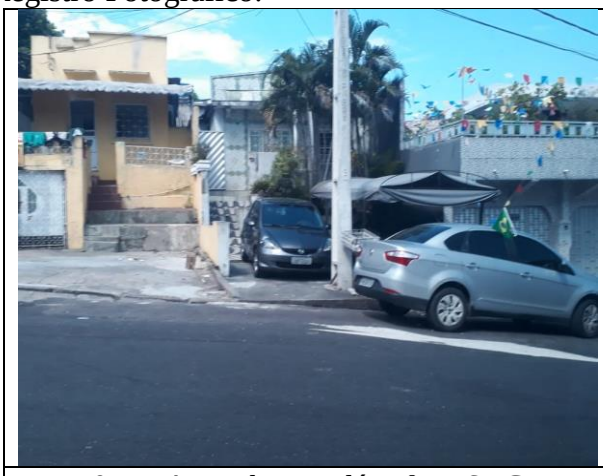


Foto 01 - Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM	Foto 02 - Veículo de ERC localizado na frente da sua residência.

Conforme Relatório do Sistema Nacional de Auditoria, constante da fl. 261 do processo do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000324/2015-29 (Procuradoria da República do Amazonas), a conta bancária única e especifica referente à construção da UBS Cidade Nova é a de número 104 4539 624005-5.

A movimentação financeira da conta bancária está a seguir ilustrada[12]:

Tabela 1 – Movimentações bancárias da conta específica 104 4539 624005-5.

CNPJ	**NOME**	**DATA**	**LANC[1]**	**VALOR DA OPERAÇÃO**
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	03/09/2013	C	81.600,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	07/11/2013	D	81.416,19

[10] Proposta nº 11622.8550001/13-006
[11] http://portalms.saude.gov.br/sismob/
[12] Conforme Oficio nº 2050/2018/SR AMAZONAS, de 27/06/2018 e Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	05/08/2014	C	244.800,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	06/08/2014	D	244.800,00

LANC – Lançamento: C (a crédito) ou D (a débito)

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240055
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:          81.416,19

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: Pagamento de Serviços
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 03 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624005-5, demonstrando que o valor de R$ 81.416,19 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240055
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:         244.800,00

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: PAGAMENTO DE SERVIÇOS
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 04 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624005-5, demonstrando que o valor de R$ 244.800,00 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico:

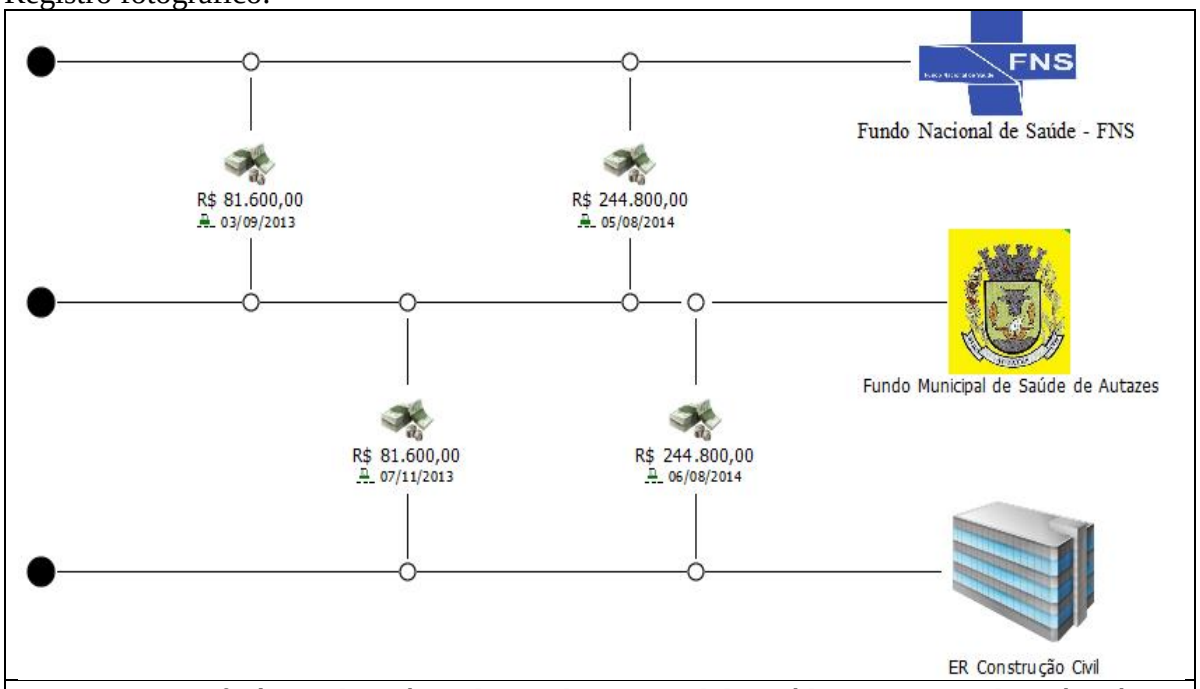


Foto 05 – Transferências bancárias do Fundo Nacional de Saúde para a conta bancária única e especifica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Cidade Nova (número 104 4539 624005-5) e, deste Fundo Municipal para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME.

Dessa forma, observa-se que foi repassado para a conta corrente específica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS Cidade Nova o montante de R$ 326.400,00 e, logo após, o montante de R$ 326.216,19 foi transferido à empresa E R Construção Civil Ltda.

Importante destacar que durante visita de fiscalização realizada no dia 17/07/2018, observou-se que a construção foi iniciada, mas foi abandonada no começo da execução onde destaca-se:

1) A fundação e estrutura estão inutilizadas, inclusive os pilares estão inacabados e comprometidos, haja vista que a exposição das ferragens já apresenta sinais de corrosão e desplacamento do reboco;
2) A alvenaria está deteriorada pelo abandono da obra e, devido à ação da natureza (chuva, sol, etc.), os blocos cerâmicos que compõem a mesma tiveram a perda da vida útil do material, inclusive encontra-se solta e com possibilidade de desabamento, com possibilidade de causar acidentes em transeuntes;

Esses itens podem ser visualizados a seguir nas fotos que ilustram o local (S 03º 34’ 42,0” W 059º 67’ 07,5”) onde deveria ter sido construída a UBS Cidade Nova.

Registro Fotográfico:

Foto 06 – Local onde deveria ter sido construída a UBS Cidade Nova, Autazes/AM. Registro realizado em 17/07/2018.

Foto 07 - Local onde deveria ter sido construída a UBS Cidade Nova, Autazes/AM. Registro realizado em 17/07/2018.

Registro Fotográfico:

Foto 08 – Alvenaria deteriorada e desabando. Registro realizado em 17/07/2018.

Foto 09 - Alvenaria deteriorada e desabando. Registro realizado em 17/07/2018.

Registro Fotográfico:

Foto 10 – Alvenaria e pilares deteriorados. Registro realizado em 17/07/2018.

Foto 11 – Alvenaria e pilares deteriorados. Registro realizado em 17/07/2018.

Registro fotográfico:

Foto 12 – Pilares inacabados e comprometidos, com ferragens amostra e apresentando sinais de corrosão. Registro realizado em 17/07/2018.

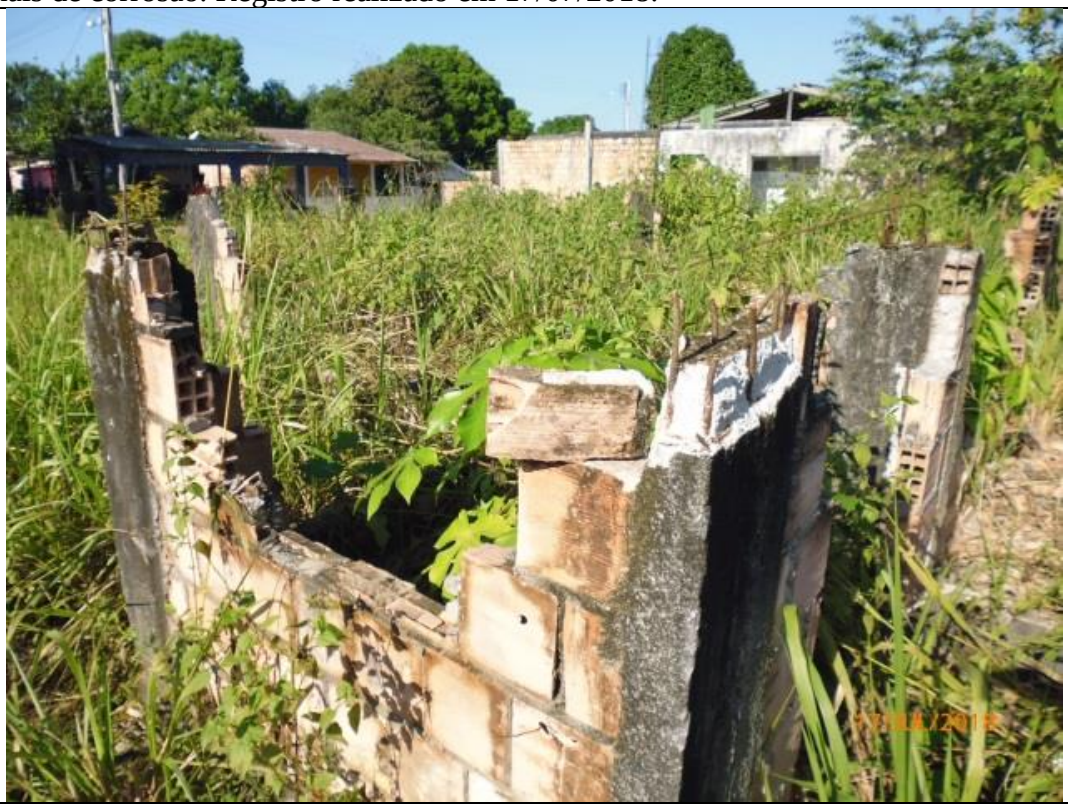


Foto 13 – Pilares inacabados e comprometidos. Registro realizado em 17/07/2018.

Frise-se também que o serviço de saúde funciona numa sede improvisada, conforme ilustrado a seguir.

Registro Fotográfico:

Foto 14 – Sede improvisada para funcionamento da UBS Cidade Nova, Autazes/AM. Registro realizado em 17/07/2018.

A UBS Cidade Nova foi aprovada como Unidade de Porte 1 do Programa Requalifica UBS e deveria possuir a seguinte perspectiva de fachada.

Registro Fotográfico:

Foto 15 – Perspectiva da UBS (projeto)

Foto 16 – Idem.

Assim, dada a inexecução total da obra, com o comprometimento total da obra, conclui-se pelo prejuízo total de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Manifestação da Unidade Examinada

A Prefeitura de Autazes/AM manifestou-se através do Ofício nº 150/2018/PMA_GP, de 21/08/2018, sobre a inexecução total da obra da UBS Cidade Nova informando que:

> *"Com relação ao Relatório emitido, relacionado aos itens 1, 2, 3, 4 e 5, que tratam sobre a construção de Unidades Básicas de Saúde, mediante o Programa Saúde da Família, nossa gestão municipal reitera que as obras em lide são objeto de denúncia, movida pela gestão anterior, onde as mesmas encontram-se em tramitação nas instâncias superiores, conforme informado no Ofício nº 100/2018, de 17 de maio de 2018.".*

Análise do Controle Interno

A Prefeitura de Autazes ratificou o fato de que houve inexecução total da obra da UBS Cidade Nova, inclusive informando que protocolou uma denúncia a esse respeito no Ministério Público Federal (PR-AM-00001030/2015).

2.2.5. Inexecução das obras de construção da Unidade Básica de Saúde São José, gerando prejuízo total de R$ 326.400,00.

Fato

Trata-se de inspeção física realizada na obra de construção da Unidade Básica de Saúde São José, localizada no Município de Autazes/AM.

Inicialmente, esclareça-se que inexistem processos licitatórios e de pagamentos conforme Ofício nº 100/2018/PMA-GP, de 17/05/2018, que assim esclarece:

> Com relação aos itens requisitados por esse Órgão de Controle, elencados na **Solicitação de Fiscalização nº 201800793/03 / TÓPICO Programa "Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde – UBS",** temos a informar os fatos narrados a seguir:
>
> I – Relativo ao que trata a solicitação em epígrafe, informamos que a gestão que nos antecedeu moveu denúncia junto à Justiça Federal, datada de 03/03/2015, atestando Notícia Crime, com pedido de ação penal, (conforme cópia anexa), face a constatação de possível desvio de finalidade na aplicação dos recursos destinados à construção e ampliação das UBS em lide, objeto de convênios firmados, à época, no exercício de 2014.
>
> II – Referente a documentação alistada nos itens 1 a 13, não localizamos nos arquivos da Prefeitura o material requisitado, salientando que durante a mudança de gestão, ocorrida no início do ano de 2017, não houve a necessária transição de cargo, momento em que inclusive, vários documentos e equipamentos foram extraviados, impedindo-nos, por consequência, de atendermos ao solicitado.

Assim, essa Controladoria se ateve em verificar o andamento da construção do objeto, por meio das informações disponíveis no SISMOB[13], que "*é o sistema informatizado desenvolvido pelo Ministério da Saúde, para cadastro e análise de propostas de projetos de saúde e monitoramento da execução de obras de transferência fundo a fundo*"[14].

Destaca-se que os pagamentos ocorreram durante a gestão do Prefeito RWPS (CPF ***.048.062-**), do Secretário de Finanças JSB (CPF ***.409.282-**) e do Secretário de Saúde KSM (CPF ***.871.082-**).

A Construtora indicada no SISMOB como a executora da construção da UBS é a empresa E R Construção Civil Ltda (CNPJ 08.642.595/0001-90), cujo sócio ERC (CPF: ***.898.302-**) foi localizado por esta Controladoria na Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM.

---

[13] Proposta nº 11622.8550001/13-006

[14] http://portalms.saude.gov.br/sismob/

Registro fotográfico

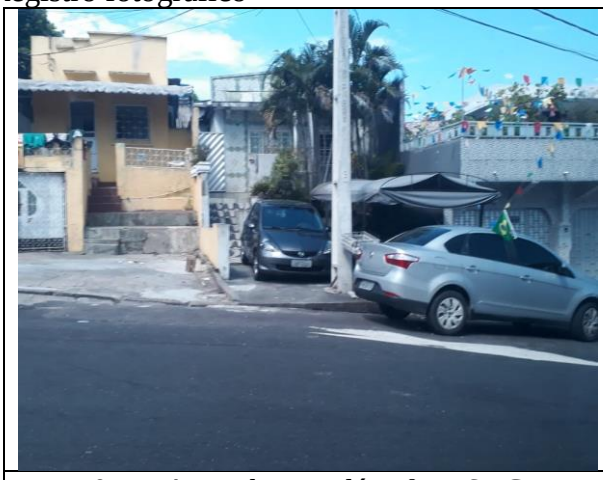


Foto 01 - Av. Nhamundá, nº 556, Centro, Manaus/AM	Foto 02 - Veículo de ERC localizado na frente da sua residência.

Conforme Relatório do Sistema Nacional de Auditoria, constante da fl. 261 do processo do Inquérito Civil Público nº 1.13.000.000324/2015-29 (Procuradoria da República do Amazonas), a conta bancária única e especifica referente à construção da UBS São José é a de número 104 4539 624006-3.

A movimentação financeira da conta bancária está a seguir ilustrada[15]:

Tabela 1 – Movimentações bancárias da conta específica 104 4539 624006-3.

CNPJ	**NOME**	**DATA**	**LANC[1]**	**VALOR DA OPERAÇÃO R$**
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	03/09/2013	C	81.600,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	07/11/2013	D	81.416,19
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	05/08/2014	C	244.800,00
11.622.855/0001-70	FMS Autazes FNSBLINV	08/08/2014	D	244.800,00

LANC – Lançamento: C (a crédito) ou D (a débito)

[15] Conforme Oficio nº 2050/2018/SR AMAZONAS, de 27/06/2018 e Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240063
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:          81.416,19

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: Pagamento de Serviços
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 03 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624006-3, demonstrando que o valor de R$ 81.416,19 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico

```
Tipo Transferencia : PAG0108   Transferencia entre contas de clientes

Bco.Ag.Ct-DV DEB.  : 104 00360305 CAIXA ECON. FE 4539     0000006240063
Nom Titular  DEB.  : FMS AUTAZES      FNSBLINV         CNPJ-CPF 11622855000170

Tipo Conta   DEB.  : CONTA CORRENTE                    Pessoa DEB.  : JURIDICA
Bco.Ag.Ct-DV CRED. : 237 60746948 BRADESCO       3739     0000000228672
Nom Titular  CRED. : E R CONSTRUCAO CIVIL LTDA ME      CNPJ-CPF 08642595000190

Tipo Conta   CRED. : CONTA CORRENTE                    Pessoa CRED. : JURIDICA

Valor Transferencia:         244.800,00

Finalidade Transf..: 00010     - Credito em Conta
Cod. Ident. Transf.: PAGAMENTO DE SERVIÇOS
Historico: PAGAMENTO DE SERVICOS
```

Foto 04 – Detalhamento da transferência de valores – TED realizada na conta corrente 4539.006.624006-3, demonstrando que o valor de R$ 244.800,00 saiu da conta corrente do Fundo Municipal de Saúde de Autazes para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME. Fonte: Ofício nº 2109/2018/SR AMAZONAS, de 17/07/2018.

Registro fotográfico

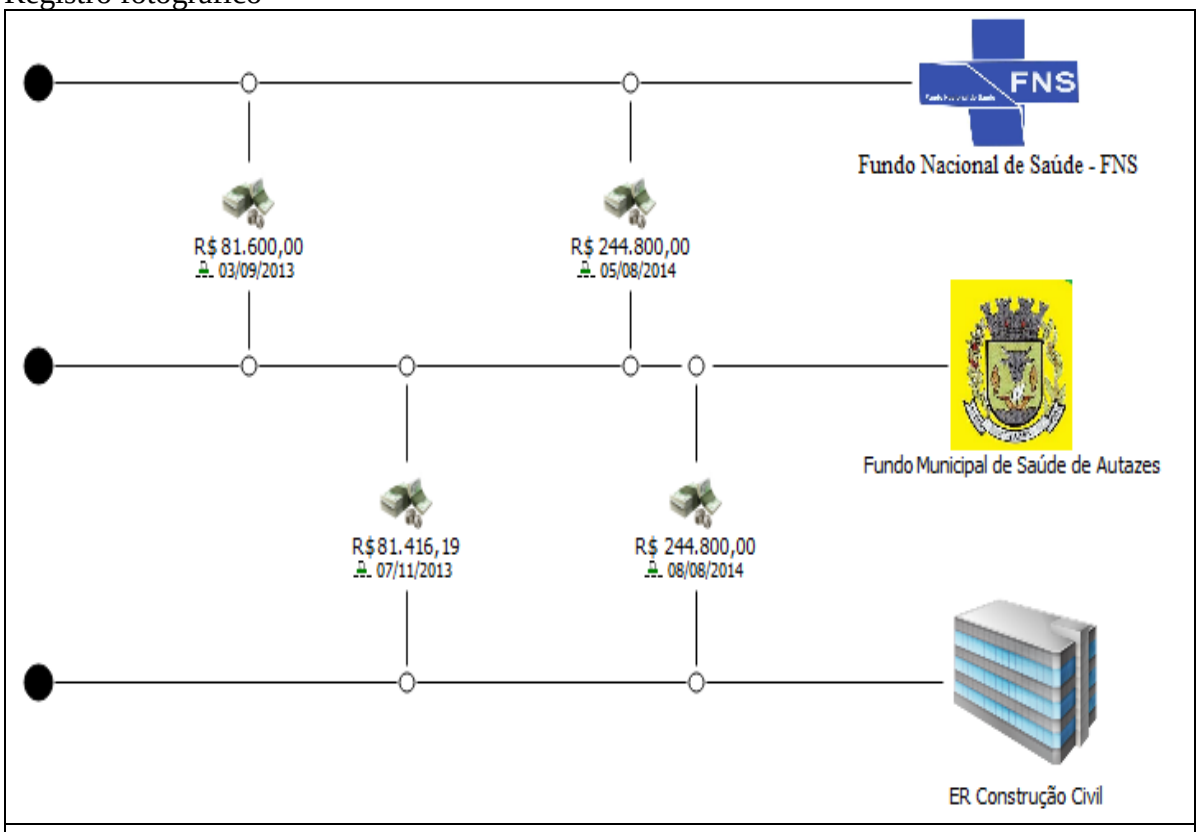


Foto 05 – Transferências bancárias do Fundo Nacional de Saúde para a conta bancária única e especifica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS São José (número 104 4539 624006-3) e, deste Fundo Municipal para a empresa ER Construção Civil Ltda – ME.

Dessa forma, observa-se que foi repassado para a conta corrente específica do Fundo Municipal de Saúde de Autazes referente à construção da UBS São José o montante de R$ 326.400,00 e, logo após, o montante de R$ 326.216,19 foi transferido à empresa E R Construção Civil Ltda.

Importante destacar que durante visita de fiscalização realizada no dia 17/07/2018, observou-se que a construção foi iniciada, mas foi abandonada no começo da execução onde destaca-se:

1) A fundação e estrutura estão inutilizadas, inclusive os pilares estão inacabados e comprometidos, haja vista que a exposição das ferragens já apresenta sinais de corrosão e desplacamento do reboco;
2) A alvenaria está deteriorada pelo abandono da obra e, devido à ação da natureza (chuva, sol, etc.), os blocos cerâmicos que compõem a mesma tiveram a perda da vida útil do material, inclusive encontra-se solta e com possibilidade de desabamento, com possibilidade de causar acidentes em transeuntes;

Esses itens podem ser visualizados a seguir nas fotos que ilustram o local (S 03º 34’ 57,2” W 059º 08’ 00,1”) onde deveria ter sido construída a UBS São José.

Registro fotográfico

Foto 06 – Local onde deveria ter sido construída a UBS São José, Autazes/AM. Registro realizado em 17/07/2018.

Foto 07 – Local onde deveria ter sido construída a UBS São José, Autazes/AM. Registro realizado em 17/07/2018.

Registro fotográfico

Foto 08 – UBS São José com alvenaria e pilares deteriorados e desabando. Registro realizado em 17/07/2018.

Foto 09 – UBS São José com alvenaria e pilares deteriorados e desabando. Registro realizado em 17/07/2018.

Registro fotográfico

Foto 10 – UBS São José com alvenaria e pilares deteriorados e inacabados. Registro realizado em 17/07/2018.

Foto 11 – UBS São José com alvenaria e pilares deteriorados e inacabados. Registro realizado em 17/07/2018.

Registro fotográfico

Foto 12 – UBS São José com alvenaria e pilares deteriorados e inacabados. Registro realizado em 17/07/2018.

Foto 13 – UBS São José com alvenaria e pilares deteriorados e inacabados. Registro realizado em 17/07/2018.

Frise-se também que o serviço de saúde funciona numa sede improvisada, conforme ilustrado a seguir.

Registro fotográfico

Foto 14 – Sede improvisada para funcionamento da UBS São José, Autazes/AM.

A UBS São José foi aprovada como Unidade de Porte 1 do Programa Requalifica UBS e deveria possuir a seguinte perspectiva de fachada.

Registro fotográfico

Foto 15 – Perspectiva da UBS (projeto)

Foto 16 – Idem.

Assim, dada a inexecução total da obra, com o comprometimento total da obra, conclui-se pelo prejuízo total de R$ 326.400,00 (trezentos e vinte e seis mil e quatrocentos reais).

Manifestação da Unidade Examinada

A Prefeitura de Autazes/AM manifestou-se através do Ofício nº 150/2018/PMA_GP, de 21/08/2018, sobre a inexecução total da obra da UBS São José informando que:

> *"Com relação ao Relatório emitido, relacionado aos itens 1, 2, 3, 4 e 5, que tratam sobre a construção de Unidades Básicas de Saúde, mediante o Programa Saúde da Família, nossa gestão municipal reitera que as obras em lide são objeto de denúncia, movida pela gestão anterior, onde as mesmas encontram-se em tramitação nas instâncias superiores, conforme informado no Ofício nº 100/2018, de 17 de maio de 2018.".*

Análise do Controle Interno

A Prefeitura de Autazes ratificou o fato de que houve inexecução total da obra da UBS São José, inclusive informando que protocolou uma denúncia a esse respeito no Ministério Público Federal (PR-AM-00001030/2015).

3. Conclusão

Pelas constatações apresentadas, vê-se que três UBS sequer tiveram suas obras iniciadas – UBS Açupuranga - UBS Gilberto Pinto e UBS Santa Verônica.

A UBS Cidade Nova apresenta a alvenaria e colunas comprometidas e não é possível afirmar que a fundação seja reaproveitável.

A UBS São José apresenta risco iminente de tombamento por um leve esforço mecânico humano ou natural, ação dos ventos e chuvas, por exemplo. A UBS também apresenta suas colunas e alvenarias comprometidas, não sendo possível afirmar que a fundação seja reaproveitável.

Dessa forma conclui-se pelo prejuízo total de R$ 1.632.000,00 equivalente a todo montante repassado a Prefeitura e transferido para a Construtora, para a construção das cinco Unidades Básicas de Saúde.

Ordem de Serviço: 201800344
Município/UF: Autazes/AM
Órgão: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE AUTAZES
Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.

1. Introdução

A ação de controle se refere à fiscalização do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) em que se procurou responder se a gestão municipal de Autazes/Amazonas possui conhecimento e estrutura adequados para a realização do cadastro dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada no Cadastro Único e cujo objetivo foi a identificação de fragilidades na gestão local do Cadastro Único que podem comprometer a concessão e manutenção dos beneficiários do BPC.

Também se buscou nesse trabalho verificar os dados no Cadastro Único, fornecidos pelas famílias que possuem beneficiários do BPC, se abrangem todas as famílias de beneficiários pelo BPC e estão corretos; conhecer as reais situações em que vivem as famílias que possuem integrantes que recebem BPC, a partir de uma amostra aleatória de beneficiários; bem como identificar inconsistências na declaração de informações no Cadastro Único que podem comprometer a concessão e manutenção dos beneficiários do BPC.

Os trabalhos de campo foram realizados no município de Autazes/AM de 15 a 20 de julho de 2018. Para a realização da fiscalização, foi realizada uma visita à Secretaria Municipal de Assistência Social, entrevista com a gestora municipal do Cadastro Único e visita aos trinta beneficiários do BPC selecionados na amostra aleatória. Nenhuma restrição foi imposta aos nossos exames realizados na área de execução do Cadastro Único.

Cabe ressaltar que o Relatório decorrente dessa Fiscalização de Entes Federativos (FEF) será apresentado, posteriormente, ao Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), gestor federal responsável pelos recursos do BPC.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais.

2.1.1. Informações gerais sobre o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

Fato

O BPC é um objetivo de garantia de um salário mínimo mensal a pessoas com 65 anos de idade ou mais e a pessoas com deficiência, previsto na Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e pelo Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Para a concessão do benefício, em ambos os casos, a renda mensal bruta familiar per capita deve ser inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente. O BPC não pode ser acumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social (como, por exemplo, o seguro desemprego, a aposentadoria e a pensão) ou de outro regime, exceto com benefícios da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e a remuneração advinda de contrato de aprendizagem.

O artigo 37 do Decreto nº 6.214/2007, com redação dada pelo Decreto nº 7.617, de 17 de novembro de 2011, tornou obrigatória a inscrição dos beneficiários do BPC no Cadastro Único com visitas ao acompanhamento do beneficiário e de sua família, à inserção destes na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, bem como a subsidiar os processos de concessão e de revisão bienal do BPC.

Em 2016, com a publicação do Decreto nº 8.805, de 7 de julho de 2016, que alterou o artigo 12 do Decreto nº 6.214/2007, a inscrição no Cadastro Único passou a ser requisito também para a concessão, manutenção e revisão do BPC. Assim, a fim de dar exequibilidade à exigência normativa, o MDS publicou a Portaria Interministerial nº 02/2016, estabelecendo, inicialmente, a convocação para cadastramento dos beneficiários idosos e deficientes físicos até os anos de 2017 e de 2018, respectivamente.

O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007 e pela Portaria MDS nº 177, de 16 de junho de 2011, é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

A execução do Cadastro Único é de responsabilidade compartilhada entre o governo federal, os estados, os municípios e o Distrito Federal. Na esfera federal, o MDS é o gestor responsável. Os estados são responsáveis por prestar orientação técnica aos municípios sobre a gestão do Cadastro Único. Já os municípios e o Distrito Federal têm papel fundamental na execução do Cadastro Único, sendo os responsáveis pela identificação, localização e atualização dos dados das famílias. A Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único.

Para apoiar as ações de inclusão cadastral, o MDS editou a Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 24 e disponibilizou, no Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF), a lista dos beneficiários idosos a serem incluídos no Cadastro Único em 2017 (prorrogado para o ano de 2018).

Além disso, disponibilizou modelos de cartazes e de folders para divulgação das ações de inclusão cadastral dos beneficiários do BPC e orientou que os recursos do IGD-PBF (Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família) e do IGD-SUAS (Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social) podem ser investidos na impressão desse material de divulgação.

De acordo com dados da Prefeitura de Autazes/AM, 1.266 pessoas estavam recebendo os Benefícios de Prestação Continuada no município, de acordo com o quadro a seguir:

Quadro – Benefícios de Prestação Continuada – Município de Autazes/AM.

	Quantidade
BPC - Idosos	552
BPC - Deficientes	714
Total	1.266

Por meio do Ofício n° 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM apresentou as manifestações que estão nos itens correspondentes deste relatório, editada apenas quanto ao nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las, em resposta ao Ofício nº 15126/2018/Regional/AM-CGU, de 8 de agosto de 2018, que encaminha os relatórios de fiscalizações produzidos no âmbito do Programa de Fiscalização em Entes Federativos para manifestação da Prefeitura de Autazes.

Em relação aos itens a seguir houve uma resposta padrão pela Prefeitura de Autazes, por meio do Ofício n° 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, assim como respostas individuais, que estão nos itens correspondentes deste relatório: Prestação parcial de serviços de assistência social; Inconsistências apuradas em beneficiários inscritos no Cadastro Único; Acumulação de BPC com outro benefício/renda; Existência parcial de visita às famílias beneficiárias:

"Com relação aos itens elencados acima, anexamos junto a este ***Relatório Técnico*** *(Pasta: / Relatório-BPC_Topicos_4_5_6_8), emitido pelo Serviço Social Municipal (CRAS), onde foram feitas visitas nos domicílios dos beneficiários, objetivando a conscientização dos mesmos acerca da finalidade e público alvo específico do referido programa. Ressaltamos que alguns beneficiários não foram localizados, mesmo após diversas tentativas. Que a situação individual (dos localizados) está descrita no referido relatório, onde foram atualizados os respectivos cadastros. (conforme cadastros em anexo_Pasta: / Formulários_BPC_Familias_Visitadas).*

Afirmamos por fim, que nossa gestão municipal estará empenhada em adotar todas as medidas, no sentido de intensificar o monitoramento e atualização cadastral dos beneficiários do BPC, com o intuito de que pessoas que não atendam aos critérios exigidos por Lei, não façam parte desse importante programa social."

Posteriormente, por meio do Ofício nº 156/2018/PMA-GP, de 24 de setembro de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM apresentou manifestações adicionais que estão nos itens correspondentes deste relatório, editada apenas quanto ao nome de pessoas citadas, a fim de preservá-las, em resposta ao Ofício nº 18049/2018/Regional/AM-CGU, de 13 de setembro de 2018.

2.1.2. O município não possui estruturas de pessoal e logística suficientes.

Fato

De acordo com o artigo 6º do Decreto 6.135/2007, são os municípios os responsáveis pelo cadastramento e atualização das famílias no Cadastro Único. Para isso, é necessário que os municípios possuam estruturas de pessoal e logística suficientes para o cadastramento dos beneficiários do BPC no Cadastro Único no prazo estipulado pelo MDS.

De acordo com as informações da responsável pelo Cadastro Único no município de Autazes, as estruturas de pessoal e logística não são adequadas para o atendimento dos beneficiários do BPC que procuram a gestão municipal para a inscrição no Cadastro Único.

Assim, verificou-se no município que há deficiências nas estruturas de pessoal e logística para a inscrição dos beneficiários do BPC no prazo estabelecido na legislação, em especial quanto às necessidades de pessoal e veículos.

Manifestação da Unidade Examinada

"A gestão municipal tomará as devidas providências, no sentido de melhor estruturar os setores de atendimento ao Cadastro Único. Enfatiza-se contudo, que em nosso primeiro ano de mandato, encontramos toda a máquina administrativa municipal com sérios problemas, fruto da má gestão do administrador que nos antecedeu. Mesmo assim, vimos buscando dar a devida atenção e cuidado aos nossos queridos usuários e/ou beneficiários que necessitam de atendimento diferenciado e de qualidade. Nossa meta é ampliar os atendimentos e alcançar o maior número de usuários com perfil de beneficiários de programas sociais."

Análise do Controle Interno

O Cadastro Único é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. Os municípios têm papel fundamental na execução do Cadastro Único, sendo os responsáveis pela identificação, localização e atualização dos dados das famílias.

Assim, no sentido de melhor estruturar o município com atendimentos aos beneficiários, o gestor municipal se compromete a tomar as devidas providências quanto ao setor de Cadastro Único.

Dessa forma, tendo em vista a relevância de manter os dados atualizados do Cadastro Único, é de suma importância que o município possua estruturas de pessoal e logística suficientes, em especial quanto às necessidades de pessoal e veículos.

2.1.3. Utilização dos Recursos do IGD-SUAS ou IGD-PBF.

Fato

A Lei n. º 12.435, de 6 de julho de 2011, que alterou a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), criou o IGD-SUAS, que tem como objetivo garantir o apoio financeiro da União à gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social.

Com o objetivo de avaliar se o gestor municipal conhece a existência dos recursos do IGD bem como da sua utilização para a gestão do Cadastro Único, foi realizada entrevista com o responsável pelo Cadastro no município de Autazes. O gestor informou que utiliza os recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) para o apoio das ações relativas ao cadastramento das famílias no Cadastro Único, relatando serem suficientes para as demandas de cadastro do município.

2.1.4. Capacitação insatisfatória dos responsáveis pelo cadastramento das famílias no Cadastro Único com integrantes do BPC.

Fato

A Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 24 estabelece que é fundamental que o entrevistador responsável pelo cadastramento da família dos requerentes ou beneficiários do BPC tenha sido capacitado para preencher os formulários do Cadastro Único, conforme modelo de capacitação estabelecida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).
A capacitação dos operadores do Cadastro Único é importante para que o entrevistador possa preencher todas as informações essenciais para a concessão dos benefícios do BPC.

Além disso, a capacitação contribui para o correto preenchimento das questões do Cadastro Único específicas das famílias que possuem beneficiário do BPC. No caso dos beneficiários com deficiência, visando à qualificação das informações do Cadastro Único, é importante o entrevistador atentar especialmente para o preenchimento dos campos do Bloco 6 – Pessoas com Deficiência. Além disso, para o público que já recebe o benefício, é importante atentar para o correto preenchimento, no Cadastro Único, do campo 8.09, item 2 – “Aposentadoria, aposentadoria rural, pensão ou BPC/LOAS”, no qual é obrigatório registrar a renda bruta recebida em função do BPC no formulário do titular do benefício.

Mesmo que o benefício seja recebido pelo representante legal (por exemplo, tutor ou curador), o entrevistado deverá saber que as informações registradas, como renda, devem ser feitas no cadastro da pessoa com deficiência ou do idoso que é titular efetivo do benefício.

O gestor do Cadastro Único no município de Autazes informou que realizou a capacitação parcialmente, mas não informou os detalhes dessa capacitação.

Muito embora a gestor não tenha realizado a capacitação a contento, verificou-se que possui conhecimento das situações peculiares ao Benefício de Prestação Continuada.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para esse item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "fato".

2.1.5. Identificação dos beneficiários do BPC para inscrição no Cadastro Único.

Fato

A gestão municipal deve se organizar para que todas as famílias sejam atendidas e cadastradas no Cadastro Único no prazo estabelecido. Para auxiliar a organização do trabalho dos municípios, o MDS disponibiliza listagem dos beneficiários do BPC que não foram identificados no Cadastro Único a serem incluídos até dezembro/2017, prorrogado posteriormente para 2018 (Idosos), por meio do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família (SIGPBF).

O gestor municipal conhece a listagem dos beneficiários do BPC, que deverão ser inseridos no Cadastro Único, disponibilizado no SIGPBF e quais são os grupos de pessoas que não são obrigados ao registro no Cadastro Único para o requerimento do BPC ou para a manutenção desse benefício, mas não informou quais são os grupos. Promove ainda o atendimento em domicilio para os beneficiários do BPC que tenham limitações para se deslocarem. Contudo não recebeu alguma instrução do gestor federal no sentido de informar os casos das famílias do BPC localizadas em abrigos ou hospitais.

Manifestação da Unidade Examinada

Não houve manifestação da unidade examinada para esse item.

Análise do Controle Interno

Diante da ausência de manifestação da unidade examinada após a apresentação dos fatos, a análise do Controle Interno sobre a constatação consta registrada acima, no campo "fato".

2.1.6. Famílias Cadastro Único x Famílias BPC

Fato

Conforme determinam o Decreto nº 6.214/2007 e normas correlatas, o Cadastro de Pessoa Física (CPF) é obrigatório para todos os membros da família para a concessão do BPC. Dessa forma, os números de CPF de todos os membros deverão ser registrados no Cadastro Único, no campo 5.02 do Bloco 5 – Documentos para permitir a identificação do beneficiário e de sua família no momento da avaliação do benefício pelo INSS.

Já o art. 7º da Portaria 177/2011, que define a gestão do Cadastro Único, estabelece que para a realização da entrevista e da coleta dos dados, é necessário que a família apresente os seguintes documentos:

"I – Obrigatoriamente para o RF, à exceção dos casos de cadastramento diferenciado definidos no Capítulo VI desta Portaria:

a) o número de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF; ou

b) o número do Título de Eleitor.

II – Para os demais componentes da família, qualquer documento de identificação previsto no formulário de cadastramento. "

O artigo 5º da Portaria Conjunta MDS/INSS nº 1, de 3/1/2017, que regulamenta regras e procedimentos de requerimento, concessão, manutenção e revisão do BPC, exige o registro do CPF no Cadastro Único de todos os membros da família:

"Art. 5º O Responsável pela Unidade Familiar (RF) deverá informar o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF do requerente e de todos os membros da família no momento da inclusão e/ou atualização do Cadastro Único. "

Verifica-se a exigência diferenciada de documentação para a família do Cadastro Único e para a família do BPC, tendo em vista que o conceito de família para o Cadastro Único e para o BPC não é o mesmo.

Para o Cadastro Único a família é composta pelas pessoas que residem no mesmo domicílio e dividem renda e despesa, conforme definido no Decreto nº 6.135/2007. No BPC, apenas algumas relações familiares são consideradas como grupo familiar, inclusive levando em conta o estado civil do participante. A família do BPC é composta pelo requerente, o cônjuge ou companheiro, os pais e, na ausência de um deles, a madrasta ou o padrasto, os irmãos solteiros, os filhos e enteados solteiros e os menores tutelados, desde que vivam sob o mesmo teto.

Ressalta-se que a estrutura familiar do BPC é mais restritiva do que o conceito familiar no Cadastro Único, uma vez que neste há inclusão de todos os parentes, e até não parentes, dentro do domicílio, a não ser nos domicílios em que haja famílias conviventes. Para o Cadastro Único a família é composta pelas pessoas que residem no mesmo domicílio e dividem renda e despesa, conforme definido no Decreto nº 6.135/2007. No BPC, apenas algumas relações familiares são consideradas como grupo familiar, inclusive levando em conta o estado civil do participante.

Verificou-se no cadastramento dos membros familiares do BPC no Cadastro Único, o CPF está sendo exigido de todos os membros e o gestor local conhece os campos e Bloco do Cadastro Único que deverão ser preenchidos, específicos das famílias do BPC.

2.1.7. Acompanhamento do cronograma de inclusão dos beneficiários do BPC no Cadastro Único.

Fato

Os beneficiários do BPC e suas famílias que ainda não estejam cadastrados devem ser incluídos no Cadastro Único seguindo cronograma de inclusão definido na Portaria Interministerial nº 2, de 7 de novembro de 2016 e Portaria Conjunta nº 1, de 3 de janeiro de 2017. No ano de 2017, o foco foi os beneficiários idosos (prorrogado para o ano de 2018) e

suas famílias, e o ano de 2018 será também destinado a pessoas com deficiência e suas famílias. As famílias serão incentivadas a comparecer para cadastramento no mês de aniversário do beneficiário.

A Instrução Operacional Conjunta SENARC/SNAS nº 24 dispõe que o processo de convocação das famílias com cadastro desatualizado há mais de 24 meses, desde sua inclusão ou última atualização cadastral, e que recebam BPC ocorrerá nos processos regulares anuais de Revisão Cadastral conduzidos pelo MDS e será estabelecido em instrução operacional específica. A Instrução Operacional nº 86/SENARC/MDS, que divulga os prazos e procedimentos da ação de Atualização Cadastral 2017, prevê que as famílias com beneficiários do BPC seriam comunicadas por meio de cartas.

Verificou-se que a gestão local está acompanhando o cronograma de inscrição das famílias beneficiárias do BPC no Cadastro Único e realizando e planejando ações para garantir o cumprimento no prazo estabelecido, apurando o quantitativo de beneficiários que já estão cadastrados e as que não foram localizadas no município.

O gestor municipal recebeu instruções parciais do gestor federal no sentido de informar os casos das famílias do BPC não localizadas no município.

Cabe ressaltar que o novo prazo estabelecido pelo MDS para a realização do registro no Cadastro Único dos beneficiários do BPC-Idosos foi prorrogado para dezembro/2018.

2.1.8. Beneficiários do BPC não foram localizados.

Fato

A localização das famílias que possuem beneficiários do BPC é necessária para seu acompanhamento, para a inserção destes na rede de serviços socioassistenciais e para a realização dos processos de concessão e de revisão bienal do BPC.

Do total da amostra já mencionada, dezessete famílias não foram localizadas para serem visitadas e entrevistadas e, com relação aos casos de não localização dos beneficiários do BPC, apurou-se as seguintes situações:

Quadro – Motivos de não localização do beneficiário.

Grupos	Mudou-se	Endereços informados não existem	Não há informações em campo sobre a existência do beneficiário	Quantidade de beneficiários não localizados por grupo
BPC – Idosos que estão no Cadastro único	03 (código familiar: 5083582058, 4970557080, 2333475773)	-	-	03
BPC – Idosos que não estão no Cadastro único	-	04 (número benefício: 1319638489, 1324419773, 5406364525, 7005052065)	03 (número benefício: 1110422188, 5267406135, 7006999759)	07
BPC – Deficientes que estão no Cadastro único	-	01 (código familiar: 5078511610)	-	01
BPC – Deficientes que não estão no Cadastro único	02 (número benefício: 1111212489, 5411534034)	04 (número benefício: 1111211970, 7010803162, 7013148505, 7019047832)	-	06
Quantidade de beneficiários não localizados	05	09	03	17

Cabe esclarecer o total da amostra de beneficiários para cada grupo mencionado no quadro anterior:

BPC – Idosos que estão no Cadastro único – 08

BPC – Idosos que não estão no Cadastro único – 08

BPC – Deficientes que estão no Cadastro único – 07

BPC – Deficientes que não estão no Cadastro único – 07

Total da amostra – 30 beneficiários.

Manifestação da Unidade Examinada

"Relativo ao questionamento feito temos a informar que a equipe do Serviço Social realizou busca dos beneficiários e dentro do referido levantamento localizamos o endereço (in loco) dos seguintes códigos familiares:

Idosos que estão no Cadastro Único

Situação apontada pela CGU: Mudou-se

Situação verificada pelo Serviço Social: Localizado

- *5083582058 (Consta Relatório de visita assinado pelo técnico do Serviço Social, cópia anexa)*

Idosos que não estão no Cadastro Único
Situação apontada pela equipe técnica da CGU: Endereço inexistente
Situação verificada pelo Serviço Social: Localizados

- *1319638489*
- *5406364525*
- *7005052065*

(Em ambos os casos, apresentamos os respectivos Relatórios de visitas assinados pelo técnico do Serviço Social, cópia anexa).

BPC Deficientes, não estão no Cadastro Único
Situação apontada pela equipe técnica da CGU: Mudou-se
Situação verificada pelo Serviço Social: Localizado

- *5411534034 (nº benefício)*

BPC Deficientes, não estão no Cadastro Único.
Situação apontada pela equipe técnica da CGU: Endereço informado não existente
Situação verificada pelo Serviço Social: Localizados

- *1111211970 (nº benefício)*
- *7019047832 (nº benefício)*

Observação*: Esclarecemos que o beneficiário com o código 7013148505, não consta nas listagens enviadas pelo SIGPBF. Os demais não foram localizados, apesar de busca in loco.*

BPC Deficientes, não estão no Cadastro Único.

- *Situação apontada pela equipe técnica da CGU: Não há informações em campo sobre a existência do beneficiário.*
- *Situação verificada pelo Serviço Social: Não localizados*

Observação*: Dentre os 03 beneficiários esclarecemos que o beneficiário com o código 1110422188 não consta nas listagens enviadas pelo SIGPBF. Os demais não foram localizados, apesar de busca in loco.*

Apresentamos os respectivos Relatórios de visitas assinados pelo técnico do Serviço Social, cópia anexa. ”

Análise do Controle Interno

Em todos os relatórios de visita do técnico do serviço social da Prefeitura de Autazes não são citados o endereço em que foi localizado o beneficiário, nem CPF, o que impede o perfeito ajuizamento da situação.

Cita-se como exemplo um dos relatórios de visita:

"No dia 20 de setembro, foi realizada a visita social domiciliar e atualização do cadastro, da beneficiaria [...] n. 5406364525 (IDOSA).
Na visita, fomos recebidos pela Sra. [...] que relatou que sua família é composta pelo o beneficiário, filha, genro e dois netos, aonde foi constatado que a beneficiária e sua família residem em imóvel próprio de alvenaria, que possui cinco cômodos sendo três quartos, sala, cozinha, área de serviço e dois banheiros, tem energia elétrica por terceiros e agua poço.
A Sra. [...], informou ainda que sua filha que reside no imóvel é beneficiaria Programa Bolsa Família recebe o valor de R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais) e seu genro possui renda fixa mensal no valor de R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) que é beneficiaria do BPC e recebe R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) que é utilizado para pagamento de despesas fixas, compra de medicamento e alimentação. "

Quanto ao "***BPC Deficientes, não estão no Cadastro Único***" citado na manifestação do Gestor Municipal, o que se relata pela CGU são BPC – Idosos que não estão no Cadastro único.

O Gestor Municipal localizou sete beneficiários e não localizou os outros dez restantes, que ainda estão pendentes dos devidos esclarecimentos.

2.1.9. Inconsistências nas informações registradas no Cadastro Único de famílias que possuem beneficiários do BPC.

Fato

Do total da amostra já mencionada, treze famílias foram localizadas para serem visitadas e entrevistadas.

Identificou-se, então, em relação às famílias localizadas que possuem beneficiários do BPC, que dois beneficiários estão com o endereço incompleto, ou seja, o beneficiário foi localizado no endereço que consta no Cadastro Único, mas apresentou as seguintes inconsistências:

1. BPC – Idoso que está no Cadastro único – Código Familiar 5082852752. O número do local que consta no Cadastro Único é "sem número", mas na entrevista ao beneficiário foi informado "Km 12 – Lote 48";

2. BPC – Deficiente que está no Cadastro único - Código Familiar 2742546707. O número do local que consta no Cadastro Único é “452”, mas na entrevista ao beneficiário, e confirmado com os vizinhos, foi informado “453”.

O Gestor Municipal se manifestou dessa forma:

“1 – BPC – Idoso que está no Cadastro Único
Código familiar: 5082852752

Situação apontada pela equipe CGU: Endereço “sem número”
Situação verificada pelo Serviço Social: Endereço atualizado (conforme Folha Resumo + Espelho do Cadastro Único em anexo).

2 – BPC – Deficiente que está no Cadastro Único
Código familiar: 2742546707

Situação apontada pela equipe CGU: Endereço informado “452”

Situação verificada pelo Serviço Social: Endereço atualizado (conforme Folha Resumo + Espelho do Cadastro Único em anexo). ”

Assim a situação cadastral está resolvida, mas o que se observa é falta de acompanhamento da situação do beneficiário do BPC.

2.1.10. Prestação parcial de serviços de assistência social.

Fato

Do total de trinta famílias da amostra, treze famílias foram localizadas para serem visitadas e entrevistadas. Estão a seguir os pontos que destacamos neste assunto.

O Benefício de Prestação Continuada - BPC da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (BPC) é a garantia de um salário mínimo mensal ao idoso acima de 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade com impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (aquele que produza efeitos pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos), que o impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições

com as demais pessoas. O BPC é um benefício assistencial e, por isso, não é necessário ter contribuído ao INSS para ter direito a ele. No BPC, ao contrário das aposentadorias, não há pagamento de 13º salário e não dá direito à pensão por morte.

É importante o beneficiário ter o conhecimento que não se trata de aposentadoria, pois a concessão do BPC tem caráter temporário e não gera direito adquirido, devendo a elegibilidade do beneficiário ser obrigatoriamente revista a cada dois anos.

Com relação ao conhecimento que o beneficiário tem que se trata de benefício assistencial, todos os entrevistados responderam que recebem o BPC.

A política de assistência social oferece um conjunto de serviços para garantir que o cidadão não fique desamparado quando ocorram situações inesperadas, nas quais a sua capacidade de acessar direitos sociais fica comprometida.

Essas situações podem estar relacionadas à idade da pessoa, ou quando algum membro da família depende de cuidados especiais, se envolve com drogas ou álcool, perde o emprego, se envolve em situações de violência, os membros da família se distanciam ou quando há algum desastre natural na comunidade.

Em relação ao beneficiário se recebe ou é atendido por algum serviço da assistência social, apurou-se as seguintes situações:

Quadro – Serviço da Assistência Social.

Grupos	BPC na Escola	Não recebe ou não é atendido por algum serviço da assistência social	Quantidade de beneficiários por grupo
BPC – Idosos que estão no Cadastro único	-	05 (código familiar: 5015758634, 5082852752, 5095130939, 1724447300, 2740779496)	05
BPC – Idosos que não estão no Cadastro único	-	01 (número benefício: 5450673716)	01
BPC – Deficientes que estão no Cadastro único	01 (código familiar: 4741606376)	05 (código familiar: 3489693922, 5066206469, 4712570016, 2333482206, 2742546707)	06
BPC – Deficientes que não estão no Cadastro único	-	01 (número benefício: 5191372626)	01
Quantidade de beneficiários	01	12	13

O Gestor Municipal se manifestou dessa forma:

"Foram realizadas visitas domiciliares em todos os treze domicílios dos beneficiários informados via código familiar na Ordem de Serviço n°. 201800344, dos quais não conseguimos localizar nos endereços quatro beneficiários conforme abaixo:

Código Familiar 2740779496 – Conforme informações de vizinhos essa família vendeu o imóvel e mudaram da cidade (Visitas realizadas nos dias 10 e 13/08/2018).

Código Familiar 5191372626 – A mãe do Beneficiário [...] não se encontrava na residência e solicitamos ao Sr. [...] informar para a mesma comparecimento ao setor de Cadastro para atualização (Visitas realizadas nos dias 10 e 13/08/2018, dificuldades de localização devido mudança de endereço, novo endereço Rua [...].

Código Familiar 4741606376 – A Sra. [...] mãe do beneficiário não se encontrava na residência e solicitamos a Sra. [...] informar para a mesma comparecimento ao setor de Cadastro Único para atualização (Visitas realizadas nos dias 09, 10 e 13/08/2018).

Código Familiar 5023245462 – O Sr. [...] não se encontrava no endereço citado, segundo informações de sua filha Sra. [...] o beneficiário está residindo na Comunidade [...]. Solicitamos que sua filha informe que o mesmo deve procurar o Setor de Cadastro Único para atualização. "

O Gestor municipal informa que não conseguiu localizar e os motivos da não localização de quatro beneficiários de treze visitados. A seguir estão as respectivas avaliações das situações expostas na manifestação municipal.

Código Familiar 2740779496 – o beneficiário foi entrevistado em 18/07/2018 e localizado em um endereço semelhante ao Cadastro Único. É de se observar que a mudança do beneficiário foi muito rápida, pois o período entre a entrevista da CGU e das visitas realizadas pelo Gestor Municipal é curta. Este não informa das demais providências em relação ao beneficiário, pois para a manutenção do BPC é necessário manter o Cadastro Único atualizado. Dessa forma, esse assunto ainda demanda mais informações por parte do Gestor Municipal acerca da manutenção do benefício.

Quanto aos demais beneficiários não localizados pelo Gestor Municipal – repete-se o que foi dito antes – o Gestor Municipal não informa as providências em relação aos beneficiários, pois para a manutenção do BPC é necessário manter o Cadastro Único atualizado. Dessa forma, esse assunto ainda demanda mais informações por parte do Gestor Municipal acerca da manutenção dos benefícios.

O Gestor Municipal apresentou a situação individual de três beneficiários localizados (código familiar: 3489693922, 5082852752, 1724447300) faltando informar o cadastro de seis beneficiários em um total de nove beneficiários localizados pelo Gestor Municipal. Este não informa do tratamento dispensado aos beneficiários, uma vez que são responsabilidade do município realizar a gestão local do BPC, garantindo aos beneficiários e às famílias o acesso a serviços, programas e projetos da rede socioassistencial.

2.1.11. Inconsistências apuradas em beneficiários inscritos no Cadastro Único.

Fato

O Cadastro Único, regulamentado pelo Decreto nº 6.135/2007 e pela Portaria MDS nº 177/2011, é o instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

No que tange ao Benefício de Prestação Continuada, o art. 37 do Decreto nº 6.214/2007, com redação dada pelo Decreto nº 7.617/2011, tornou obrigatória a inscrição dos beneficiários do BPC no Cadastro Único com vistas ao acompanhamento do beneficiário e de sua família, à inserção destes na rede de serviços socioassistenciais e de outras políticas setoriais, bem como a subsidiar os processos de concessão e de revisão bienal do BPC.

O objetivo desse item é verificar se, para as treze famílias que foram localizadas para serem visitadas e entrevistadas, se o beneficiário do BPC possui conhecimento da necessidade de inscrição da família no Cadastro Único e manter as informações atualizadas. Além disso, também visam verificar, para as famílias que já estão no Cadastro Único, se as informações declaradas estão em conformidade com as encontradas na entrevista.

As inconsistências são apontadas a seguir.

Dois beneficiários informaram que não sabem que, para a manutenção do BPC, é necessário manter o Cadastro Único atualizado:

1. BPC – Dois deficientes que estão no Cadastro único – Código Familiar 3489693922 e 2742546707.

Verificou-se, também, para cinco beneficiários que a composição familiar declarada no Cadastro Único não está de acordo com a encontrada nas visitas pelos seguintes motivos:

Quadro – Composição familiar.

Grupos	Composição familiar desatualizada	Composição familiar em que houve omissão de integrantes da família	Quantidade de beneficiários por grupo
BPC – Idosos que estão no Cadastro único	02 (código familiar: 5082852752 e 1724447300)	01 (código familiar 5095130939)	03
BPC – Deficientes que estão no Cadastro único	01 (código familiar 3489693922)	01 (código familiar: 2742546707)	02
Quantidade de beneficiários	03	02	05

Importa descrever as situações encontradas nas visitas às famílias enunciadas acima:

1.Código familiar 5082852752 – a situação encontrada foi o beneficiário, esposa e quatro filhos. A situação no cadastro único aponta apenas o beneficiário;

2.Código familiar 1724447300 – a situação encontrada foi a beneficiária, uma filha e um neto, mas relatou que uma filha foi para Manaus. A situação no cadastro único aponta a beneficiária, uma filha e um neto;

3.Código familiar 5095130939 – a situação encontrada foi o beneficiário e a esposa, mas relatou mais uma filha e dois netos. A situação no cadastro único aponta apenas o beneficiário. A data da última entrevista feita ao beneficiário é 11/12/2017, embora a esposa não conste do cadastro único;

4.Código familiar 3489693922 – a situação encontrada foi o beneficiário, mas relatou uma filha e a mãe do beneficiário. A situação no cadastro único aponta o beneficiário e a filha;

5.Código familiar 2742546707 – a situação encontrada foi a beneficiária e o esposo. A situação no cadastro único aponta apenas a beneficiária. A data da última entrevista feita ao beneficiário é 11/12/2017, embora o esposo não conste do cadastro único.

Em relação à renda per capita informada no Cadastro Único se está de acordo com a encontrada na visita realizada, verificou-se que cinco beneficiários apresentam divergência entre o Cadastro Único e o apurado na visita:

Quadro – Renda per capita.

Grupos	Renda per capita desatualizada	Renda per capita em que houve omissão de integrantes da família que possuem renda	Quantidade de beneficiários por grupo
BPC – Idosos que estão no Cadastro único	-	01 (código familiar 5095130939)	01
BPC – Deficientes que estão no Cadastro único	02 (código familiar 4741606376 e 2333482206)	02 (código familiar: 3489693922 e 2742546707)	04
Quantidade de beneficiários	02	03	05

Importa descrever as rendas encontradas nas visitas às famílias enunciadas acima:

1.Código familiar 5095130939 - a situação encontrada foi o beneficiário e a esposa recebendo cada um o valor do salário mínimo de R$ 954,00. A situação no cadastro único aponta o beneficiário recebendo um salário mínimo. A data da última entrevista feita ao beneficiário é 11/12/2017, mas o valor da aposentadoria da esposa não consta do cadastro único;

2.Código familiar 4741606376 – a situação encontrada foi o beneficiário e sua mãe que recebem o valor do BPC em R$ 954,00. A situação no cadastro único aponta o beneficiário e sua mãe em que cada um tem renda de R$ 468,00;

3.Código familiar 2333482206 – a situação encontrada foi o beneficiário, a mãe e o irmão que recebem o valor do BPC em R$ 954,00. A situação no cadastro único aponta o beneficiário, a mãe e o irmão em que cada um tem renda de R$ 312,00;

4.Código familiar 3489693922 – a situação encontrada foi o beneficiário, uma filha e a mãe do beneficiário em que o beneficiário e sua mãe recebem cada um o valor do salário mínimo de R$ 954,00. A situação no cadastro único aponta o beneficiário e a filha em que cada um tem renda de R$ 300,00;

5.Código familiar 2742546707 - a situação encontrada foi a beneficiária e o esposo recebendo cada um o valor do salário mínimo de R$ 954,00. A situação no cadastro único aponta o beneficiário com renda per capita de um salário mínimo.

Cinco beneficiários informaram que o valor do BPC não foi informado no Cadastro Único pela família:

Quadro – Valor do BPC.

Grupos	Valor do BPC não foi informado no Cadastro Único
BPC – Idosos que estão no Cadastro único	02 (código familiar: 1724447300 e 2740779496)
BPC – Deficientes que estão no Cadastro único	03 (código familiar 3489693922, 4741606376, 2333482206)
Quantidade de beneficiários	05

Manifestação da Unidade Examinada

*"**Composição familiar desatualizada***

Código Familiar 5015758634 (idoso) – Foi realizada a visita no domicílio do Sr. [...] fomos recebidos por sua filha Sra. [...] que segundo ela é sua procuradora no qual informou que no domicílio residem o beneficiário, uma filha e dois netos. Não foi atualizado o cadastro por que a mesma não estava com toda documentação necessária e está em tratamento médico e logo que estiver em condições vai até o setor de Cadastro Único para atualização).

Código Familiar 5082852752 (Idoso) – Foi realizada a visita no domicílio do Sr. [...] que informou que em seu domicílio residem ele, esposa e quatro filhos (Cadastro Atualizado em 14/08/2018).

Código Familiar 1724447300 (Idoso) – Foi realizada a visita no domicílio da Sra. [...] que informou que em seu domicílio residem ela, dois filhos e um neto (Cadastro Atualizado em 14/08/2018).

Código Familiar 3489693922 (Deficiente) – Foi realizada a visita no domicílio da Sr. [...] que informou que em seu domicílio residem ele e uma filha (Cadastro Atualizado em 10/08/2018).

Composição familiar em que houve omissão de integrantes da família

Código Familiar 5095130939 (Idoso) – Foi realizada a visita no domicílio do Sr. [...] que informou que em seu domicílio residem ele, esposa, uma filha e dois netos (Cadastro Atualizado em 13/08/2018).

Código Familiar 2742576707 (Deficiente) – Foi realizada a visita no domicílio da Sra. [...] que informou que em seu domicílio residem ela e o esposo (Cadastro Atualizado em 13/08/2018).

Código Familiar 04712570016 (Deficiente) – Foi realizada a visita no domicílio do Sr. [...] que informou que em seu domicílio residem ele, dois filhos (Cadastro Atualizado em 14/08/2018).

Renda per capita desatualizada

Código Familiar 4741606376 (Deficiente) – Em visita realizada no domicílio foi solicitado da Sra. [...] que solicitasse o comparecimento da Sra. [...] mãe do beneficiário procurar o Cadastro Único para atualização de dados (Conforme informação obtida com da Gestora do BPF Sra. Larissa Pinheiro de Melo a Sra. [...] mãe do beneficiário atualizou o cadastro em 13/08/2018).

Código Familiar 2333482206 (Deficiente) – Em visita realizada no domicílio foi Sra. [...] mãe do beneficiário que a única renda sua família possuem e o BPC (Deficiente) no valor de R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) por mês (Cadastro Atualizado em 13/08/2018).

Código Familiar 5015758634 (Idoso) – Conforme informação da Sra. [...] o beneficiário Sr. [...] recebe uma pensão por falecimento de sua esposa no valor de R$ 800,00 e o BPC R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) Sra. [...] se comprometeu ir até o Cadastro Único fazer a atualização.

Renda per capita em que houve omissão de integrantes da família que possuem renda

Código Familiar 5095130939 (Idoso) – O Sr. [...] que informou sua esposa Sra. [...] recebe aposentadoria no valor de R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) por mês, e sua filha [...] é funcionária pública valor da renda não foi informada (Cadastro Atualizado em 13/08/2018).

Código Familiar 2742576707 (Deficiente) – A Sra. [...] que informou que seu esposo recebe benefício INSS no valor de R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais).

Código Familiar 3489693922 (Deficiente) – O Sr. [...] que informou que em seu domicílio não possuem outras pessoas que recebam algum tipo de benefício (Cadastro Atualizado em 10/08/2018).

Código Familiar 5015758634 (Idoso) – Sra. [...] informou que é funcionária pública e não especificou sua renda mensal, no entanto se comprometeu ir até o Cadastro Único fazer a atualização.

Valor do BPC não foi informado no Cadastro Único

Código Familiar 1724447300 (Idoso) – Conforme informação da Sra. [...] Valor do BPC R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) Cadastro Atualizado em 13/08/2018.

Código Familiar 2740779496 (Idosa) – Beneficiária não localizada para atualizar informação sobre valor do BPC.

Código Familiar 3489693922 (Deficiente) – Conforme informação da Sr. [...] o Valor do BPC recebido é de R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) Cadastro Atualizado em 10/08/2018.

Código Familiar 4741606376 (Deficiente) – Conforme informação da Sra. Larissa Pinheiro de Melo o valor do BPC já foi atualizado no Cadastro Único em 13/08/2018.

Código Familiar 2333482206 (Deficiente) – A Sra. [...] mãe do beneficiário que no valor de R$ 954,00 (Novecentos e cinquenta e quatro reais) por mês (cadastro atualizado em 13/08/2018). ”

Análise do Controle Interno

O Gestor Municipal não informa as providências adotadas em relação aos dois beneficiários que não sabem que, para a manutenção do BPC, é necessário manter o Cadastro Único atualizado.

Em relação às informações descritas na manifestação do Gestor Municipal ainda restam pendentes várias situações em que o Cadastro Único precisa ser atualizado. É de se observar que o Cadastro Único deve ser mantido atualizado em relação a todas as situações identificadas nesse item.

2.1.12. Acumulação de BPC com outro benefício/renda.

Fato

De acordo com o Decreto 6.214/2007, o beneficiário do BPC não pode acumular o benefício com outro no âmbito da Seguridade Social (como, por exemplo, o seguro desemprego, a aposentadoria e a pensão) ou de outro regime, exceto com benefícios da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e a remuneração advinda de contrato de aprendizagem. Podem existir (não é irregularidade) dois beneficiários do BPC-Idosos recebendo os benefícios da mesma família, como também acumular BPC e os benefícios do Programa Bolsa Família no mesmo grupo familiar.

Assim, apurou-se, em relação aos treze beneficiários entrevistados, que não possuem alguma outra renda própria além do BPC.

2.1.13. Meio de pagamento do BPC.

Fato

De acordo com o artigo 26 do Decreto 6.2014/2007, o benefício será pago pela rede bancária autorizada e, nas localidades onde não houver estabelecimento bancário, o pagamento será efetuado por órgãos autorizados pelo INSS. Assim, aprovada a solicitação, o requerente passa a receber o benefício em rede bancária, por meio de depósito em conta ou via cartão magnético.

Assim, apurou-se, em relação aos treze beneficiários entrevistados, que o meio de recebimento do BPC é feito da seguinte forma:

1. Por cartão magnético – três beneficiários recebem assim;
2. Depósito em conta corrente - dez beneficiários recebem assim.

2.1.14. Existência parcial de visita às famílias beneficiárias.

Fato

As visitas às famílias beneficiárias do BPC podem subsidiar o mapeamento das necessidades do beneficiário e de sua família no âmbito da assistência social, assim como é um ponto de controle para a prevenção de fraudes e a melhoria da focalização do público alvo.

O objetivo desse item é verificar se a assistência social do município ou se os servidores do INSS realizaram visita às famílias que possuem beneficiários do BPC para verificarem as suas condições.

Assim, apurou-se, em relação aos treze beneficiários entrevistados:

1. Que três famílias receberam visita da assistência social do município;
2. Que dez famílias não receberam nenhuma visita, nem da assistência social do município e nem do INSS.

2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

3. Conclusão

Com base nos exames realizados, conclui-se que, em linhas gerais:

1. O município não possui estruturas de pessoal e logística suficientes;
2. Capacitação insatisfatória dos responsáveis pelo cadastramento das famílias no Cadastro Único com integrantes do BPC;
3. Beneficiários do BPC não foram localizados;
4. Inconsistências apuradas em beneficiários inscritos no Cadastro Único.

Ordem de Serviço: 201800321
Município/UF: Autazes/AM
Órgão: MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
Instrumento de Transferência: Não se Aplica
Unidade Examinada: MUNICIPIO DE AUTAZES
Montante de Recursos Financeiros: Não se aplica.

1. Introdução

A ação de controle refere-se à fiscalização do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família (PBF) no município de Autazes/AM, com o objetivo de identificar falhas no cadastro de famílias beneficiárias que tem como consequência a concessão de benefícios indevidos a famílias que não atendem aos critérios de renda estabelecidos pela legislação do Programa.

Para avaliar o atendimento aos critérios do Programa Bolsa Família foi selecionada uma amostra de famílias para serem entrevistadas pelos auditores da CGU, para confrontar informações do Cadastro Único.

A seleção da amostra foi feita a partir de 03 (três) grupos potencialmente críticos:

a) Propriedade de veículos: Foram selecionadas e visitadas dezenove famílias com pelo menos um membro proprietário de veículo.

b) Existência de dependentes do responsável familiar com vínculo familiar de "outro parente" e "não parente" declarados no Cadastro Único de 2017. Nesse grupo foram selecionadas e visitadas três famílias beneficiárias.

c) Manutenção de benefício após cancelamento de benefício por indicativo de inconsistência de renda. Foram selecionadas e visitadas cinco famílias desse grupo.

Foram também verificadas as rendas das famílias beneficiárias que possuem algum integrante familiar "servidor público municipal" por meio das informações extraídas da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal de Autazes de Março/2018, fornecida pelo gestor local.

Os trabalhos de campo foram realizados no período de 16 a 20 de julho de 2018.

Cabe ressaltar que o Relatório decorrente desta Fiscalização de Entes Federativos (FEF) será apresentado, posteriormente, ao Ministério de Desenvolvimento Social, gestor federal responsável pelos recursos do PBF.

2. Resultados dos Exames

Os resultados da fiscalização serão apresentados de acordo com o âmbito de tomada de providências para saneamento das situações encontradas, bem como pela forma de monitoramento a ser realizada por este Ministério.

2.1 Parte 1

Nesta parte serão apresentadas as situações evidenciadas que demandarão a adoção de medidas preventivas e corretivas por parte dos **gestores federais**, visando à melhoria da execução dos Programas de Governo ou à instauração da competente tomada de contas especiais.

2.1.1. Ausência de disponibilização pelo município dos documentos que contêm os registros realizados no Cadastramento Único, em desacordo com o previsto no § 1º, art. 33 do Decreto nº 5.209/2004.

Fato

Não foi disponibilizada pela prefeitura a cópia do formulário de cadastramento (para os novos cadastros) ou a última atualização cadastral no Cadastro Único das famílias beneficiárias a seguir relacionadas, contrariando o disposto no § 1º, art. 33, do Decreto nº 5.209/2004:

Quadro – Famílias sem formulários de cadastramento ou sem a última atualização cadastral no Cadastro Único.

Nº de ordem	Código Familiar	NIS da pessoa
1	676080278	20960402300
2	764659421	16208039674
3	1210496984	20926794595
4	1462584365	20117973690
5	1906442142	20154119819
6	1928975356	20470932915
7	1939640580	12943352022
8	1939650208	20926563186
9	2161121170	16498892359
10	2333481072	20960391848
11	2333482478	20327301486
12	2608013481	20158515212
13	3666004008	16200140694
14	3696032573	16383174356
15	4238841239	23747578272
16	4242632380	12730639022
17	4384541708	20177370984
18	4448041700	21229441176
19	4531830504	19054573883
20	4576587200	12961588024
21	4640564031	23758210301
22	4721426232	12828887024
23	4883685888	10103412554
24	5058440520	12421052876

Fonte: OFÍCIO Nº 92/2018/PMA–GP e Certidão Municipal da Gestão do Programa Bolsa Família, ambos de 03 de maio de 2018.

Sobre a ausência de documentação das famílias listadas no Quadro acima, o Prefeito de Autazes encaminhou Certidão emitida pela Coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, na qual justifica a ausência de parte da documentação solicitada em virtude de extravio decorrente da mudança de gestão.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:
"Revendo os arquivos físicos do Setor Administrativo do Programa PBF, após procura meticulosa, localizamos 05 (cinco) cadastros elencados abaixo:

Nº de ordem	Código Familiar	NIS da pessoa
1	676080278	20960402300
4	1462584365	20117973690
12	2608013481	20158515212
13	3666004008	16200140694
15	4238841239	23747578272

Com relação aos demais, não localizados, **ratificamos** que tratam-se de cadastros oriundos da gestão passada, outrossim, a fim de que possamos atualizar a situação dos mesmos, determinou-se à Gestão do PBF, o necessário bloqueio dos benefícios [...]."

Análise do Controle Interno

Após verificação da conformidade das cinco fichas de atualização cadastral enviadas, das 24 famílias inicialmente listadas no Quadro ainda remanescerão outras dezenove sem qualquer documentação.
Com relação ao bloqueio dos benefícios dos demais cadastros não localizados, a prefeitura não encaminhou os respectivos comprovantes.

2.1.2. Famílias beneficiárias do PBF não localizadas nos endereços cadastrados ou com endereços incorretos registrados no Cadastro Único.

Fato

De um total de trinta famílias selecionadas na amostra, cinco delas não foram localizadas nos endereços registrados no Cadastro Único, seja por não residirem mais no local indicado, ou por não existir o endereço informado, conforme situações relacionadas no quadro abaixo:

Quadro - Famílias Beneficiárias Não Localizadas.

Código Familiar	Situação Encontrada	Público da Amostra
1210496984	A equipe de fiscalização da CGU não localizou a família no município de Autazes/AM. O endereço registrado no Cadastro Único está incorreto ou inexistente e a gestão municipal do PBF não conhece a família.	Vínculo familiar de 'outro parente' e 'não parente'
4883685888	A família beneficiária não foi localizada no endereço registrado no Cadastro Único, o qual está parcialmente incorreto. Um parente do beneficiário foi localizado e este informou à CGU que o beneficiário mora em Manaus.	Proprietário de veículo.
4242632380	A família beneficiária não foi localizada no endereço registrado no Cadastro Único. E a vizinhança informou à CGU que não conhece a família.	Proprietário de veículo.

Código Familiar	Situação Encontrada	Público da Amostra
4640564031	Segundo informações obtidas na escola, a família beneficiária não reside mais na comunidade. Mudou-se para Manaus no início de 2018.	Proprietário de veículo.
4721426232	Segundo informações obtidas com a vizinhança, a família beneficiária não reside mais na comunidade. Mudou-se para Manaus no início de 2018.	Proprietário de veículo.

Fonte: papéis de trabalhos elaborados pela equipe da CGU.

Ressalta-se que foram adotadas várias estratégias para tentar localizar essas famílias, incluindo entrevista com os vizinhos e solicitação de ajuda da gestão municipal do Programa. Considerando que essas famílias possuem indícios de renda incompatível com o Programa, sua localização é essencial para a confirmação do atendimento ao critério de elegibilidade pelo gestor municipal, com a utilização, caso seja necessário, do bloqueio dos benefícios pelo gestor local.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:
"Em razão de constatação de inconformidades apontadas por esse órgão fiscalizador, como providências imediatas, foi determinado à gestão do Programa Bolsa Família, que efetue o bloqueio e respectivo cancelamento dos beneficiários alistados abaixo, [...], conforme código familiar a seguir:

Cód. Familiar	Situação
1210496984	Bloqueado
4883685888	Bloqueado
4242632380	Bloqueado
4640564031	Bloqueado
4721426232	Bloqueado

"

Análise do Controle Interno

A prefeitura adotou preventivamente a estratégia de bloquear o benefício como forma de forçar o beneficiário a comparecer na gestão municipal do Programa para atualizar o seu cadastro e, se for o caso, encaminhar o cancelamento.

2.1.3. Famílias beneficiárias do PBF com renda per capita familiar em desconformidade com as normas do Programa.

Fato

Pelas regras do Programa, verifica-se que não há impedimento de famílias beneficiárias serem proprietárias de veículos, desde que atendam aos critérios da renda *per capita* familiar.
Por outro lado, considerando que o público alvo do Programa são famílias que vivem em situação de pobreza e de extrema pobreza, com renda *per capita* de até R$ 170,00, considera-

se que a propriedade de veículos acima de R$ 20.000,00 é um forte indicativo de que as informações fornecidas pelas famílias sobre a sua renda são inverídicas ou estão desatualizadas, a fim de ingressarem ou se manterem no Programa.

Nesse sentido, foi realizado um cruzamento de dados dos beneficiários do PBF de Autazes/AM com a base de dados de proprietários de veículos (Detran-AM), para identificar famílias beneficiárias que podem estar fora do perfil para o recebimento de benefícios do Programa.

Assim, foram selecionadas para visita dezenove famílias beneficiárias que possuem algum integrante familiar que é proprietário de veículo(s) com valor(es) acima de R$ 20.000,00. Como resultado, foi identificado que sete delas possuem renda *per capita* familiar superior aos limites definidos nas regras para seleção ou permanência no Programa. Essa situação aponta para a necessidade de realização de uma reavaliação da condição de beneficiários do Programa. Em alguns casos, outros indícios somaram-se a esse cenário, conforme situações relacionadas no quadro abaixo:

Quadro – Famílias Beneficiárias com renda per capita familiar em desacordo com as normas do Programa

NIS Titular	Situação encontrada
17059279987	Foi confirmada junto a familiar do beneficiário a propriedade/posse do veículo de placa N**-1**1, avaliado em R$ 23.329,20. Verificou-se, ainda, que o beneficiário é microempresário individual e seu cônjuge/companheira é servidor público estadual. O familiar entrevistado não soube precisar a renda familiar (do RF e seu cônjuge), no entanto, estimou algo em torno de R$ 2.000,00/mês para uma família composta por três membros. Assim, a renda *per capita* apurada é de R$ 666,67.
19054573883	Foi confirmada junto a familiar do beneficiário a propriedade/posse do veículo de placa P**-3**7, avaliado em R$ 43.113,20. Verificou-se, ainda, que o cônjuge/companheiro do beneficiário desenvolve atividade comercial no endereço por ela cadastrado bem como a família é proprietária de fazenda no município de Autazes/AM. O familiar entrevistado não soube informar o faturamento da empresa e nem os rendimentos auferidos com as atividades agropecuárias da fazenda.
16276155625	Foi confirmada junto ao beneficiário a propriedade/posse do veículo de placa O**-8**8, avaliado em R$ 28.785,20. Verificou-se, ainda, que o beneficiário é servidor contratado da Prefeitura de Autazes com remuneração de R$ 1.431,00. A unidade familiar é composta por duas pessoas: o RF e sua mãe. Assim, a renda *per capita* apurada é de R$ 715,50. A sobrinha do RF cadastrada sob sua responsabilidade mora em Manaus.
20960402300	Foi confirmada junto ao beneficiário a propriedade/posse do veículo de placa O**-4**0, avaliado em R$ 26.326,00. Verificou-se, ainda, que a residência da beneficiária ostenta padrão acima do popular, em que pese a RF tenha informado que aufere renda familiar variável de R$ 500,00/mês.
16025295507	Foi confirmada junto ao beneficiário a propriedade/posse do veículo de placa N**-8**4, avaliado em R$ 80.885,20, o qual encontra-se registrado no nome do seu filho. Verificou-se, ainda, que a residência da beneficiária (flutuante) ostenta padrão acima do popular, o que sugere omissão de renda. Quanto ao veículo de placa OAL-9984, a RF informou que este foi vendido.
16200140694	Foi confirmada junto ao beneficiário a propriedade/posse do veículo de placa J**-4**1, avaliado em R$ 79.265,00. A beneficiária informou que é servidora contratada da Prefeitura de Autazes com remuneração mensal de R$ 864,84 e seu cônjuge possui contrato de prestação de serviços também junto a Prefeitura de Autazes no valor de R$ 3.000,00/mês. A unidade familiar é composta de três pessoas. Assim, a renda *per capita* apurada é de R$ 1.288,28.
12943352022	O RF informou que o veículo de placa N**-0**4 já foi vendido e que, de fato, o veículo pertencia ao seu irmão, para quem emprestou o nome numa transação bancária. E que ainda não foi providenciada a sua regularização junto ao Detran/AM. No entanto, apurou-se que o cônjuge do RF é servidor municipal com renda *per capita* familiar maior que meio salário mínimo (R$ 500,98).

Fonte: Base de dados do DETRAN e papéis de trabalhos elaborados pela equipe da CGU.

Como encaminhamento para os casos relacionados no Quadro acima, verifica-se a necessidade de revisão imediata dos dados do Cadastro Único e benefícios do Programa.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:
"Em resposta ao constatado no Relatório emitido por esse órgão de Controle, informamos que a Gestão Municipal do PBF, efetuou o bloqueio [...] e posterior cancelamento dos benefícios alistados conforme NIS abaixo:

NIS	Situação
17059279987	Bloqueado
19054573883	Bloqueado
16276155625	Bloqueado
20960402300	Bloqueado
16025295507	Cancelado
16200140694	Cancelado

[...]

NIS	Situação	Ações
[...]	[...]	[...]
12943352022	Bloqueado	Para atualização de cadastro e renda

"

Análise do Controle Interno

A prefeitura adotou preventivamente a estratégia de bloquear o benefício como forma de forçar o beneficiário a comparecer na gestão municipal do Programa para atualizar o seu cadastro e, se for o caso, encaminhar o cancelamento, como no caso dos beneficiários de NIS n. 16025295507 e 16200140694.
Vale destacar, ainda, que além das dezenove famílias selecionadas para visita foram identificadas outras doze famílias igualmente proprietárias de veículo(s) com valor(es) acima de R$ 20.000,00, situação essa que também requer providências para a realização de averiguação da condição desses beneficiários. Essas famílias estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro – Famílias Beneficiárias Proprietárias de Veículos

N. de ordem	NIS Titular
1	12835333020
2	16609237426
3	16601409945
4	21019255864
5	16301671814
6	20960381664
7	16310804538

N. de ordem	NIS Titular
8	12628335028
9	12346444393
10	20931969918
11	23625267167
12	20117973690

Fonte: Base de dados do DETRAN e papéis de trabalhos elaborados pela equipe da CGU.

2.1.4. Subdeclaração na última atualização cadastral de famílias beneficiárias do PBF dos rendimentos provenientes de vínculo empregatício com a Prefeitura Municipal.

Fato

Com o objetivo de verificar a subdeclaração de rendimentos por parte de servidores municipais na última atualização cadastral, foi solicitada a Folha de Pagamento dos servidores municipais para identificar possíveis servidores, beneficiários do PBF, com renda omitida e incompatível com a legislação do Programa.
Para isso, foi realizado o cruzamento da base de dados do Cadastro Único com a Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, de Março/2018.
O Procedimento identificou 281 famílias beneficiárias com, pelo menos, um membro cujo início do vínculo com o município foi anterior à última atualização cadastral e cuja renda *per capita* familiar apurada foi maior que R$ 180,00 (R$ 170,00 + margem de segurança).
Vale destacar, ainda, que dentre essas 281 famílias, encontram-se 61 famílias beneficiárias que estão recebendo os benefícios do Programa mesmo estando acima da regra de permanência do Programa, que é de meio salário mínimo, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro - Famílias beneficiárias contendo servidores municipais nomeados antes da data da última atualização no PBF e com renda per capita familiar superior a R$ 180,00.

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
4627857691	12354671220	1	09/01/2018	02/01/2017	1.613,85	1.613,85	20,00
5024736060	16661411954	1	03/11/2017	01/01/2017	1.502,94	1.502,94	83,00
3169387421	16557189469	3	19/01/2018	04/04/2008	3.829,83	1.276,61	52,00
5024600320	12517420809	1	03/11/2017	01/03/2017	1.144,80	1.144,80	83,00
764714970	16548410042	1	13/12/2017	03/01/1994	1.144,80	1.144,80	65,00
3754842722	20953900910	4	13/03/2017	11/08/1997	4.500,00	1.125,00	75,00
1449416438	19007990619	2	19/09/2016	03/01/1994	2.205,13	1.102,57	8,00
4569099319	16557256190	1	22/07/2016	20/07/1999	1.097,10	1.097,10	73,00
4749162515	16207524625	1	03/01/2018	02/01/2017	1.014,00	1.014,00	8,00
4948216399	20138472461	1	14/09/2017	04/04/2008	1.001,70	1.001,70	25,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
4328237195	17055399457	1	28/07/2016	01/10/2008	1.001,70	1.001,70	16,00
764732870	16207572883	1	12/09/2016	04/04/2008	1.001,70	1.001,70	0,00
4817489200	16148380359	2	16/05/2017	01/04/2008	1.972,45	986,23	62,00
1476702500	20926687454	2	19/07/2017	01/04/2017	1.837,56	918,78	3,00
3250419621	20953909586	2	27/06/2017	02/01/2017	1.686,05	843,03	468,00
1724445863	21201591424	4	08/08/2017	02/01/2017	3.306,47	826,62	25,00
4564887580	19007981059	2	26/10/2017	11/08/1997	1.621,80	810,90	78,00
3899047834	20628493651	2	25/08/2017	02/01/2017	1.596,04	798,02	35,00
1476739684	16300538215	2	24/11/2017	01/03/2017	1.592,71	796,36	0,00
764704826	12942230020	2	13/09/2017	01/03/2017	1.576,01	788,01	17,00
4102671552	20202173989	2	03/01/2018	01/03/2017	1.502,94	751,47	4,00
1695397339	20173055936	3	10/04/2017	02/01/2017	2.187,05	729,02	16,00
764695657	16032947735	2	07/07/2017	02/01/2017	1.278,79	639,40	8,00
2553603550	20666390481	5	03/08/2017	02/01/2017	2.200,10	630,82	0,00
2553603550	20187503359	5	03/08/2017	02/02/2009	954,00	630,82	0,00
4172323650	20177112004	2	06/07/2017	01/03/2017	1.261,47	630,74	8,00
2356983503	12748581026	5	04/08/2017	01/03/2017	2.098,80	629,59	10,00
2356983503	16684143859	5	04/08/2017	01/03/2017	1.049,13	629,59	10,00
4108876334	16032970311	2	29/08/2017	01/04/2017	1.229,76	614,88	75,00
2470919959	12834822028	2	06/10/2017	01/03/2017	1.229,76	614,88	20,00
3601795922	16200119660	3	24/05/2017	01/02/2017	1.789,70	596,57	0,00
4072744565	21279229480	3	29/06/2017	01/02/2017	1.789,70	596,57	0,00
1921247304	16485240854	4	30/03/2017	15/02/2017	2.254,41	563,60	8,00
652015662	12134018714	4	14/12/2017	01/02/2017	1.221,79	543,95	8,00
652015662	16425499525	4	14/12/2017	01/03/2017	954,00	543,95	8,00
4745937547	20637443580	3	23/11/2017	01/03/2017	1.602,72	534,24	14,00
4096999938	16125147933	2	27/10/2017	13/03/2017	1.045,71	522,86	4,00
2458073654	16150412548	5	25/07/2017	04/04/2008	1.287,63	522,26	18,00
2458073654	16689895042	5	25/07/2017	01/02/2017	1.323,68	522,26	18,00
1210480980	20628495603	4	29/11/2017	02/01/2017	2.051,34	512,84	44,00
4767236398	16208065713	3	27/03/2017	01/03/2017	1.502,94	500,98	55,00
1449450881	20932797088	3	29/05/2017	01/03/2017	1.502,94	500,98	16,00
3694462830	16468991634	3	05/12/2017	01/03/2017	1.502,94	500,98	13,00
2356978933	16425546213	3	07/06/2017	01/04/2017	1.502,94	500,98	11,00
2167902476	17065513929	6	10/04/2017	01/03/2017	3.005,88	500,98	8,00
3166707310	16125232566	3	31/03/2017	20/03/2017	1.502,94	500,98	8,00
2743569964	16025034126	3	10/05/2017	01/03/2017	1.502,94	500,98	4,00
4164058005	20154115279	3	07/08/2017	01/05/2017	1.502,94	500,98	4,00
1939640580 (1)	12966471028	3	10/08/2017	01/03/2017	1.502,94	500,98	66,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
764713140	16033152892	2	05/06/2017	01/04/2008	1.001,70	500,85	6,00
4527679384	20953907842	3	10/05/2016	01/11/2011	1.500,00	500,00	8,00
1476710511	20932675667	3	22/11/2017	01/10/2008	1.478,70	492,90	26,00
4332209966	16652253543	3	23/02/2017	01/10/2008	1.478,70	492,90	1,00
1963212207	20659450504	3	13/04/2016	01/10/2008	1.478,70	492,90	0,00
3795868602	12718815029	2	04/08/2017	01/03/2017	985,71	492,86	20,00
4865105492	16276112217	2	05/07/2017	01/03/2017	985,71	492,86	20,00
4097844008	21275546767	2	05/06/2017	01/05/2017	985,71	492,86	3,00
3708839188	16278205344	5	23/11/2017	01/03/2017	2.459,52	491,90	2,00
2258560420	16608865113	2	18/05/2017	15/03/2017	982,52	491,26	39,00
1636600859	19012238725	3	25/05/2017	01/02/2017	1.462,80	487,60	25,00
1476721203	16451910075	4	19/04/2017	02/01/2017	1.933,64	483,41	37,00
4099673359	12857076020	2	01/02/2016	01/11/2015	954,00	477,00	16,00
1449418805	16148446317	2	09/01/2018	01/03/2017	954,00	477,00	4,00
5090407649	16124931304	2	07/12/2017	01/03/2017	954,00	477,00	4,00
4171244145	10788878260	2	31/07/2017	03/01/1994	954,00	477,00	0,00
4572800340	20327303985	3	24/11/2017	04/04/2008	1.375,50	458,50	50,00
4193391752	16423834580	3	15/01/2018	01/02/2017	1.335,60	445,20	55,00
1449430260	20628492485	3	09/01/2018	02/01/2017	1.335,60	445,20	26,00
4594905323	16425505959	3	02/08/2017	02/01/2014	1.335,60	445,20	5,00
4595409397	20147871667	3	18/01/2018	02/01/2017	1.335,33	445,11	26,00
4326102276	16373149901	3	12/12/2017	01/03/2017	1.324,89	441,63	5,00
652041744	16425516632	3	21/07/2017	01/02/2017	1.323,68	441,23	144,00
3662020572	16381571234	3	05/06/2017	01/04/2017	1.293,18	431,06	16,00
2258561159	16433152083	3	11/12/2017	01/03/2017	1.293,18	431,06	8,00
3834510602	23655633137	3	26/05/2017	01/03/2017	1.293,18	431,06	2,00
4664789840	23761582680	5	19/09/2017	02/01/2017	2.117,82	423,56	13,00
2479717313	16381928434	3	23/03/2017	01/02/2017	1.263,42	421,14	33,00
4326448903	23717708364	3	06/04/2017	01/03/2017	1.261,47	420,49	19,00
2226574565	16284293756	3	05/10/2017	01/03/2017	1.261,47	420,49	6,00
652037127	16252003507	3	06/06/2017	01/03/2017	1.261,47	420,49	4,00
652019900	20953916221	3	14/06/2017	02/01/2017	1.259,47	419,82	8,00
4365219464	20960393255	4	02/08/2017	01/01/2017	1.672,04	418,01	16,00
3663526100	23632496206	3	26/07/2017	01/03/2017	1.229,76	409,92	33,00
4567751450	20177104699	3	23/05/2017	01/03/2017	1.229,76	409,92	11,00
2333485574	12445215880	3	14/12/2017	01/03/2017	1.229,76	409,92	5,00
764660519	16303775668	3	02/08/2017	01/05/2017	1.222,07	407,36	19,00
764710982	12305257394	4	06/11/2017	01/03/2017	1.527,35	381,84	6,00
1963213874	20716206700	4	18/08/2017	01/02/2017	1.527,35	381,84	6,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
3716960110	20138471945	4	23/10/2017	01/03/2017	1.526,40	381,60	62,00
2333482800	16584226116	4	24/07/2017	01/03/2017	1.502,94	375,74	37,50
4493255200	23773942091	4	30/03/2017	01/03/2017	1.502,94	375,74	11,00
4250578011	16033212186	4	05/07/2017	01/03/2017	1.502,94	375,74	6,00
3616587883	21015169378	4	09/11/2017	01/03/2017	1.502,94	375,74	5,00
2345930160	16381588153	4	08/11/2016	11/01/2016	1.500,00	375,00	0,00
1870787935	16657655593	3	14/08/2017	01/01/2017	1.109,13	369,71	26,00
764648306	17043471972	4	24/11/2016	02/05/2008	1.478,70	369,68	37,00
3769378580	13144484023	6	09/10/2017	01/02/2017	2.208,00	368,00	8,00
2608019099	12763836021	3	14/08/2017	01/02/2017	1.095,84	365,28	52,00
1861676441	16657176911	3	06/06/2017	13/03/2017	1.077,42	359,14	66,00
3247189262	12946813020	3	29/08/2017	01/01/2017	1.077,42	359,14	25,00
2608021581	20213794173	3	04/12/2017	01/03/2017	1.077,42	359,14	16,00
4267841462	16198512690	3	31/05/2017	01/05/2017	1.077,42	359,14	16,00
2608017398	16348286844	3	22/05/2017	01/03/2017	1.077,42	359,14	4,00
2258561825	20960393417	3	01/09/2017	07/04/2017	1.077,42	359,14	2,00
4479575464	13669492118	3	30/10/2017	01/05/2017	1.064,13	354,71	26,00
2333478870	20220000942	5	25/05/2017	13/02/2017	1.742,95	348,59	8,00
3650595877	20327302180	3	05/01/2018	01/01/2017	1.045,71	348,57	48,00
2661049835	16041524353	3	20/07/2017	01/01/2017	1.045,71	348,57	26,00
1210504162	20637442673	3	18/07/2017	01/01/2017	1.045,71	348,57	25,00
4424142930	19049656911	3	30/05/2017	01/01/2017	1.045,71	348,57	25,00
3619835900	16033266928	3	03/08/2017	07/04/2017	1.045,71	348,57	13,00
3620623236	16033151918	3	09/10/2017	01/01/2017	1.045,71	348,57	5,00
3156774146	12346389317	3	22/06/2017	02/01/2017	1.032,42	344,14	22,00
1449423132	20659448623	3	25/05/2017	01/03/2017	1.017,42	339,14	13,00
2742175547	16168841661	3	16/06/2017	15/03/2017	1.017,42	339,14	8,00
2521885274	13025415028	3	07/07/2017	01/03/2017	1.017,42	339,14	6,00
2553594895	16226893843	3	14/12/2017	01/03/2017	1.014,23	338,08	0,00
1476715157	16451923835	3	09/06/2017	01/05/2017	1.014,00	338,00	50,00
1921244984	20103940507	3	11/09/2017	01/01/2017	1.014,00	338,00	33,00
1906443114	20177489914	3	04/08/2017	01/01/2017	1.014,00	338,00	26,00
731366387	16430379591	3	12/01/2018	01/01/2017	1.014,00	338,00	1,00
675971063	16603278511	3	14/12/2017	01/04/2008	1.001,70	333,90	312,00
2194528300	21212672013	3	10/04/2017	01/10/2008	1.001,70	333,90	103,00
5003097107	20659452523	4	20/10/2017	01/06/2017	1.322,89	330,72	3,00
2516055668	20659452329	6	13/03/2017	02/01/2017	1.984,09	330,68	8,00
3540411933	12530140768	4	07/04/2017	01/03/2017	1.321,67	330,42	87,00
1553222490	12530143279	3	19/06/2017	16/01/2017	985,71	328,57	73,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
764679538	16023568824	3	05/06/2017	01/03/2017	985,71	328,57	50,00
2743571004	16041512215	3	03/08/2017	16/01/2017	985,71	328,57	25,00
3777183784	23646664718	3	11/08/2017	01/03/2017	985,71	328,57	23,00
1449438679	20628490695	3	22/06/2017	16/01/2017	985,71	328,57	13,00
3728671380	20154118766	3	02/10/2017	01/05/2017	985,71	328,57	11,00
2608013210	20920789247	3	09/08/2017	01/03/2017	985,71	328,57	8,00
3634976683	20659453562	3	12/07/2017	02/01/2017	985,71	328,57	6,00
5058734516	16381650312	3	22/11/2017	01/03/2017	985,71	328,57	4,00
4695558742	16148439183	3	18/04/2017	01/03/2017	985,71	328,57	3,00
1615185240	16639186331	3	19/07/2017	01/03/2017	985,71	328,57	0,00
3632576670	16207344465	3	22/11/2017	01/03/2017	982,52	327,51	2,00
4905414610	15036864275	4	14/09/2017	01/03/2017	1.303,71	325,93	10,00
625781112	16329886297	4	13/01/2017	02/01/2017	1.303,62	325,91	2,00
1939647592	20117984080	4	03/08/2017	01/03/2017	1.293,18	323,30	12,00
2740471793	21007062896	4	28/03/2017	01/03/2017	1.293,18	323,30	2,00
676076327	16557142454	8	31/05/2017	01/02/2017	1.536,97	319,30	19,00
676076327	16207348541	8	31/05/2017	01/03/2017	1.017,42	319,30	19,00
652017010	16123467914	3	22/06/2017	01/03/2017	954,00	318,00	61,00
3928859137	20953882629	3	24/05/2017	01/02/2017	954,00	318,00	27,00
1939637449	16557346319	3	11/07/2017	02/01/2017	954,00	318,00	22,00
4867085359	20705083084	3	07/07/2017	01/03/2017	954,00	318,00	4,00
764675460	12736180021	3	21/08/2017	01/05/2012	954,00	318,00	3,00
764694766	16033129580	3	26/10/2016	01/10/2004	954,00	318,00	0,00
2726426573	16123463277	3	30/01/2017	16/01/2017	954,00	318,00	0,00
4826612249	23798161220	3	24/10/2017	01/02/2017	954,00	318,00	0,00
1684711592	16644097910	3	30/05/2017	15/03/2017	950,81	316,94	33,00
2338858115	16333946339	4	06/11/2017	01/03/2017	1.261,47	315,37	16,00
4101535248	16041523187	4	02/06/2017	01/02/2017	1.249,18	312,30	0,00
1476724571	16599043225	5	05/10/2017	01/03/2017	1.537,20	307,44	10,00
1906442142	20470934683	7	01/12/2017	01/07/2016	2.139,67	305,67	7,00
2516051751	12513038926	4	12/12/2017	01/02/2017	1.208,22	302,06	18,00
3681574405	15741449275	4	23/11/2017	01/03/2017	1.208,22	302,06	12,00
675972388	16603057086	5	24/11/2017	01/03/2017	1.502,94	300,59	21,00
1997679124	20177485994	5	27/10/2017	01/03/2017	1.502,94	300,59	16,00
4044412898	23682041393	5	04/10/2017	01/03/2017	1.502,94	300,59	16,00
652016391	20920683201	5	29/08/2017	01/03/2017	1.502,94	300,59	4,00
3711671403	23638221101	5	17/04/2017	01/03/2017	1.502,94	300,59	3,00
3777348023	23741870494	5	05/06/2017	15/03/2017	1.502,94	300,59	3,00
1476729530	20659451799	6	14/08/2017	02/01/2017	1.793,04	298,84	33,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
3672092762	19049514262	4	18/01/2018	04/04/2008	1.192,50	298,13	10,00
1449449107	19018863486	4	15/12/2017	11/08/1997	1.176,51	294,13	97,00
1636602711	20327304299	4	09/01/2018	01/02/2017	1.176,51	294,13	83,00
2732862932	21210721378	4	20/09/2017	01/03/2017	1.176,51	294,13	5,00
3666004008	16200140694	3	04/08/2017	01/03/2017	864,84	288,28	1,00
764647768	20659452779	9	18/08/2017	01/03/2017	1.526,40	287,84	2,00
764647768	16373137989	9	18/08/2017	02/01/2017	1.064,13	287,84	2,00
764672282	16557032675	4	06/07/2017	11/08/1997	1.144,80	286,20	19,00
3738510222	16041534065	4	14/09/2017	02/01/2017	1.119,31	279,83	1,00
1476725896	20926840775	4	06/10/2017	02/01/2017	1.117,04	279,26	19,00
2168466335	12741579026	6	27/06/2017	01/02/2017	1.652,81	275,47	4,00
2734002825	16694976616	4	07/08/2017	07/04/2017	1.077,42	269,36	39,00
2740539266	20628492655	4	26/12/2017	01/01/2017	1.077,42	269,36	19,00
3784585310	20138472755	4	23/03/2017	13/03/2017	1.077,42	269,36	6,00
3062514183	16602858913	4	24/01/2017	02/01/2017	1.077,42	269,36	0,00
764627732	19007981245	5	05/07/2017	11/08/1997	1.335,60	267,12	5,00
3585419720	20666390449	5	22/02/2017	02/01/2017	1.335,60	267,12	3,00
2175304868	20186701742	4	21/02/2017	04/04/2008	1.046,70	261,68	25,00
1906445087	16208122504	4	04/08/2017	13/03/2017	1.045,71	261,43	25,00
1980616418	21216759997	4	14/06/2017	01/01/2017	1.045,71	261,43	18,00
1449463606	16449835363	4	30/05/2017	01/01/2017	1.045,71	261,43	7,00
2119523975	16399660883	4	05/06/2017	01/05/2017	1.045,71	261,43	0,00
1449412440	17051399487	4	17/01/2018	04/04/2008	1.033,41	258,35	82,00
1870792696	20659447376	4	22/11/2017	02/01/2017	1.032,42	258,11	0,00
3738265406	16625564320	4	09/01/2018	01/02/2017	1.017,42	254,36	20,00
1861671725	20932704713	4	26/05/2017	15/03/2017	1.017,42	254,36	8,00
1449447155	20931994408	4	29/05/2017	02/01/2017	1.017,42	254,36	6,00
1921257709	16606258236	4	20/09/2017	01/03/2017	1.017,42	254,36	6,00
2449491074	12819178024	4	16/02/2017	02/01/2017	1.017,42	254,36	0,00
2516050275	12903957020	4	20/07/2017	15/03/2017	1.014,23	253,56	25,00
2175305910	20186701696	4	05/01/2018	01/01/2017	1.014,00	253,50	50,00
1939642523	16041535746	4	04/09/2017	01/01/2017	1.014,00	253,50	5,00
2333483873	16125892140	4	20/06/2017	13/03/2017	1.014,00	253,50	0,00
2075667551	20154120450	6	25/07/2017	01/03/2017	1.502,94	250,49	27,00
2175302067	16499669459	6	21/06/2017	01/03/2017	1.502,94	250,49	17,00
2175302652	20186700452	6	01/12/2017	01/03/2017	1.502,94	250,49	12,00
1724444891	21000559973	4	14/12/2017	04/04/2008	1.001,70	250,43	97,00
764626418	16381599325	4	07/07/2017	04/04/2008	1.001,70	250,43	72,00
3644923760	23630245575	4	15/01/2018	04/04/2008	1.001,70	250,43	50,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
1636597700	12752362023	6	18/12/2017	01/01/2017	1.500,00	250,00	38,00
764643347	16557382080	4	11/10/2017	01/03/2017	985,71	246,43	50,00
2333484683	20177487229	4	07/03/2017	01/03/2017	985,71	246,43	25,00
2553600291	16670439084	4	09/06/2017	01/03/2017	985,71	246,43	25,00
3906439046	20177567575	4	01/12/2017	03/04/2017	985,71	246,43	7,00
1210522900	16609071420	4	22/05/2017	01/03/2017	985,71	246,43	6,00
675970768	20637442584	4	27/10/2017	01/02/2017	985,71	246,43	4,00
676077641	16253881710	5	14/11/2017	01/05/2017	1.221,79	244,36	187,00
2673045449	20659450490	5	17/01/2018	01/03/2017	1.208,22	241,64	17,00
1210519941	16131347299	4	01/09/2017	02/01/2017	954,00	238,50	25,00
1449442609	16625571394	4	19/04/2017	01/03/2017	954,00	238,50	9,00
1906443548	20177101150	4	14/07/2017	01/03/2017	954,00	238,50	5,00
2740540191	12902535025	6	08/06/2017	01/03/2017	1.427,81	237,97	2,00
2194529209	16207551592	4	19/06/2017	15/03/2017	950,81	237,70	25,00
1449426824	16625579840	4	19/07/2017	01/03/2017	950,81	237,70	18,00
1861676107	16682719990	4	21/11/2017	01/04/2017	950,81	237,70	1,00
764717804	12149145377	9	28/03/2017	01/03/2017	2.138,07	237,56	18,00
3616809533	16198551270	5	07/11/2017	01/03/2017	1.176,51	235,30	5,00
4411168766	16310828011	5	18/01/2018	01/01/2017	1.140,84	228,17	93,00
2333478527	16457882383	6	22/11/2017	07/03/2017	1.356,60	226,10	44,00
1210494000	16609108073	5	12/01/2018	04/04/2008	1.128,54	225,71	14,00
1449459080	16598816093	6	23/11/2017	01/01/2017	1.348,91	224,82	11,00
1449460330	16642281684	5	19/01/2018	01/01/2017	1.109,13	221,83	194,00
3479317669	19043249524	5	06/10/2017	01/10/2017	1.109,13	221,83	6,00
1476696934	20721028831	6	29/05/2017	01/05/2017	1.324,89	220,82	8,00
675954304	16125151477	5	18/08/2017	20/07/1999	1.097,10	219,42	31,00
2319717374	16472927759	6	24/05/2017	01/02/2017	1.303,71	217,29	13,00
2553598459	21057087396	5	24/11/2017	01/03/2017	1.080,84	216,17	0,00
1476734453	20926907411	5	14/12/2017	01/01/2017	1.077,42	215,48	46,00
2029571288	16131504076	5	29/08/2017	01/01/2017	1.077,42	215,48	2,00
1511368829	12739099020	5	26/12/2017	04/04/2008	1.065,12	213,02	5,00
731368673	19001208870	6	28/08/2017	01/03/2017	1.261,47	210,25	13,00
1476736588	16627615763	5	25/07/2017	01/03/2017	1.049,13	209,83	15,00
3542639605	20327301591	5	28/03/2017	02/01/2017	1.049,13	209,83	2,00
1997676702	16664709261	5	04/12/2017	01/03/2017	1.045,94	209,19	80,00
652017444	16123453298	5	31/07/2017	02/01/2017	1.045,71	209,14	77,00
676080430	16427485599	5	19/10/2017	13/03/2017	1.045,71	209,14	46,00
1476689997	16451930769	5	06/07/2017	05/05/2017	1.045,71	209,14	0,00
1210489341	16609017744	5	15/09/2016	04/04/2008	1.033,41	206,68	20,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
1684710359	16295204237	6	23/06/2017	01/04/2017	1.229,76	204,96	41,00
2395859923	16337632274	5	04/08/2017	01/03/2017	1.017,42	203,48	20,00
2553594208	20187533401	5	08/08/2017	01/03/2017	1.017,42	203,48	20,00
652028489	20926820561	5	18/07/2017	02/01/2017	1.017,42	203,48	15,00
2433908744	21015166859	5	03/08/2017	01/05/2017	1.017,42	203,48	10,00
3653834147	16025059595	5	05/06/2017	01/03/2017	1.017,42	203,48	10,00
1476742391	16150538096	5	09/01/2018	01/03/2017	1.017,42	203,48	5,00
1928971792	16485741632	5	21/06/2017	15/03/2017	1.017,42	203,48	4,00
1476689300	16150530613	5	08/01/2018	01/02/2017	1.014,01	202,80	5,00
1210478579	16259640588	5	20/06/2017	01/01/2017	1.014,00	202,80	156,00
3721056701	16609235113	5	11/07/2017	13/03/2017	1.014,00	202,80	40,00
1939639573	21005785270	5	16/06/2017	01/01/2017	1.014,00	202,80	20,00
625783166	16033811543	5	05/06/2017	04/04/2008	1.001,70	200,34	94,00
764625870	19022137522	5	04/12/2015	01/10/2008	1.001,70	200,34	26,00
1449410154	16625595005	5	20/12/2016	01/04/2008	1.001,70	200,34	3,00
1553221419	16457866663	6	06/06/2017	04/04/2008	1.192,50	198,75	155,00
1921256729	12630352023	5	04/07/2017	15/06/2017	985,71	197,14	26,00
1210493020	16207546645	6	20/06/2017	01/02/2017	1.176,51	196,09	16,00
2608018602	12594942024	6	30/06/2017	01/03/2017	1.176,51	196,09	12,00
1390388689	12635070026	7	15/03/2017	02/01/2017	1.367,13	195,30	17,00
2356980407	13405192276	6	11/08/2017	01/02/2017	1.159,26	193,21	33,00
1476694303	20932908424	6	07/08/2017	02/01/2017	1.159,26	193,21	0,00
1861672454	20926907527	7	20/07/2017	02/01/2017	1.335,60	190,80	53,00
739976508	16129124946	5	27/11/2017	01/03/2017	954,00	190,80	20,00
2258560853	12530152014	5	08/03/2017	01/03/2017	954,00	190,80	16,00
1476729379	16278199360	5	10/07/2017	01/03/2017	954,00	190,80	6,00
1724449184	21201458449	7	12/07/2017	02/01/2017	1.335,60	190,80	3,00
676079423	16427183606	5	08/11/2017	01/01/2017	954,00	190,80	0,00
1906447535	20186702021	5	19/09/2017	17/07/2017	954,00	190,80	0,00
3683156902	20167388066	5	31/05/2017	01/02/2017	954,00	190,80	0,00
764627228	16625587185	6	09/03/2017	01/03/2017	1.144,80	190,80	18,00
649045394	16425448491	7	21/07/2017	01/01/2017	1.323,68	189,10	22,00
1870788079	12951281023	8	14/11/2017	01/03/2017	1.502,94	187,87	9,00
4458903802	21201452025	6	02/08/2017	01/02/2017	1.080,84	180,14	25,00
3914732717	21230966201	6	22/03/2017	15/03/2017	1.080,84	180,14	12,00
3853807470	23658230335	6	06/07/2017	01/03/2017	1.080,84	180,14	8,00
2317914377	21223796541	6	04/07/2017	02/01/2017	1.080,84	180,14	5,00

(1) Beneficiário com CPF incorreto informado na Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, de Março/2018.
Fonte: Base de dados do Cadastro Único e Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, de Março/2018.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:
"Com relação à listagem apresentada, onde constam beneficiários em situação divergente, no tocante a omissão de renda e/ou vinculação com a folha de pagamento da Prefeitura, estamos encaminhando [...] os respectivos comprovantes de bloqueio e posterior cancelamento dos mencionados beneficiários."

Análise do Controle Interno

A prefeitura adotou preventivamente a estratégia de bloquear o benefício como forma de forçar o beneficiário a comparecer na gestão municipal do Programa para atualizar o seu cadastro e, se for o caso, encaminhar o cancelamento.
Vale ressaltar que dentre os comprovantes de bloqueio encaminhados não constam os comprovantes de 37 unidades familiares listadas no quadro, sendo que duas delas possuem renda *per capita* familiar calculada acima de meio salário mínimo. Trata-se das famílias de código familiar 4527679384 e 1963212207.
Cumpre distinguir, ainda, as famílias beneficiárias cuja renda *per capita* familiar poderá ultrapassar o limite citado no art. 18 do Decreto n. 5.209, de 2004, sem que haja o imediato cancelamento dos benefícios pelo motivo de renda *per capita* superior, daquelas com renda familiar *per capita* acima de meio salário mínimo, valor a partir do qual caberá o cancelamento do benefício do PBF pelo motivo de renda *per capita* superior ao limite permitido, conforme previsão contida no art. 6º, e seu §1º, da Portaria MDS n. 617, de 11 de agosto de 2010.

2.1.5. Famílias beneficiárias do PBF, que possuem em sua composição servidores municipais, com renda per capita familiar superior ao limite permitido pela legislação para a permanência no Programa.

Fato

Com o objetivo de verificar a conformidade do recebimento de benefícios do Programa Bolsa Família, foi solicitada a Folha de Pagamento dos servidores municipais para identificar possíveis servidores, beneficiários do PBF, com renda incompatível com a legislação do Programa.
Para isso, foi realizado cruzamento da base de dados do Cadastro Único com a Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, de Março/2018.
O Procedimento identificou 69 famílias beneficiárias com, pelo menos, um membro cujo início do vínculo com o município foi posterior à última atualização cadastral e cuja renda *per capita* familiar apurada foi maior que meio salário mínimo, limite máximo estabelecido pela legislação para a permanência da família no Programa, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro - Famílias beneficiárias contendo servidores municipais nomeados após a data da última atualização no PBF e com renda per capita familiar superior a meio salário mínimo (R$ 477,00).

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
5041381119	10260578042	1	13/11/2017	01/03/2018	1.502,94	1.502,94	16,00
4170046137	23698115316	2	28/10/2015	02/01/2017	2.051,34	1.502,67	4,00
4170046137	12963000024	2	28/10/2015	02/01/2017	954,00	1.502,67	4,00
1921248203	16310796489	1	29/01/2015	16/01/2017	1.200,04	1.200,04	25,00
4171612985	12746183023	2	12/01/2015	01/03/2017	1.144,80	1.049,40	40,00
4171612985	21279896495	2	12/01/2015	01/03/2017	954,00	1.049,40	40,00
4570265618	16548402678	1	04/07/2016	02/01/2017	1.032,42	1.032,42	16,00
652043100	16033760248	1	06/06/2016	07/04/2017	1.014,00	1.014,00	0,00
3595767535	23624404306	3	30/01/2017	01/03/2017	3.005,88	1.001,96	10,00
4817689803	23779237462	1	15/05/2017	01/03/2018	954,00	954,00	16,00
5021972774	12098297973	1	31/10/2017	01/11/2017	954,00	954,00	16,00
4573940804	12791096029	1	08/07/2016	01/03/2018	954,00	954,00	12,00
4854781459	16469953213	1	21/06/2017	01/12/2017	954,00	954,00	8,00
764690930	16033268157	1	19/12/2017	01/03/2018	954,00	954,00	4,00
3583452860	21236519525	2	04/05/2016	01/02/2017	1.907,68	953,84	50,00
2175303209	16601394913	3	11/08/2015	02/01/2017	2.735,12	911,71	0,00
4496595427	23739862412	2	06/04/2016	26/05/2017	1.741,29	870,65	12,00
2333934808	20177087468	3	12/08/2016	15/02/2017	2.454,80	818,27	5,00
2212505493	20154115740	3	27/01/2017	14/02/2017	2.370,69	790,23	16,00
690760060	12644557021	2	26/10/2016	01/03/2017	1.502,94	751,47	16,00
4222391433	15445815211	2	13/03/2015	01/03/2017	1.502,94	751,47	16,00
2218923971	20177485838	2	16/12/2016	01/03/2017	1.502,94	751,47	6,00
4044438188	16498344416	2	31/01/2017	01/03/2017	1.502,94	751,47	6,00
5043946067	23800995251	2	14/11/2017	01/03/2018	1.502,94	751,47	6,00
2553606060	20187503162	2	18/04/2016	01/03/2017	1.502,94	751,47	4,00
1449448399	16625600599	4	26/10/2016	01/03/2017	1.780,80	750,65	1,00
1449448399	16276117294	4	26/10/2016	01/02/2017	1.221,79	750,65	1,00
4001029278	20926820596	2	03/05/2016	10/04/2017	1.492,54	746,27	8,00
4153044156	23696062258	3	20/02/2015	01/03/2017	1.176,51	719,68	0,00
4153044156	16033204558	3	20/02/2015	01/02/2017	982,52	719,68	0,00
2280668327	16276155625	2	25/07/2017	01/10/2017	1.431,00	715,50	25,00
4273636590	23710597907	4	18/04/2016	01/03/2017	1.823,09	710,13	6,00
4273636590	13166145426	4	18/04/2016	15/03/2017	1.017,42	710,13	6,00
1695398491	14922277273	3	15/05/2015	02/01/2017	2.034,00	678,00	5,00
3568067072	20659452310	3	19/09/2016	02/01/2017	1.984,09	661,36	8,00
4474647602	16353017287	3	22/08/2016	02/01/2017	1.931,62	643,87	2,00
2740778333	16382764028	2	29/09/2016	01/06/2017	1.261,47	630,74	25,00
3760593976	23644420978	2	21/10/2016	01/03/2017	1.261,47	630,74	5,00
2742179534	20960402297	2	07/07/2016	15/03/2017	1.261,47	630,74	0,00

Código Familiar	NIS	Nº de integrantes da família	Data da última atualização	Data de admissão	Rendimento bruto no mês (R$)	Renda per capita familiar calculada (R$)	Renda per capita familiar no Cadastro Único (R$)
2743572833	12552499831	2	23/05/2016	01/08/2017	1.229,76	614,88	8,00
4243861862	16334455053	2	11/09/2015	01/03/2018	1.229,76	614,88	4,00
4501135662	12024862936	2	12/04/2016	01/02/2017	1.221,79	610,90	25,00
4443445781	12946907025	2	06/12/2017	01/03/2018	1.176,51	588,26	37,00
3184182746	19046661450	2	14/10/2015	01/03/2017	1.144,80	572,40	50,00
4657803506	20628498351	3	26/10/2016	09/02/2017	1.692,88	564,29	16,00
5134720703	12756181023	4	09/01/2018	01/03/2018	2.254,41	563,60	58,00
2734002663	20177100375	4	02/06/2016	01/03/2017	1.293,18	561,00	25,00
2734002663	16665455239	4	02/06/2016	01/03/2018	950,81	561,00	25,00
2516054262	16131412392	4	27/03/2017	01/05/2017	1.231,75	554,37	18,00
2516054262	16433174311	4	27/03/2017	01/03/2018	985,71	554,37	18,00
4633958755	16625578321	2	19/09/2016	02/01/2017	1.087,60	543,80	3,00
2108168214	16495986638	2	18/11/2016	13/03/2017	1.045,71	522,86	0,00
1906442576	20659450857	5	19/02/2014	15/03/2017	1.502,94	510,41	12,00
1906442576	16659581627	5	19/02/2014	01/03/2017	1.049,13	510,41	12,00
4866753277	16198529526	2	07/07/2017	01/10/2017	1.014,00	507,00	8,00
2063951837	12512986626	2	09/05/2016	01/01/2017	1.014,00	507,00	0,00
4621831143	16276147924	3	01/09/2016	01/03/2017	1.502,94	500,98	58,00
1921241705	16485247948	3	22/02/2017	01/03/2017	1.502,94	500,98	33,00
3935622201	20187503901	3	18/08/2016	01/03/2018	1.502,94	500,98	12,00
652016804	12545062598	3	19/09/2017	01/03/2018	1.502,94	500,98	11,00
4716880370	16256887795	3	14/08/2017	01/03/2018	1.502,94	500,98	11,00
1980617570	16207302762	3	23/08/2016	01/03/2017	1.502,94	500,98	8,00
2218924277	21229809459	3	28/06/2017	01/03/2018	1.502,94	500,98	8,00
3596563909	20327305066	3	28/01/2016	01/03/2017	1.502,94	500,98	8,00
2356987339	20932704659	3	28/04/2016	20/03/2017	1.502,94	500,98	6,00
2345931132	16207682107	3	05/07/2016	01/03/2017	1.502,94	500,98	5,00
4693940569	12839677026	3	22/12/2016	01/03/2017	1.502,94	500,98	5,00
4047984701	23682521042	3	20/12/2016	01/03/2017	1.502,94	500,98	2,00
2364496217	12826136021	3	08/08/2016	01/03/2017	1.502,94	500,98	0,00

Fonte: Base de dados do Cadastro Único e Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal, de Março/2018.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:

"Relativo ao que trata o tópico acima, diante da situação exposta, e, com o intuito de adotar as medidas necessárias no que concerne sanar o problema, determinou-se que a Gestão do PBF que efetuasse o bloqueio dos respectivos benefícios."

Análise do Controle Interno

A prefeitura adotou preventivamente a estratégia de bloquear o benefício como forma de forçar o beneficiário a comparecer na gestão municipal do Programa para atualizar o seu cadastro e encaminhar o cancelamento.
Vale ressaltar que dentre os comprovantes de bloqueio encaminhados não constam os comprovantes de dez unidades familiares listadas no quadro.
Cumpre observar, ainda, que todas as famílias listadas possuem renda familiar *per capita* acima de meio salário mínimo, valor a partir do qual caberá o cancelamento do benefício do PBF pelo motivo de renda *per capita* superior ao limite permitido, conforme previsão contida no art. 6º, §1º, da Portaria MDS n. 617, de 11 de agosto de 2010.

2.1.6. Beneficiário que teve o benefício bloqueado e que, após o processo de averiguação cadastral, retornou ao Programa, mesmo com o Parecer Social contrário.

Fato

De acordo com consulta realizada no Sistema de Benefícios ao Cidadão – SIBEC, verificamos que o beneficiário de NIS n. 16383174356, teve o seu benefício inicialmente cancelado, em 30/12/2016, devido ao processo de averiguação/auditoria. Em 16/05/2017, o gestor municipal reverteu o cancelamento dos benefícios justificando a ação como "cadastro atualizado e válido, família com acompanhamento social". A família continuou recebendo os benefícios do Programa, até 18/08/2018, quando o gestor municipal bloqueou os benefícios alegando parecer desfavorável.
Ocorre que, na fiscalização realizada no município verificamos que o Parecer Social foi emitido em março/2017, manifestando-se pelo cancelamento dos benefícios, ação essa que não aconteceu naquela data contrariando, assim, o Parecer.
Ressaltamos que tanto a reversão do cancelamento quanto o bloqueio foram realizados pelo gestor municipal portador do NIS de n. 20666392980.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:
"Como providências acerca da situação em tela, a Gestão do PBF efetuou o bloqueio e procederá com o respectivo cancelamento do benefício (*conforme comprovante anexo*)."

Análise do Controle Interno

A prefeitura adotou providências no sentido de bloquear o benefício com base no parecer social desfavorável. Vale ressaltar, no entanto, que os benefícios foram restabelecidos com data posterior ao parecer de Março/2017 sendo necessária a apuração do caso pelo gestor federal.

2.1.7. Omissão de integrantes que residem e/ou manutenção de integrantes que não residem mais no domicílio das famílias beneficiárias, com o objetivo de manter os valores recebidos dos benefícios do Programa Bolsa Família.

Fato

Quando a família tem composição familiar diferente daquela registrada no Cadastro Único, tal divergência pode impactar tanto na sua condição de elegibilidade ao Programa, quanto no valor do benefício a ser recebido.
Nesse contexto, foram identificadas famílias que apresentam divergência/desatualização na sua composição em relação àquela registrada no Cadastro Único dada a omissão de integrantes que residem no mesmo domicílio e/ou a manutenção de integrantes familiares que não residem mais no domicilio das famílias beneficiárias, com vistas a manter os valores recebidos do benefício, conforme detalhado no quadro abaixo:

Quadro – Divergência na composição familiar

NIS do Responsável Familiar	Situação encontrada
20926563186	Na composição familiar cadastrada constam, além do RF, outras quatro pessoas (adolescentes) com relação de parentesco "outro parente". Apurou-se na entrevista que o RF é companheiro da avó dos adolescentes cuja mãe é falecida. No entanto, essa avó não consta no Cadastro Único e dois desses quatro adolescentes não residem mais nesse domicílio, pois se mudaram para Manaus (NIS n. 16285796395 e 16285797340). Vale ressaltar, ainda, que a data da última atualização cadastral da família foi em 13/11/2015.
16025295507	Apurou-se na entrevista que uma das filhas do RF (a de NIS n. 16290646029) não mora mais naquela residência, há cerca de dois anos, tendo constituído sua própria família. Não obstante, quando da realização da última atualização cadastral da família, ocorrida em 30/05/2017, esse parente permanecia cadastrado na família.

Fonte: Papéis de trabalhos elaborados pela equipe da CGU.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:
"Com relação ao NIS 20926563186, a equipe técnica não localizou o beneficiário no endereço cadastrado. Por esse motivo foi efetuado o bloqueio do benefício, conforme comprovante anexo. Verificando o caso do NIS 16025295507, constatou-se que o mesmo encontra-se cancelado no sistema SIBEC (conforme comprovante anexo).

NIS	Situação
20926563186	Bloqueado
16025295507	Cancelado

"

Análise do Controle Interno

No que se refere à pessoa de NIS n. 20926563186, a prefeitura adotou preventivamente a estratégia de bloquear o benefício como forma de forçar o beneficiário a comparecer na gestão municipal do Programa para atualizar o seu cadastro.

Quanto ao beneficiário de NIS n. 16025295507 o cancelamento deu-se logo após a visita desta equipe da CGU, em razão dos fatos apontados no item 2.1.3 deste relatório.

2.1.8. Famílias beneficiárias do PBF com informações desatualizadas no Cadastro Único.

Fato

Verificou-se a existência de famílias com informações desatualizadas no Cadastro Único - seja em relação à composição familiar, seja em relação à renda *per capita* informada - sem que isso possa configurar irregularidade.
As situações encontradas estão relacionadas no quadro a seguir:

Quadro - Famílias beneficiárias com informações desatualizadas no Cadastro Único.

NIS	Situação Encontrada	Público da Amostra
20439499539	A Responsável Familiar (RF) informou que tanto ela quanto o seu cônjuge estão desempregados, e morando na casa dos pais junto com o filho. A composição familiar cadastrada, no entanto, não contempla os pais da RF.	Proprietário de veículo.
20960391848	Apurou-se que a renda familiar foi subdeclarada, pois estimou-se algo em torno de R$ 1.000,00/mês com (variações sazonais) para essa unidade familiar de cinco membros.	Proprietário de veículo.
16498892359	Apurou-se que a renda familiar está desatualizada. A renda estimada é de R$ 1.000,00 para essa unidade familiar de quatro membros.	Proprietário de veículo.
12961588024	A RF encontrar-se desempregada e aufere renda eventual com vendas. Atualmente mora na casa da mãe, a qual não está registrada na sua composição familiar.	Proprietário de veículo.
20470932915	Apurou-se, quanto à composição familiar, que falta registrar uma nora. E a renda familiar informada (R$ 700,00) embora compatível com as normas do programa, está desatualizada.	Proprietário de veículo.
20154119819	Os ´outros parentes´ cadastrados junto ao RF são, segundo ele informou, seus sobrinhos. E a pessoa que está registrada como seu cônjuge é, na verdade, sua irmã, mãe das crianças. Quanto à composição familiar, além das sete pessoas já registradas, falta acrescentar outras três pessoas, todas residentes no mesmo domicílio. A renda familiar informada (R$ 400,00) embora compatível com as normas do programa, está desatualizada. Apurou-se, ainda, que a mãe do RF e a sua irmã (cônjuge) seriam pensionistas, com proventos de um salário mínimo cada. Assim, a renda per capita apurada, considerando as dez pessoas da unidade familiar é de cerca de R$ 230,00.	Vínculo familiar de 'outro parente'
20327301486	Quanto à composição familiar, houve a omissão do companheiro da RF na sua composição. A renda familiar informada (R$ 150,00) embora compatível com as normas do programa, está desatualizada.	Procedimento de averiguação
23785752950	Apurou-se que a RF não reside mais no domicílio. No entanto, todos os parentes da sua composição familiar estão sob a responsabilidade de sua mãe. E esta não está registrada na sua composição familiar.	Procedimento de averiguação
23747578272	Quanto à composição familiar, não estão registrados o cônjuge e os dois filhos da RF. A renda familiar eventual informada (R$ 70,00) embora compatível com as normas do programa, está desatualizada.	Procedimento de averiguação

Fonte: Papéis de trabalhos elaborados pela equipe da CGU.

Manifestação da Unidade Examinada

Por intermédio do Ofício n. 150/2018/PMA-GP, de 21 de agosto de 2018, a Prefeitura Municipal de Autazes/AM assim se manifestou:
"Relativo ao apontado no Relatório concluso desse órgão, informamos que a gestão municipal determinou que sejam tomadas todas as providências acerca das constatações, caso a caso, conforme elencamos abaixo:

NIS	Situação	Ações
20439499539	Bloqueado	Localização para atualização cadastral
20960391848	Bloqueado	Localização para atualização cadastral
16498892359	Bloqueado	No dia 15/08, a beneficiária procurou a gestão do PBF e efetuou a atualização cadastral (conforme Folha Resumo anexa).
[...]	[...]	[...]
12961588024	Bloqueado	Para atualização de cadastro e renda
[...]	[...]	[...]
20470932915	Ativo	No dia 21/08 [...], a beneficiária dirigiu-se à gestão do PBF, e efetuou a atualização cadastral (conforme Folha Resumo anexa).
[...]	[...]	[...]
20154119819	Bloqueado	Para atualização de cadastro (inclusão de membros da família)
20327301486	Bloqueado	Para atualização de cadastro (inclusão de membros da família)
[...]	[...]	[...]
23785752950	Ativo	No dia 21/08 [...], a beneficiária dirigiu-se à gestão do PBF, e efetuou a atualização cadastral (conforme Folha Resumo anexa).
23747578272	Ativo	Beneficiária em situação regular (conforme Parecer Social anexo)

"

Análise do Controle Interno

A prefeitura adotou preventivamente a estratégia de bloquear o benefício como forma de forçar o beneficiário a comparecer na gestão municipal do Programa para atualizar o seu cadastro e, se for o caso, encaminhar o cancelamento.
Ocorre que a situação encontrada não configura irregularidade, sendo desproporcional a medida adotada.

2.2 Parte 2

Não houve situações a serem apresentadas nesta parte, cuja competência para a adoção de medidas preventivas e corretivas seja do **executor do recurso federal**.

3. Conclusão

No que concerne às verificações realizadas pela CGU relativas às 27 famílias beneficiárias da amostra, obteve-se o seguinte resultado:

Quadro – Resultado das famílias da amostra

Tipo da Amostra	Nº total de famílias da amostra	Nº famílias - confirmada irregularidade		Nº famílias não localizadas	Nº família sem evidências de irregularidades
		Indicativo de cancelamento	Sem indicativo de cancelamento		
Propriedade de Veículos	19	7	0	4	8
Parentesco (“não parente” ou “outro parente”)	3	0	0	1	2
Manutenção de benefício após cancelamento	5	1	0	0	4
Total	27	8		5	14

Fonte: Papéis de trabalho elaborados pela CGU.

Com base nos exames realizados, conclui-se que a aplicação de parte dos recursos federais recebidos pelo município de Autazes/AM, relativos ao Programa Bolsa Família, não está em total conformidade com os normativos e exige providências de regularização por parte dos gestores federal e municipal, considerando as situações tratadas nos itens específicos deste Relatório.

Cabe ressaltar que, entre as principais constatações registradas neste Relatório, destacam-se, a seguir, as situações de maior relevância quanto à gravidade e aos impactos sobre a efetividade do Programa fiscalizado:

- Famílias beneficiárias do PBF com renda per capita familiar em desconformidade com as normas do Programa.
- Famílias beneficiárias do PBF compostas por servidores municipais da Prefeitura de Autazes/AM com renda per capita familiar superior à estabelecida na legislação para a permanência no Programa.
- Famílias beneficiárias do PBF compostas por servidores municipais da Prefeitura de Autazes/AM com informação de renda desatualizada no Cadastro Único.
- Famílias beneficiárias do PBF não localizadas nos endereços cadastrados ou com endereços incorretos registrados no Cadastro Único.
- Beneficiário que teve o benefício bloqueado e que, após o processo de averiguação cadastral, retornou ao Programa, mesmo com o Parecer Social contrário.